

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE
GRUPO PESQUISADOR EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - GPEA

JONIA TERESINHA FANK

**FLORES, CORES E SABERES
DO MOVIMENTO ECOLÓGICO DE MATO GROSSO EM
FRUTIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

CUIABÁ - MT
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JONIA TERESINHA FANK

FLORES, CORES E SABERES
DO MOVIMENTO ECOLÓGICO DE MATO GROSSO EM
FRUTIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Educação, na linha de pesquisa em Educação e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Michèle Sato

CUIABÁ - MT
2007

F212f Fank, Jonia Teresinha

Flores, cores e saberes do movimento ecológico de Mato Grosso em frutificação na educação ambiental/ Jonia Teresinha Fank. - - Cuiabá: UFMT/IE, 2007.

ix, 165 p. : il. color.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Educação, na linha de pesquisa em Educação e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Michèle Sato

Bibliografia: p. 151-164

Anexos: p. 165-182

Inclui Anexos

CDU-37:504(817.2)

Índice para Catálogo Sistemático

1. Educação Ambiental – Mato Grosso
2. Movimento Ecológico – Mato Grosso
3. Participação política - Enraizamento dos movimentos



Universidade
Federal de
Mato Grosso

Programa de Pós-Graduação em Educação

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFMT

JONIA TERESINHA FANK

Prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi

Examinador Externo (USP)

Profa. Dra. Artemis Augusta Mota Torres

Examinadora Interna (UFMT)

Profa. Dra. Michèle Tomoko Sato

Orientadora (UFMT)

Cuiabá, 10 de agosto de 2007.

***Dedico este trabalho a todas(os) que
participaram desta construção.***

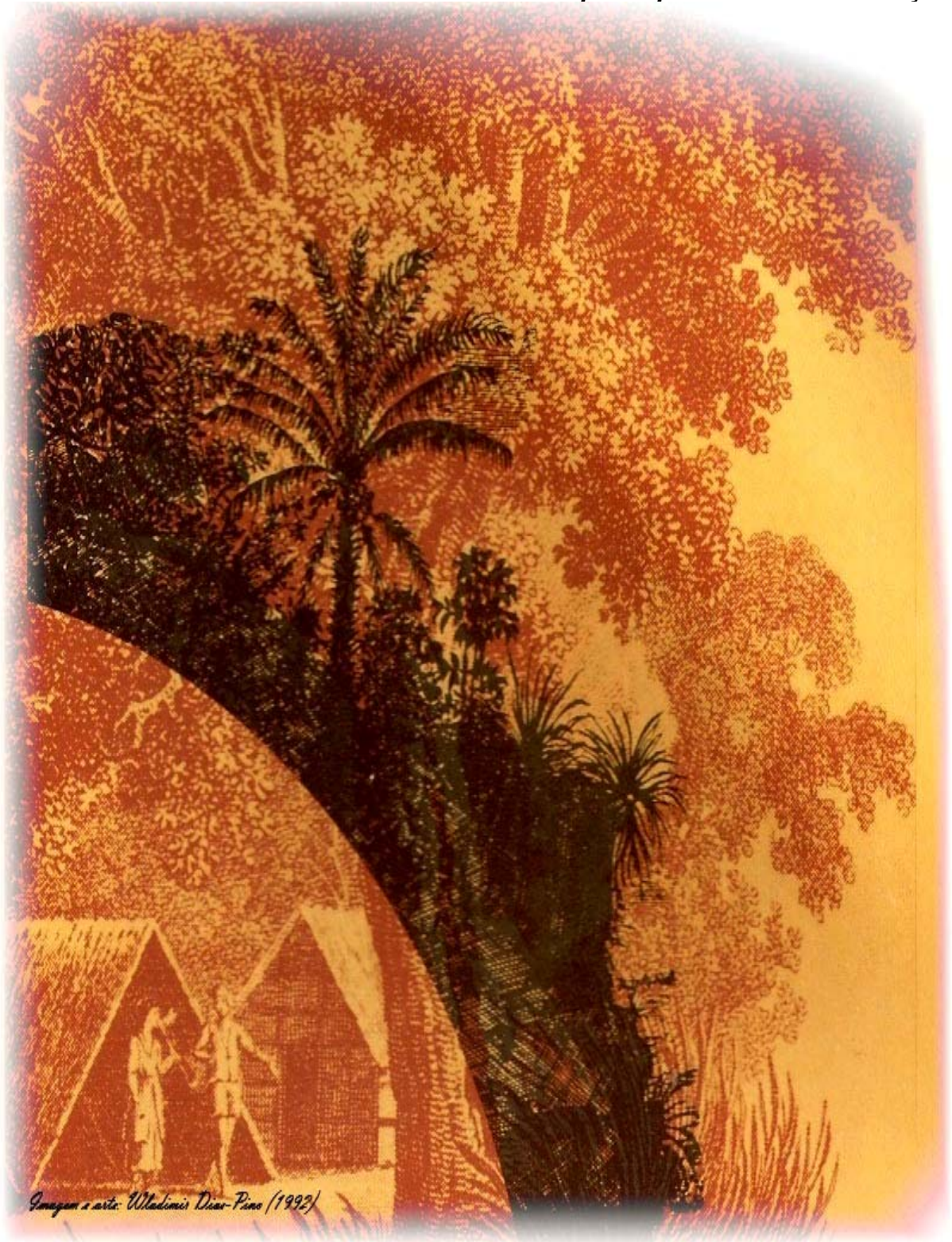


Imagem e arte. Vladimir Dezar-Pino (1992)

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Michèle Sato pela dedicação que me orientou neste trabalho, possibilitando o amadurecimento dessa produção acadêmica, com diálogos epistemológicos e troca de saberes.

Aos pioneiros do ecologismo e do movimento social de Mato Grosso, principalmente a todas e todos que concederam entrevista, que foram sujeitos e ajudaram a construir este trabalho: Bené Fonteles, Carlos Loureiro, Carolina Joana da Silva, Edward Castro, Heitor de Medeiros, José Guilherme Lima, Luiz Cruz, Sérgio Guimarães, Solange Ikeda, Vicente Puhl e Viviane Amaral.

À Rogaciano Jr., pelo apoio, incentivo, carinho, amor, companhia, alegria e cuidado.

Aos amigos(as) e colegas de trabalho e militância que me incentivaram durante todo o processo, dando apoio para não desanimar. Em especial, Adriana, Andréa, André, Darci, Elton, Inácio, Marcelo, Kátia, Rodrigo, Rosa, Silas, Solange Pereira, Solange Ikeda e Vicente.

À minha família pelo apoio e incentivo, mesmo estando a uma distância territorial considerável.

Ao povo indígena Sorowaha, iluminação e motivação e que me propiciou a vivência em uma sociedade sustentável.

Ao CIMI e OPAN pela formação indigenista e oportunidade de conhecer outras culturas e lutas.

Aos colegas de mestrado e Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental (GPEA), pelo amadurecimento de conhecimentos e integração ao processo.

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Educação do IE/UFMT.

***Tudo o que existe e vive deve ser cuidado para continuar a existir.
A essência humana reside na capacidade de tomar este cuidado.
Talvez seja este, o maior desafio da capacidade inventiva do ser humano,
despertar a sensibilidade e a responsabilidade
com os cuidados com a terra...
Leonardo Boff, 1999.***

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto investigar a percepção dos pioneiros ecologistas sobre a história do movimento ecológico e da educação ambiental no estado de Mato Grosso, no hibridismo metodológico da pesquisa participativa e historiográfica. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semi-estruturadas e consultas documentais, onde a história oral recuperou a narrativa dos protagonistas, da mobilização dos ecologistas que chamou a atenção na época, anos 80 e 90, da consolidação e enraizamento do movimento ecológico e demais movimentos socioambientais aqui no estado. Destaques às táticas que os(as) pioneiros(as) desenvolviam para tratar de impactos ambientais da época, como o lixo, desmatamento próximo às cachoeiras, queimadas e contra a construção de hidrelétricas. Uma educação ambiental não-escolarizada, pautada em articulações planejadas, com didáticas e recursos áudios-visuais, artísticos e culturais, que visavam a sensibilização da comunidade local e de turistas. A preparação da Eco-92 foi um marco para o movimento do estado: houve a aproximação dos movimentos sociais com os movimentos ecológicos e ambientais, e a criação do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que congrega vários segmentos organizados da sociedade civil. A história deste movimento é parte intrínseca às conquistas, ao adensamento e ao fortalecimento da questão ambiental. A educação ambiental é presente e dinâmica, como um fiar e desfilar num ato contínuo, pois permeia as nossas vidas, ações, formações e mobilizações, na defesa de direitos humanos, qualidade de vida para todas e todos, justiça socioambiental e construção de sociedades sustentáveis.

Palavras-chave: Educação ambiental; movimento ecológico e participação política.

ABSTRACT

This research aims to investigate the perception of the ecologists pioneers about the ecological movement and the environmental education in the state of Mato Grosso, in the methodological hybridism of the participative and historiography research. The data collection, was made by semi-structuralized interviews and documentary consultations, where verbal history recouped the narrative of the protagonists, in the mobilization of the ecologists that attracted the attention at that time, years 80s and 90s, of the consolidation of the ecological movement and others socio-environmental movements in the state. Distinctions the tactics that the pioneers developed to deal with environmental impacts at that time, as the garbage, deforestation next to waterfalls, burnt and against the construction of hydroelectric. The outside school environmental education, deed in planned joints, with didactics and resources audio-visuals, artistic and cultural that has in view the sensitization of the local community and tourists. The preparation of the Eco-92 was a landmark for the movement of the State, and it had approached to the social movements with ecological and environmental movements, and the creation of the Mato Grosso Forum of Environment and Development that congregates some organized segments of the civil society. The history of this movements is intrinsic part to the conquest, to the sum and the strengthening of the environmental question the present and dynamic environmental education, in the weaving and the unweaving in a continuous act, that permeate our lives, actions, formations, and mobilizations, in the defense of humans rights, quality of life for all, environmental and social justice and construction of sustainable societies.

Key-words: Environmental Education; ecological movement, political participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Matéria do jornal “O Correio”	p. 104
Figuras 2, 3 e 4: Artes Postais.....	p. 105
Figuras 5: Cartaz.....	p. 106

LISTA DE QUADROS

Quadro (1).....	p. 89
-----------------	-------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
AEMA – Associação Ecológica e Meio Ambiente
AFINCO – Administração e Finanças para o Desenvolvimento Comunitário
AME – Associação Mato-grossense de Ecologia
ARCA - Associação para Recuperação e Conservação Ambiental
ARPA – Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental
ADE - Associação Diamantinense de Ecologia
BIOCONEXÃO - Instituto Ecologista de Desenvolvimento
CDHDMB – Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes
CELVA - Centro Etno-ecológico do Vale do Araguaia
CIAP - Comitê Independente de Avaliação do Prodeagro
CIMI-MT – Conselho Indigenista Missionário – regional MT
CNEA – Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente
CPT-MT - Comissão da Pastoral da Terra de Mato Grosso
CTA - Centro de Tecnologias Alternativas
DEA – Diretoria Educação Ambiental
EA – Educação Ambiental
ECOPANTANAL - Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEABE - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FEC - Fundação Ecológica Cristalino
FORMAD – Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento
FUNAM – Fundação Agroambiental da Amazônia
GAIA – Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental
GPEA - Grupo Pesquisador em Educação Ambiental
IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV – Instituto Centro de Vida
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IOV – Instituto Ouro Verde
IPECA – Instituto de Pesquisa Curupira e Araras
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MOPS - Movimento Popular de Saúde
MST – Movimento dos Sem Terra
MT – Mato Grosso
MTSD - Mato Grosso Sustentável e Democrático
ONG – Organização não Governamental
OPAN – Operação Amazônia Nativa
ONU – Organização das Nações Unidas
PNCG - Parque Nacional da Chapada dos Guimarães
PREA – Projeto de Educação Ambiental
PRODEAGRO - Programa de Desenvolvimento Agro-ambiental

ProFEAP – Programa de Formação de Educadores Ambientais do Programa Pantanal

PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental

REMTEA – Rede Mato-grossense de Educação Ambiental

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SPVA - Sociedade de Proteção a Vida e a Natureza

SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UNEMAT – Universidade Estadual de Mato Grosso

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNIVAG - Universidade de Várzea Grande

WWF - World Wildlife Fund

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	15
PREPARANDO A TERRA.....	15
1. INTRODUÇÃO.....	16
1.1. Amostra dos Capítulos	21
CAPÍTULO II	25
SEMEANDO A TERRA	25
2. CENÁRIOS E OBJETIVO DA PESQUISA.....	26
2.1. Objetivo.....	26
2.2. Cenários Iniciais	27
2.2.1. Caracterização do Estado de Mato Grosso	27
2.2.2. Dados Sobre a Ocupação do Território.....	34
2.2.3. Quando Começa a Preocupação com o Meio Ambiente	36
2.2.4. Desafios e Complexidade para a Questão Ambiental.....	38
CAPÍTULO III	43
GERMINANDO BROTOS.....	43
3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	44
3.1. Constituição e Estruturação dos Movimentos.....	44
3.2. Brotação de alguns Conceitos e Termos	48
3.3. Movimento Ecológico <i>versus</i> Movimento Ambientalista	51
3.4. Saberes e Sabores da Educação Ambiental	57
3.4.1. Brotamento da Educação Ambiental.....	67
CAPÍTULO IV.....	71
FLORESCENDO PERFUMES	71
4. METODOLOGIA	72
4.1. Fiando e Processando.....	76
4.2. Identificação dos Protagonistas / Sujeitos	78
4.3. Perfil dos(as) Protagonistas Entrevistados(as).....	79
4.4. O Mosaico de Dados	88
4.5. As Entrevistas.....	90
CAPÍTULO V	92
RAMIFICANDO FRUTOS.....	92
5. RAMIFICAÇÃO	93

5.1. Histórico do Movimento Ecológico de Mato Grosso	93
5.2. A questão Ambiental no Estado.....	109
5.3. Adensamento dos Movimentos Sociais/ Ambientais / Ecológicos	112
5.4. Histórico do FORMAD	117
5.4.1. Origem do FORMAD.....	118
5.4.2. Trajetória do FORMAD até Alcançar o MTSD	120
5.5. Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático	121
5.5.1. GT Educação do MTSD	125
5.5.2. Movimentos Subjacentes, como REMTEA e GPEA.....	127
5.6. Percepções dos Pioneiros: Ecologismo <i>versus</i> Ambientalismo.....	129
5.7. Novos Rumos	131
5.8. Redimensionamentos	136
CAPÍTULO VI.....	140
ATRAINDO PÁSSAROS	140
6. INTERAÇÕES E CONSIDERAÇÕES.....	141
6.1. Interação do Ecologismo e Educação Ambiental em MT	141
6.2. Horizontes.....	145
6.3. Esperança e Qualidade de Vida	148
BIBLIOGRAFIA	151
WEBLIOGRAFIA	162
ANEXOS	165

CAPÍTULO I PREPARANDO A TERRA



- cerrado,
tecido terlúrico
/processo/
ingresso na história
e / ou
regresso atávico
no transado que amassa
a raça
que adelgaça

Poesia: Silva Freire

1. INTRODUÇÃO¹

Desde a década de 80 trabalho pelo fortalecimento e empoderamento² da cidadania, justiça social e ambiental, estimulando e fortalecendo a consciência crítica. Implicada na percepção das múltiplas dimensões da sustentabilidade, conforme Leroy (2004) “*tudo ao mesmo tempo agora*”; animada e motivada pela perspectiva de que um dia nossa sociedade possa ser sustentável.

É com este ânimo e paixão que venho atuando pelos caminhos da vida e vivo a trilhá-los. Nasci no Rio Grande do Sul, numa comunidade interiorana onde permaneci até 1990. Minha militância na região Sul se desdobrou entre grupos de base, pastorais, sindicato e partido político. Através de um convite, decidi cruzar o país, Sul rumo ao Norte, e iniciar um trabalho diferente junto aos povos indígenas e comunidades ribeirinhas.

Atuei no Projeto Zuruaha, localizado no município de Lábrea no estado do Amazonas, de 1990 até 1996. Este trabalho era desenvolvido pelo CIMI³ e OPAN⁴. O povo indígena Sorowaha⁵ tem pouco contato com a sociedade em geral e o projeto tinha o objetivo de acompanhar e apoiar os Sorowaha no processo de contato com a sociedade nacional, no sentido de incentivá-los a manterem sua cultura, defenderem os limites de seu território e valorizarem sua autonomia política, social e econômica. Foi com este povo que convivi durante seis anos e pude

¹ Nesta pesquisa, para diferenciar as citações, vamos adotar as seguintes fontes:

Citações de livro - Fonte Times New Roman 12

Citações das entrevistas - Fonte Arial 12 Itálico

Notas de Rodapé: Nota Normal - Fonte Arial 10, Citação de Entrevistas - Fonte Arial 10 Itálico e, Citação de Livro – Fonte Times New Roman 10.

² “O termo ‘empoderamento’ (em inglês: *empowerment*) é utilizado para designar um processo contínuo que fortalece a autoconfiança dos grupos populacionais desfavorecidos”. Utiliza-se no sentido de maior formação, articulação, participação social, proporcionar autodeterminação, auto-responsabilidade e participação no processo político. Disponível site:www.gtz.de.

³ O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é órgão anexo ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e desenvolve trabalhos com povos indígenas em todo o país. Permaneci seis anos na equipe de trabalho formada por tais entidades parceiras. Sai para dar continuidade aos estudos.

⁴ OPAN, fundada em 1969, desenvolve trabalhos em várias comunidades indígenas na Amazônia Legal Brasileira.

⁵ Diferencia-se o nome próprio do Projeto Zuruaha definido desde 1980 (época do contato), e Sorowaha definição de grafia após estudos lingüísticos (até 1996).

observar, vivenciar e absorver uma sociedade sustentável. Usavam e manejavam a biodiversidade e os recursos disponíveis da Mãe Terra, respeitando a cultura e a estrutura social do povo, e o modo de ocupação era sustentável para os padrões e as necessidades até então adquiridas.

Do estado do Amazonas me dirigi rumo ao Centro-Oeste, estado de Mato Grosso, onde permaneço até os dias atuais. Desde 1997, sou membro da Operação Amazônia Nativa (OPAN), desenvolvendo atividades e projetos e, a partir de maio de 2003, ingressei na secretaria executiva do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD). O Fórum articula e fomenta discussões e mobilizações com os diversos segmentos organizados da sociedade civil, no intuito de analisar e acompanhar programas e políticas públicas. Bem como, divulgar e socializar informações pertinentes, além de fomentar a proposição de alternativas e mudanças. Dentre as proposições, destacamos o Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático (MTSD). Este projeto visa estudos e debates com intento de ser democrático, participativo e propositivo na sociedade mato-grossense, intervindo em âmbito regional, estadual e nacional num processo de construção e transformação. Como afirma Brandão (1990, p.27):

Favorecer a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação pelo grupo que está vivendo este processo, para que ele possa assumir, de forma cada vez mais lúcida e autônoma, seu papel de protagonista e ator social.

É com este espírito e com esta motivação que, nesta pesquisa, a metodologia é qualitativa, participativa e historiográfica, com ênfase na história oral narrada pelos primeiros ecologistas de Mato Grosso (MT). Segundo Le Goff (1996, p.17) “a palavra história [...] vem do grego antigo 'historie', em dialeto jônico. [...] Esta concepção da visão como fonte essencial do conhecimento leva-nos à idéia de que 'histor' 'aquele que vê' é também aquele que 'sabe'”. Assim, a pesquisa tem o caráter de investigar, procurar e informar-se para poder contribuir com o conhecimento da história e com a construção de um futuro sustentável. Segundo Bogdan e Biklen (1997, p.64), “a investigação científica implica um escrutínio empírico e sistemático que se baseia em dados e a investigação qualitativa, preenche estes requisitos”.

Esta investigação busca interpretar os ideários e reflexões sob o olhar de alguns pioneiros(as) protagonistas do movimento ecológico em Mato Grosso e o processo pedagógico da educação ambiental. Para Doimo (1995, p. 32), quando se “trata de um campo ético-político, temos de resgatar suas conexões ativas e suas redes internas através de procedimentos como a observação participante, o exame de documentos primários, análise de discurso e entrevistas com atores relevantes.” Dessa forma, temos como objetivo aprofundar a reflexão acerca das concepções e conexões que fundamentam a educação ambiental; registrar e interpretar os depoimentos e pensamentos dos pioneiros(as), desde o início do movimento ecológico até os dias atuais. O objeto é interpretar a percepção sobre o movimento ecológico por seus protagonistas e a interface deste movimento com a educação ambiental em Mato Grosso, tendo como contexto o adensamento dos movimentos sociais e particularmente aqueles que atuam com a questão ambiental. A educação ambiental (EA) estará presente no transcorrer do trabalho, inscrita na educação não-escolarizada.

Apresentaremos o contexto da coalizão do movimento ecológico com os demais movimentos sociais em processo no estado, com destaque a alguns programas, instituições e ações que estão hoje em evidência. Daremos destaque ao Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), por ser o órgão que articula os diversos segmentos, instituições, programas e debates, bem como a consolidação dos movimentos e a caminhada da educação ambiental em Mato Grosso. Este contexto irá mostrar como se apresenta a plataforma política ambiental e aclarar como a educação ambiental se apresenta nestes espaços. Elucidaremos a constituição destes segmentos organizados importantíssimos, como o movimento ecológico, o FORMAD e movimentos adjacentes, que permearam a construção desta história e motivaram as(os) pioneiras(os) a pensarem e desenvolverem ações conjugadas em mudanças concretas.

A interface dos temas: movimento ecológico, educação ambiental e enraizamento dos movimentos socioambientais, darão a dimensão da conjugação de articulações, mobilizações e discussões acerca da questão ambiental no estado. Um foco de resistência da comunidade à destruição do meio ambiente foi significativo numa luta desigual perante as forças contrárias do capital. O movimento ecológico dá os primeiros passos em Mato Grosso na década de 80, enquanto

mobilização de um grupo de pessoas que começa a discutir e lutar contra uma série de projetos, principalmente de turismo e infra-estrutura, como a construção de usinas hidrelétricas, pavimentação de rodovias e outros programas. A eclosão de propriedades particulares, próximas aos complexos de cachoeiras, cavernas, construções de pedra, no município de Chapada dos Guimarães⁶, colocou em evidência inúmeros problemas ambientais, degradação, expropriação de terra de moradores tradicionais, entre outros.

O fortalecimento do movimento ecológico no decorrer dos anos possibilita entendermos a criação de segmentos socioambientais, como o Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), na década de 90; bem como, a inter-relação da educação ambiental evidenciada na proposição do Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático (MTSD), em 2002, como um contraponto ao modelo de desenvolvimento hegemônico no estado.

Seguindo nosso olhar sobre a interação da educação ambiental, encontramos características fundamentais para construirmos uma sociedade sustentável. No IV Encontro de Educadores Ambientais, Sato (2005, p.40) afirma que “o maior problema ambiental (no Brasil) certamente não é a densidade demográfica e sim a miséria da degradação socioambiental”. Sabemos que, a concentração de riquezas está nas mãos de uma fração irrisória de seres humanos da nossa sociedade, que por sua vez, possuem outra situação de vida, bem diferente da miséria vivenciada pela grande parte dos brasileiros⁷, e que esta pequena parcela é a que mais degrada o meio ambiente e a que mais consome, seja energia, matéria prima e outros sistemas naturais que são limitados.

Nossa pesquisa se debruça nas percepções presentes e influentes, na construção da história dos movimentos ocorrida no estado de Mato Grosso. Consideramos a procedência de nossos protagonistas, advindos de diversas regiões

⁶ Chapada dos Guimarães é um município de Mato Grosso, no qual há uma área que condensa muitas nascentes, complexo de cachoeiras, lagos, paredões, cavernas, veredas, cerrado e uma imensa biodiversidade.

⁷ Como afirma Julianna Malerta e Isabel Pereira no artigo Aquecimento Global e Justiça ambiental, disponível no site: www.justicaambiental.org.br.

do país e, em alguns momentos, ampliaremos a discussão perpassando os limites estaduais em busca de maior compreensão para embasar nosso trabalho.

A metodologia adotada nesta pesquisa é participativa e historiográfica. Este hibridismo metodológico privilegiou a tática⁸ de entrevistas para registrar a história oral narrada pelas(os) pioneiras(os) do movimento de Mato Grosso, com acompanhamento de material de arquivos e acervo bibliográfico. Participativa no tocante ao produto de nossa caminhada, mas que evidencia a preocupação com os sujeitos, na ruptura dos sujeitos – objetos à validação do diálogo sujeito – sujeito. Os dados se apresentam basicamente no registro dos depoimentos colhidos ao longo desta pesquisa, com pessoas, que por razões diversas, são reconhecidas como referências importantes na constituição do movimento ecológico deste estado.

Esta história, basicamente oral, é ímpar e extremamente relevante, considerando as contingências sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais. Há poucos registros e estudos e, assim sendo, vai de encontro a este trabalho de conhecer e investigar a percepção dos(as) pioneiros(as) ecologistas sobre a história do movimento ecológico (década de 80) e da educação ambiental no estado. É através da oralidade dos protagonistas sujeitos, pioneiros ecologistas mato-grossenses, que iremos interpretar esse espaço e momento peculiar. Certeau & Giard (2003, p.336 e 337) consideram que “a oralidade constitui também o espaço essencial da comunidade” e nesta pesquisa “a circulação do saber” será basicamente a comunicação oral.

Neste trabalho iremos pautar a educação não-escolarizada, em outras palavras, uma educação ambiental não como área específica das práticas escolares, mas como processos formativos fora do espaço escolar: a educação ambiental que está no movimento de grupos organizados da sociedade. Buscaremos aclarar como

⁸ Segundo Certeau (1996, p.99), há distinção entre estratégia e tática: “Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças”. E (pág. 101): “a tática é a arte do fraco [...] sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega a perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder”.

a educação ambiental está interada no conjunto desse processo desenvolvimentista hegemônico no estado e que não são ações isoladas e pontuais de educação ambiental, mas uma contextualização maior.

O conjunto de conhecimentos empíricos, neste caso os testemunhos dos sujeitos e protagonistas do movimento ecológico, estará presente em toda pesquisa. A experiência empírica, histórias vividas e narradas pelos(as) pioneiros(as) do movimento ecológico de Mato Grosso, estará em constante diálogo epistemológico com diversos autores. Este trabalho tem por objetivo compreender os condicionamentos históricos através da sistematização e organização de suas relações, interpretar seus vínculos, conhecer seus resultados e considerações no processo da construção dos movimentos, e a relação com a educação ambiental.

1.1. Amostra dos Capítulos

O primeiro capítulo, “Preparando a Terra”, no qual estamos, tem a intenção de situar o leitor sobre o tema e pincelar alguns aspectos do cenário e dos objetivos da pesquisa. O segundo capítulo, “Semeando a Terra”, detalha o objetivo deste trabalho, onde daremos a partida e a definição do desenho desta pesquisa historiográfica e participativa; a caracterização do estado de Mato Grosso com os ecossistemas, bacias hidrográficas existentes, dados ocupacionais e históricos, preocupação com o meio ambiente, desafios e complexidade com a questão ambiental, onde o modelo de expansão econômica tem conseqüências drásticas aos sistemas naturais; além da constituição e estruturação dos movimentos e a dificuldade de ser militante socioambiental num estado que incentiva a monocultura de grãos, causadora de muitos impactos. Entendemos que não é possível registrar um dado momento histórico, sem contextualizar alguns destaques importantes para o entendimento dos fatos, dos caminhos percorridos e do processo construtor dessa história. Frisar a complexa organização da sociedade, entendimentos e dispersão da

educação ambiental, onde somos participantes ativos desse processo num estado que adotou o modelo da expansão do agro-negócio⁹, sem preocupação e respeito às legislações vigentes, principalmente as que se referem às leis da natureza.

A revisão bibliográfica será o tema do terceiro capítulo, “Germinando Brotos”. Neste, trataremos da constituição e estruturação dos movimentos, afloramento de alguns conceitos e termos, e os saberes e sabores da educação ambiental. Aqui faremos um diálogo com olhares de alguns autores sobre movimento ecológico *versus* movimento ambientalista; trilharemos alguns caminhos sobre a educação ambiental, através do entendimento que temos sobre ela; a visão antropocêntrica e, em conseqüência, a crise ambiental que vivemos; a degradação e destruição que o ser humano faz por não ter um entendimento da complexidade, da interação das partes e inter-relações com o todo.

No quarto capítulo, “Florescendo Perfumes”, revelaremos a metodologia escolhida e adotada para a construção desta pesquisa, e os procedimentos metodológicos para a coleta de dados. A metodologia desta pesquisa é qualitativa, participativa e historiográfica, de caráter subjetivo e interpretativo, fazendo emergir um arcabouço das fundamentações teóricas e práticas da trajetória que orientou a coleta de dados na ruptura do sujeito com objeto. Faremos e processaremos a coleta de dados com a realização de entrevistas semi-estruturadas (anexo I), através de narrativas orais e gravadas, bem como leituras bibliográficas e observação do processo histórico. Revelaremos a consistência metodológica que irá facilitar a narrativa e a interpretação dos dados obtidos na investigação. Situiremos a historiografia e a razão de ser participativa, além da identificação e escolha dos entrevistados. O universo amostral e detalhes dos passos dados na trajetória da coleta de dados, as perguntas conforme roteiro, o perfil dos(as) protagonistas entrevistados(a)s, o mosaico de dados e como participaram no pioneirismo do movimento mato-grossense.

⁹ O conjunto de atividades e operações da cadeia de produção rural e da comercialização de seus produtos e serviços. Aqui ênfase no sentido da monocultura em grande escala.

O quinto capítulo, “Ramificando Frutos”, é o mais extenso. Neste está a base do registro histórico, numa expectativa de trabalhar a percepção embasada no testemunho e na vivência empírica, dos(as) pioneiros(as) ecologistas sobre a história do movimento ecológico e da educação ambiental no estado, além do adensamento dos movimentos socioambientais em Mato Grosso. Detalharemos a organização e consolidação do movimento ecológico no estado com sua composição, suas lutas, ações; histórico das instituições que atuam com a questão ambiental; aproximação dos movimentos sociais, ambientais e ecológicos, bem como o histórico do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) e a construção do Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático (MTSD). Este é o “*link*” do movimento ecológico e a educação ambiental não-escolarizada, que se juntam com muita clareza no Projeto MTSD, através do Grupo de Trabalho (GT) de Educação, que juntamente com outros dez GT, compõem a matriz analítica deste Projeto. Também buscaremos os movimentos subjacentes ao GT Educação, como a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA) e o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA), com base em documentos do arquivo do FÓRUM, REMTEA e GPEA, além de seus respectivos sites.

Faremos um exercício de resgate da importância das ONG e de organismos aglutinadores de “instâncias coletivas organizadas”¹⁰ como o FORMAD, que são focos de resistência ao processo globalizador devastador, com ênfase no histórico das instituições ecológicas e ambientalistas no estado. Será apresentado o histórico do FORMAD, sua trajetória até a construção do Projeto MTSD, que é o ponto fundamental na convergência dos movimentos socioambientais e da educação ambiental de Mato Grosso. Desvelamos também a trilha dos movimentos, o histórico e a congregação/ adensamento, olhares complexos e rupturas que se referem aos caminhos e descaminhos trilhados pelos(as) pioneiros(as) ecologistas mato-grossense, redimensionamentos e projetos adjacentes e com variedades de bordados.

¹⁰ Termo usado em vários momentos por Carlos F.B. Loureiro na sua obra “o Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: uma abordagem política” (2006).

No sexto capítulo, “Atraindo Pássaros”, faremos as considerações finais. Inicialmente, a interação do movimento ecológico e a educação ambiental em Mato Grosso. Em seguida, horizontes e esperanças, um reconhecimento de vitórias e derrotas das lutas conquistadas e outras que não obtiveram êxito, mas nem por isso menos importantes na trajetória e fortalecimento da história do movimento e da educação ambiental no estado de Mato Grosso. E finalizaremos a pesquisa expressando esperança e qualidade de vida.

Por último, listamos todos os referenciais teóricos utilizados e abordados na pesquisa, evidenciando a produção do saber e sistematizando as obras publicadas. Obras bibliográficas que ajudaram na construção deste trabalho e sem as quais não seria possível fazer uma pesquisa acadêmica. Em anexo, alguns documentos que consideramos interessantes estarem presentes para facilitar um melhor entendimento, como o roteiro das entrevistas semi-estruturadas e alguns documentos que são importantes constarem, como registro¹¹, para averiguação e maior compreensão de determinadas questões.

¹¹ Alguns documentos não possibilitam uma boa leitura, devido ao tamanho da letra. São ilustrativos.

CAPÍTULO II SEMEANDO A TERRA

CERRADO / RAÍZES

- nos calombos do cerrado
tempo-tropeiro...
curva-cuia (bania)
b-oiando
no liso-a-liso
do
berro
que
afoga
na linha reta do pantanal

- um arado
de corda e cavalo
escritura o fofo que cheira/
e o cerrado se amacia
no remanejo do gado
no arrepio dos ventos
na canção evangélica do
semeador

Imagem e arte: Wladimir Dias-Pino (1992)

Poesia: Silva Freire

Imagem e arte: Wladimir Dias-Pino (1992)

2. CENÁRIOS E OBJETIVO DA PESQUISA

Segundo Bogdan e Biklen (1997, p.16), as questões da pesquisa a serem investigadas não estão estabelecidas mediante a operacionalização de variáveis, mas sim “formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural”. Nossa pesquisa centrará especial atenção na percepção de alguns referencias e protagonistas, considerando focos como o movimento ecológico, a educação ambiental e o enraizamento dos movimentos no que se refere ao estado de Mato Grosso. Tendo presente que “a pesquisa não se basta em ser princípio científico, pois precisa também ser princípio educativo” (SATO & SANTOS, 2003, p.278).

É num processo educativo que este trabalho se apresenta, centrado na caminhada dos movimentos sociais, mais especificamente aos ambientais e ecológicos e, o entrelaçamento com o processo pedagógico da educação ambiental não-escolarizada. Segundo Loureiro (2002, p.72) “as relações estabelecidas em cada campo educativo, formal ou não, constituem espaços pedagógicos de exercício da cidadania”. A idéia inicial deste estudo era investigar toda a história do movimento ecológico mato-grossense. O recorte foi necessário devido à abrangência e complexidade dos dados e tempo insuficiente para uma empreitada e contexto tão amplo.

2.1. Objetivo

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer e interpretar o protagonismo dos(as) pioneiros(as) ecologistas de Mato Grosso, seus ideários, pensamentos e reflexões acerca do movimento ecológico e da educação ambiental. As percepções dos protagonistas sobre o movimento ecológico e a interação deste movimento com a educação ambiental em Mato Grosso, estarão presentes em toda a pesquisa.

Delimitamos, simbolicamente, a temporalidade, com destaque a década de 80, ao detalhamento do movimento ecológico; e a década de 90, ao fortalecimento

dos movimentos sociais, ecológico e ambiental. A educação ambiental estará presente permeando todas estas décadas. Neste percurso teremos presente o testemunho da vivência de pessoas que construíram a história do movimento ecológico no estado.

Como contextualização ou pano de fundo do movimento ecológico, iremos desvelar de que forma a plataforma política ambiental do FORMAD favorece a educação ambiental. Trazer presente a construção do Fórum numa longa caminhada histórica com a coalizão dos movimentos sociais e ambientais em Mato Grosso, a estruturação e sua plataforma política de atuação, culminando com a construção e execução do Projeto MTSD, sua estrutura, programa e ligação forte com a educação ambiental e movimentos adjacentes.

2.2.Cenários Iniciais

Nesta apresentação dos cenários, situaremos o espaço biogeográfico do foco da pesquisa, com a caracterização do estado de Mato Grosso, alguns dados sobre a ocupação do território, início da preocupação com o meio ambiente, os desafios e complexidades do estado com a questão ambiental e movimentos. Neste primeiro mergulho, a intenção é preparar o leitor para entender a trajetória histórica da questão ambiental, de onde surgirão as análises e contextos dos capítulos seguintes. Faremos uma breve apresentação do estado de Mato Grosso, sendo este o cenário e o universo por onde faremos as caminhadas, viagens, passeios e sonhos possíveis e imaginários.

2.2.1. Caracterização do Estado de Mato Grosso

Faremos a caracterização do estado de Mato Grosso com um conjunto de dados, registros e conhecimentos científicos, esclarecendo alguns vínculos e desdobramentos, visando à interpretação e entendimento de alguns condicionamentos históricos, sociais e políticos. Começaremos com a denominação

de Mato Grosso, que é oficializada em 1749, segundo Costa e Silva (1998, p.15), a partir,

Da Carta Patente e das Instruções da Rainha, o governo colonial mais longínquo, mais ao oriente em terras portuguesas na América, passou a se chamar de Capitania de Mato Grosso, tanto nos documentos oficiais como no trato diário por sua própria população. [...] Com a independência do Brasil em 1822, passou a ser a Província de Mato Grosso, e com a República em 1899, a denominação passou a Estado de Mato Grosso.

Mato Grosso está localizado ao sul da Amazônia, exatamente no centro do continente sul-americano. Possui extensas redes hídricas, com grande número de nascentes das bacias hidrográficas Amazônicas e do Prata, podendo ser considerado um exportador de águas para os países vizinhos. Possui três grandes bacias hidrográficas (Amazonas, Araguaia e Paraguai) e contém as cabeceiras da maioria dos rios que formam essas bacias. Nesse sentido, a conservação da cobertura vegetal de Mato Grosso é “essencial para a manutenção das funções e serviços ambientais que essas bacias e seus tributários prestam ao Estado e ao Brasil” (IMAZON e ICV, 2006, p.03¹²).

O Brasil é um dos países mais ricos em termos de biodiversidade e uma das maiores reservas de água doce do mundo. Segundo Tundisi (2003)¹³ o planeta contém 3% de água doce, dos quais 75% estão congelados em estado sólido nas calotas polares, sendo 10% confinados nos aquíferos, e 15% dos 3%, estão disponíveis. Há divergências com relação aos percentuais, segundo Dualibi (2002, p.08), “de toda água existente no planeta, apenas 2,5% são doce”, isso significa uma diferença de 0,5% do total de água doce disponível em nosso planeta. Essa discordância entre os autores também se apresenta quanto ao potencial hídrico disponível no Brasil, diferença de 1%, Tundisi (2003, p.3) considera que “o Brasil tem aproximadamente 16% das águas doces do planeta, distribuídas

¹² Boletim “Transparência Florestal: Estado de Mato Grosso”. Número 03, Outubro de 2006. Disponível no site: www.icv.org.br e www.imazon.org.br.

¹³ TUNDISI, José G. Recursos Hídricos. Multi Ciência. Instituto Internacional de Ecologia. São Carlos-SP. O Futuro dos Recursos 1, outubro de 2003. Disponível site www.ufmt.br/gpea.

desigualmente”, enquanto Dualibi (2002, p.09) afirma que o Brasil tem “17% do total dos recursos do planeta”. Mesmo contando com desacordos entre autores e pesquisadores, é considerável o potencial hídrico do Brasil comparado com o dos demais países e continentes.

Ainda com relação aos potenciais, nosso país possui seis ecossistemas¹⁴, sendo que o estado de Mato Grosso abrange parcela significativa de três destes: Floresta Amazônica, Pantanal e Cerrado. Em Mato Grosso, portanto, há uma das maiores concentrações de biodiversidade em relação aos demais estados brasileiros e do planeta. O maior ecossistema brasileiro, a Floresta Amazônica, é também a maior reserva de diversidade biológica do mundo, e abriga expressivo conjunto de povos indígenas e populações tradicionais. A Amazônia possui também a maior rede hidrográfica do planeta, escoando cerca de 20% de toda água doce que é despejada nos oceanos (BRASIL, 2002, p.21), e grande parte desse ecossistema, encontra-se em Mato Grosso. Convém destacar que este ecossistema vem marcado pela grande pressão do desmatamento, sendo o estado de MT e Pará os campeões na Amazônia legal.

O Cerrado é o segundo maior ecossistema brasileiro e um dos mais ameaçados do mundo (ARRUDA, 2004, p.31), é considerado um dos “hotspot”¹⁵ do planeta, configurando áreas com alta biodiversidade, porém, fragmentadas e ameaçadas de extinção devido ao avanço da fronteira agrícola. Por fim, o Pantanal, o terceiro ecossistema de Mato Grosso, com uma extensão de 140.000 km² (SILVA, 1998), sendo considerada a maior planície inundável do mundo. Local de alta produtividade biológica, com uma inigualável importância ecológica, histórica e

¹⁴ Segundo Odum (1988, p.09), “chamamos de sistema ecológico ou ecossistema qualquer unidade que abranja todos os organismos que funcionam em conjunto (a comunidade biótica) numa dada área, interagindo com o ambiente físico de tal forma que um fluxo de energia produza estruturas bióticas claramente definidas e uma ciclagem de materiais entre as partes vivas e não-vivas”.

¹⁵ Segundo site da Conservação Internacional, “o conceito Hotspot foi criado em 1988 pelo ecólogo inglês Norman Myers para resolver um dos maiores dilemas dos conservacionistas: quais as áreas mais importantes para preservar a biodiversidade na Terra? Hotspot é, portanto, toda área prioritária para conservação, isto é, de rica biodiversidade e ameaçada no mais alto grau. É considerada Hotspot uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original”: www.conservation.org.br.

cultural de Mato Grosso (BRASIL, 2002, p.177 e 178). Segundo informações¹⁶ de uma ONG alemã¹⁷, o pantanal brasileiro está ameaçado de desaparecer por completo até 2050, devido ao crescimento da monocultura e à construção de usinas na região.

O estado de Mato Grosso é riquíssimo em biodiversidade, como se constata através dos três ecossistemas registrados acima, e todos sofrem inúmeras agressões, causando incontáveis impactos e mudanças em suas caracterizações. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA)¹⁸, são quatro os principais argumentos sobre a importância da conservação da biodiversidade:

- a) Contribuição econômica direta, por meio da imensa quantidade de produtos alimentares, farmacêuticos e de uso industrial derivados da fauna e da vegetação, os quais contribuem, ou podem vir a contribuir, diretamente para a vida humana.
- b) Participação na manutenção dos grandes ciclos ambientais gerais do planeta, tais como: o ciclo da água, dos climas, dos nutrientes e outros.
- c) Valor estético: conservando a biodiversidade estarão sendo conservados os valores estéticos paisagísticos que atraem as pessoas por sua beleza ou "poder de fascinação", sentimento de admiração, complexidade e variedade das inúmeras interligações das diferentes formas de vida.
- d) Justificativas éticas inerentes às próprias espécies, isto é, seu valor por si mesmo, o próprio direito de existir das espécies.

A diferença em relação à definição entre os termos conservação e preservação, refere-se à possibilidade de uso e manejo sustentável de uma área ou não. Para Diegues (1994, p.24), "a conservação deveria se basear em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de

¹⁶ BBC Brasil, divulgado pelo forumbrasileiro@yahoogrupos.com.br.

¹⁷ Global Nature Fund (GNF).

¹⁸ MMA. Disponível em: www.mma.gov.br (acesso em 12 out.2006).

desperdício; e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos”. Segundo autor, Pinchot foi o criador do movimento de conservação, idéias precursoras do que hoje se chama de “desenvolvimento sustentado¹⁹”. Enquanto que a essência da preservação é uma corrente oposta, “pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem” (DIEGUES, 1994, p.25). Em resumo, conservação é manter uma determinada área, com sua biodiversidade, com possibilidade de uso adequado e criterioso dos sistemas naturais; e a preservação, mantém áreas sem nenhum manejo permitido.

Conforme classificação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus sistemas naturais, ou seja, são admitidas atividades educacionais, científicas e recreativas, mas não admite manejo e uso de seus potenciais naturais. Esse grupo é composto por cinco categorias, entre elas os Parques Nacionais, no qual o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG) está incluído. E as unidades de uso sustentável são unidades onde se compatibiliza a conservação da natureza com o uso e manejo sustentável de parcela dos seus sistemas naturais.

Imprescindível ter este contexto espacial e histórico para compreendermos a constituição da natureza e sua complexidade, a inter-relação destes fatores, da qual o ser humano faz parte com sua dimensão cultural. Atualmente é comum afirmarmos que não há mais a “separação radical entre o ser humano e a natureza” (LEROY, 2006, p. 05)²⁰, pois juntos fazem parte de um todo, um conjunto sem separação, ambos de um mesmo lado, com suas especificidades. Segundo Leroy (2006), “é no seio de cada ente que passa doravante a diferença: o ser humano é, ao mesmo tempo, matéria, vida e ciência, capaz de significação, natureza e cultura”. O ser humano, diferenciado dos demais seres vivos pela sua capacidade e incorporação,

¹⁹ “Como afirma Nash (1989), o conservacionismo de Pinchot foi um dos primeiros movimentos teórico-práticos, contra o ‘desenvolvimento a qualquer custo’” (DIEGUES, 1994, p.24).

²⁰ LEROY, Jean Pierre. “Ecologia, economia e ética: Dossiê”. nº 82. Revista eletrônica de jornalismo científico. Disponível site: www.comciencia.br/comciencia.

além de matéria, vida e ciência, possui nos seus genes e na sua cultura a capacidade de significar a natureza. É dotado de uma cultura impar; é herdeiro do passado e, por isso, responsável de repassar aos seus descendentes essa cultura herdada [op. cit.]. Este pensamento complexo das teias que interligam as múltiplas existências e significados, essências para manter reservas de biodiversidade, ecossistemas e outros aspectos imprescindíveis para perpetuação das espécies de vida. Geertz (1989, p.15), afirma em relação ao conceito de cultura:

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Por esta dimensão, pelas teias de significados e importância que o ser humano teceu e vem tecendo ao longo dos anos, é responsável em repassar aos descendentes a cultura que herdou e re-significar os sentidos. Certeau e Giard (2003, p.339), consideram que a “cultura se julga pelas operações e não pela posse dos produtos [...]. Em si mesma, a cultura não é a informação, mas sim seu tratamento através de uma série de operações em função de objetivos e de relações sociais”.

Nas teias que o ser humano vem tecendo e organizando é responsável pela construção dos tratamentos exequíveis através de ações e operações constituídas pelas relações sociais, a interpretação, significação e re-significação da ciência, dos objetivos e relações culturais, cultura herdada, que o difere. No entanto, a responsabilidade maior pela continuidade da existência planetária cabe à espécie humana.

Os humanos podem viver num mundo limpo e sustentável, mas somente colocando o sustento de nossa própria população em equilíbrio com a preservação das outras espécies e com os processos ecológicos que nutrem a todos nós (RICKLEFS, 1996, p.405).

Segundo Ângelo (2005²¹), o relatório “Avaliação Ecológica do Milênio” apresentado em março de 2005, produzido por 1350 especialistas de 95 países, a pedido da ONU, durante os anos de 2001 a 2005, “é um diagnóstico mais completo já feito da saúde dos ecossistemas e de sua relação com a manutenção da vida humana”. Nesta avaliação, as conclusões dos especialistas são desalentadoras, pois afirmam que quase dois terços dos chamados serviços ambientais estão em declínio acelerado, o que significa estar comprometida a capacidade do planeta reciclar nutrientes do solo, minimizar o impacto de desastres naturais, controlar o clima e fornecer água a todos os seres. Outro relatório da ONU “Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas” (IPCC, sigla em inglês), publicado em fevereiro de 2007 sobre o aquecimento global, as informações são mais alarmantes ainda em relação aos efeitos da degradação ambiental e às conseqüentes alterações.

Assim, nossa pesquisa sente-se no compromisso de detalhar e contextualizar o cenário, além de alguns termos presentes em nosso trabalho. Este contexto geográfico, de certa forma em muitos casos, é o mote para a construção de plataformas, objetivos, ações, mobilizações, criação e consolidação de movimentos como as ONG, Fóruns e Redes.

Embora as ONGs (sic) só recentemente tenham começado a ser estudadas, podemos, em certa medida, vê-las como a tradução formal dessa tendência de eclosão de movimentos de ação-direta na sociedade contemporânea. [...] Mesmo sem terem um formato precisamente delineado ou um lugar sócio-político claramente definido nas relações entre Estado e sociedade, as ONGs (sic) multiplicaram-se enormemente ao longo dos últimos vinte anos. (DOIMO, 1995, p. 152)

É seguindo esta busca de entendimentos, explicações e construções que esta pesquisa traz presente alguns fenômenos históricos e ecológicos. A idéia é dar luz ao cenário onde o ser humano irá contracenar com a questão ambiental ou vice versa. O palco considerado a priori como as áreas protegidas, e a biodiversidade irá de certa forma ser o mote para o protagonismo do ser humano. A configuração dos

²¹ ÂNGELO, Cláudio. “Seres humanos esgotam capital natural da Terra”. Folha de São Paulo. SP.

movimentos sociais e ambientais foi constituída neste processo de desenvolvimento e colonização como um contra ponto do modelo globalizante, com o intuito de ressoar a voz e a vez daqueles agredidos e contrários a este sistema. O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e o Pantanal são objetos de construção de movimentos e plataformas com a criação de fóruns, como o FORMAD e programas políticos de educação ambiental, como o Programa de Formação de Educadores Ambientais do Programa Pantanal (ProFEAP²²).

2.2.2. Dados Sobre a Ocupação do Território

Os bandeirantes paulistas iniciaram este período colonizador, conforme Ferreira (2001, p.28), com o descobrimento das minas de ouro, as chamadas “Minas de Cuyabá” e uma das estratégias utilizadas para atingir tal objetivo foi a escravização de indígenas. No início do século XVIII foram fundadas as primeiras povoações no estado de Mato Grosso.

Todo o território brasileiro foi povoado por povos indígenas que, com a colonização, foram sendo exterminados ou reduzidos ao confinamento em uma pequena área territorial. Gohn (1997, p.224) faz destaque ao “passado colonial, escravocrata e/ou de servidão indígena, baseado na monocultura e/ou exploração intensiva de seus recursos naturais”. As relações do Estado, oligarquias rurais apoiadas por setores do clero tradicional católico, e as forças militares desempenharam papéis de atores principais em vários momentos da vida nacional. Mato Grosso não foi exceção, foi e faz parte desse modelo de desenvolvimento implantado e hegemônico no país.

²² No marco das políticas públicas do governo federal, a Diretoria de Educação Ambiental (DEA), conjuntamente com instituições e organizações do governo e da sociedade civil, promovem o “Programa de Formação de Educadores Ambientais do Programa Pantanal (ProFEAP)”. Em MT, quatro pólos assumem o compromisso democrático deste vasto programa: Cuiabá, Cáceres, Rondonópolis e Tangará da Serra, entrelaçando sentidos, construindo significados e protagonizando a política formativa em EA no Pantanal. Disponível no site: www.ufmt.br/gpea.

Mato Grosso possui em seu território 38 (trinta e oito) etnias indígenas, sendo que destas, 14 (quatorze) vivem no Parque Indígena do Xingu e as demais estão distribuídas pelo Estado. Estas etnias possuem características sócio-culturais e lingüísticas distintas que, em alguns casos, tiveram pouco ou nenhum contato com a sociedade branca dominante. Parte das Terras Indígenas (TIs) foi regularizada no auge da colonização, na década de 60 e 70 (Marechal Rondon). Mas as regularizações das TIs continuam sendo a maior reivindicação destas etnias, pois estão correndo grande risco de diminuição, devido ao avanço da fronteira agrícola (FANK e MORAIS, 2006).

Com o avanço acelerado da colonização no estado de Mato Grosso sofrem os terríveis impactos provenientes deste desenvolvimento desenfreado, com vistas ao crescimento à inserção no mercado capitalista globalizante. Mato Grosso é líder de desmatamento com 48% em 2003-2004²³. No mês de outubro de 2005, este estado lidera o desmatamento na Amazônia Legal com 69%²⁴ e, em 2006, a perspectiva é de continuar na liderança.

Devido à sua localização estratégica, entre o Sudeste industrializado e o Norte, com vastos sistemas naturais, Mato Grosso sofreu um dos maiores impactos sociais e ambientais com a chamada “Ocupação da Amazônia” e a expansão da fronteira agrícola nacional, promovida nos últimos trinta anos pelos sucessivos governos brasileiros. A intensa migração que ocorreu neste período provocou um aumento demográfico considerável, o que causou sérios prejuízos às condições de vida da população local e daqueles que para cá vieram. O desenvolvimento combinado à chamada modernização da economia sob a forma de projetos de colonização, extração de madeira e minérios, monoculturas, pecuárias e agroindústrias, vêm consumindo rapidamente sistemas naturais herdados, erodindo os solos, contaminando os rios, ameaçando a biodiversidade e o patrimônio genético com a destruição dos ecossistemas.

²³ Dados disponíveis no em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=175745>.

²⁴ Boletim de Desmatamento e Queimadas na Amazônia Legal. Outubro 2005.

2.2.3. Quando Começa a Preocupação com o Meio Ambiente

A discussão ambiental de Mato Grosso vem de muito tempo. Encontramos na literatura, desde o século XVIII e XIX, registros de alguns viajantes que passaram por aqui, algumas expedições científicas como a de Langsdorff e já nesta época essas expedições científicas tinham um cunho de levantamento de informações ambientais.

Conforme considera Gomes Costa (1993, p.16) os diários de Langsdorff (1824-1828) são “uma verdadeira *radiografia* sobre a natureza, a população e a economia do Brasil na época de sua independência”. As expedições de Langsdorff, em Mato Grosso, aconteceram quando seguiu viagem fluvial de Porto Feliz a Cuiabá, em 1825. Langsdorff registra a preocupação com o meio ambiente chegando, inclusive, a elaborar propostas de reformas administrativas como medidas para a defesa da natureza e enriquecimento de sua cultura. Langsdorff fundou o jardim Botânico de Cuiabá e elaborou um projeto de “aperfeiçoamento da navegação entre Cuiabá e Santarém”; elabora um registro onde demonstra que a navegação nos rios, naquela época à base de vapor, precisava de madeira para alimentar as caldeiras, o que produzia grandes impactos. Neste período, já havia noção da degradação e da necessidade de conservação das matas de galeria pelo excesso de utilização de madeira e sua insustentabilidade.

Com relação às mudanças climáticas, dados da expedição de Langsdorff sob observação do Mr. Rubtsov, feitas na cidade de Cuiabá em 1827, como constata Gomes Costa (1993, p.54 e 55), “nos meses de fevereiro e abril de 1827, o termômetro de Reaumur²⁵ mostrou 20° no maior calor pela manhã, ao meio dia 26° e pela tarde 22°”. Ou seja, 25°C pela manhã, ao meio dia 32,5°C e à noite 27,5°C. Os termômetros mostram na temperatura atual, com exceção das friagens, variações entre 30°C e 40°C diariamente. Estamos em 2007 e uma cronologia temporal de

²⁵ Gomes Costa (1993, p.100) “o termômetro de Reaumur, usado por Rubtsov, trabalha com a escala e apenas 80 graus. Para convertermos estes dados em centígrados é necessário dividi-los por quatro e multiplica-lo por cinco”.

apenas 180 anos, ou seja, menos de dois séculos e, no entanto, com mudanças climáticas tão marcantes. O pesquisador Fearnside²⁶ (2006) considera que “o efeito estufa já aumentou em 0,7% °C a temperatura média do ar na superfície terrestre”, o que faz aumentar e subir a temperatura da água também nos oceanos. Segundo Fearnside (2006), isso “representa apenas um quinto do aumento médio estimado até final deste século, de 3,5°C”. As previsões desse aumento de temperatura²⁷ para os cenários futuros dependem das emissões de gases, principalmente os que se referem à queima de combustíveis fósseis e desmatamento.

Para fazer *jus* aos construtores desta história mato-grossense, além de poucos registros da relação dos povos indígenas com a Mãe Terra, temos os diários de viajantes, expedições científicas como a de Langsdorff e Hercules Florence (Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829), livros, poesias, pinturas, pinturas rupestres, pesquisa como a de Keith Brow, fotografias, entre outros registros. Ainda na área da literatura e da poesia, vamos encontrar Manoel Cavalcante Proença, com sua obra “No Termo do Cuiabá”, publicada em 1941. Segundo Medeiros (2005, p.43) suas publicações são extremamente importantes para entender esta região de Mato Grosso. No século XX, na vanguarda do movimento literário, há trabalhos como o de Wladimir Dias-Pino e o de Silva Freire²⁸, com uma preocupação referente ao cerrado e com a questão ambiental de Mato Grosso²⁹.

Outra questão importante a constar é o surgimento da UFMT no início da década de 70, fundada como a Universidade da Selva (Uniselva), com o propósito de pesquisa na área ambiental. A cidade de Aripuanã surge através de um projeto

²⁶ FEARNSIDE, Philip M. “A vazante na Amazônia e o aquecimento global”. Opinião. Ciência Hoje. Vol. 39, nº 231,76 a 78, 2006.

²⁷ Segundo Carlos Orsi e Alexandre Barbosa “o ano mais quente já registrado no mundo foi 2005, com uma temperatura global média 14,6° C. Os cinco anos mais quentes já registrados, desde que a média mundial passou a ser computada, em 1880, ocorreram, todos, desde 1998: foram o próprio 98, além de 2001, 2002, 2003 e 2005. A temperatura média global em 1905 era 13,78° C, ou quase um grau inferior à de 2005”. Disponível <http://www.estadao.com.br/ciencia>. Acesso em 22 maio 2007.

²⁸ Destacamos a poesia de Silva Freire entre os capítulos de nossa pesquisa “Cerrado/raízes”.

²⁹ Infelizmente, esta pesquisa não poderá detalhar estes dados por não ser objeto, e por considerar a obviedade do limite temporal de um mestrado.

da UFMT, chamado Projeto Rimbaud criando onde é hoje a cidade de Aripuanã³⁰, também conhecida como a cidade dos Cinta Larga³¹. Implementa-se um laboratório que vai dar sustentação ao projeto da Uniselva e a UNEMAT também inicia sua trajetória na implantação de um campus no interior do estado.

Segundo Fonteles³² [entrevistado 01], Mato Grosso já estava contagiado *“pela arte contemporânea de muito boa qualidade trazida pelo Museu de Arte da Universidade Federal no belo e profícuo trabalho que Humberto Espindola e Aline Figueiredo fizeram durante décadas”* [depoimento pessoal]. Fonteles continuou este trabalho por alguns poucos anos quando assumiu o Museu de Arte e Cultura Popular da UFMT, com um comprometimento não só ecológico, mas com uma arte contemporânea e universal.

2.2.4. Desafios e Complexidade para a Questão Ambiental

Como vimos na caracterização, o estado de Mato Grosso é líder de desmatamento nos últimos anos e as perspectivas não são otimistas para a questão ambiental. Segundo IMAZON & ICV (2006, p.01), há um aumento expressivo no desmatamento em Mato Grosso, detectado pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD - desenvolvido pelo IMAZON): no mês de setembro foram 1.120 km², contra 106 km² no mês de agosto de 2006. A política que move e orienta a plataforma de governo no estado é um modelo de produção rural insustentável (agro-negócio), baseado na monocultura com vistas apenas ao enriquecimento individual. Sem adentrar nas políticas de eleição que exige capital, o estado de MT

³⁰ Segundo entrevista com Lima [entrevistado 06] *“Aripuanã era uma colonização acriana onde o governo do estado de MT nomeava os prefeitos. O acesso era aéreo. Tinha um conflito entre os acreanos (nativos) e o prefeito nomeado de Barra do Garça. Nesta época o INPA já estava instalado lá”* [depoimento pessoal].

³¹ Cinta Larga é o nome de um povo indígena, com sua terra tradicional no município de Aripuanã-MT, no estado de Mato Grosso.

³² A base de dados desta pesquisa refere-se às entrevistas concedidas pelos(as) pioneiros(as) ecologistas de Mato Grosso, presentes nesta pesquisa. Ao todo, são onze sujeitos protagonistas. Maiores detalhes no capítulo IV que trata sobre a metodologia.

reelegeu o maior plantador particular de soja do mundo como governo. Para Jacobi (2005, p. 239) “o quadro atual [...] indica que os ecossistemas continuam sentindo o impacto de padrões insustentáveis de produção e de urbanização”.

Mato Grosso é um estado estratégico para viabilizar o avanço da cultura da soja para a Amazônia brasileira, inclusive, para a proliferação da soja transgênica³³. A soja já ocupa vastas extensões de terras do Cerrado mato-grossense, o que coloca em risco a sobrevivência desse ecossistema e recentemente começou a avançar para o ecossistema amazônico. Este avanço representa um grave risco para as nascentes das grandes bacias hidrográficas que se localizam no cerrado mato-grossense, muitas delas localizadas no município de Chapada dos Guimarães. Sem levar em consideração a biodiversidade que o desmatamento e as queimadas destroem com este avanço desregrado e sem planejamento. Para dimensionar esta grave situação, em 1994³⁴, na região das nascentes do rio Xingu havia 2,38 milhões de hectares desmatados; em 2003, havia 4,48 milhões de hectares desmatados (33,2%), e em 2005, 5,43 milhões de hectares, ou seja, os desmatamentos vêm aumentando consideravelmente. Estes dados são apenas demonstrativos do que acontece no estado de Mato Grosso nestes últimos anos, com a intensa expansão do agro-negócio.

Enquanto ecologistas engajados consideram preocupantes os rumos que contornam as políticas ambientais. Ao mesmo tempo, é um desafio estar junto com a sociedade discutindo, pensando, refletindo, criticando, executando e acompanhando programas e políticas públicas. Não é uma tarefa fácil mediante o quadro desequilibrado, pois, diante destes dados, desencadeiam-se inúmeros outros problemas como o trabalho escravo, a miséria, a exclusão, a injustiça, grandes impactos ambientais, mudança climática, entre outros.

A qualidade de vida e a equidade social e ecológica não são incorporadas em grande parte dos programas e políticas públicas. No atual governo estadual e federal, a ineficácia, principalmente no que se refere às questões ambientais e

³³ Organismo geneticamente modificado (OGM).

³⁴ Dados do Instituto Socioambiental (ISA), “*slid*” - acervo do FORMAD.

indígenas, é no mínimo um descaso com a vida e com o planeta. Nosso desafio é o da participação crítica, da reação, da mobilização e da luta da sociedade civil para estas questões que afligem e atinge, direta ou indiretamente, toda sociedade, ressaltando a exclusão social e impactos ambientais.

Temos em MT uma problemática enorme, grande parte da sociedade parece apática, com pouca reflexão e questionamento sobre esta complexidade. Novaes (2006, p.11), considera o silêncio dos intelectuais nos últimos tempos, como uma “presença ausente” dos mesmos, nas intervenções direta ou indireta na “política prática”. Quem está pensando estrategicamente, hoje, é o grande capital, as articulações dos poderosos. Capital que se apoderou do Estado, é ele quem elege o parlamento, quem define os rumos, quem domina a mídia, é a lógica que infelizmente está presente hoje. “Toda sociedade controla e seleciona o que pode ser dito numa certa época, e em que circunstâncias, como meio de filtrar ou afastar os perigos e possíveis subversões que daí possam advir” (FOUCAULT, 2001, apud, MEIRA & SATO, 2005, p.18).

Um desafio, enquanto militantes e participantes do movimento socioambiental nesse coletivo, é ter reflexões, ações concretas, críticas e transformadoras, com compromisso de diminuir as diferenças sociais e a pouca participação democrática na sociedade. A educação ambiental tem o propósito de construção, como aposta Freire (1997, p.32), que acredita na transformação a partir da troca e compreensão.

Alcançar a compreensão mais crítica da situação de opressão não liberta ainda os oprimidos. Ao desvelá-la, contudo, dão um passo para superá-la desde que se engajem na luta política pela transformação das condições concretas em que se dá a opressão.

Desafios de entender e trabalhar temas e conceitos, como sustentável e insustentável. Para Boff, Beto e Bogo (2005, p.14) “sustentável é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres dos ecossistemas onde ela se situa; que toma da natureza somente o que ela pode repor”. Segundo Ascelrad e Leroy (2003, p.29), a sustentabilidade tende e deve “ser entendida como o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus

recursos ambientais”. A sustentabilidade é entendida com indicadores que sejam adequados a cada região,

Não há uma sustentabilidade no horizonte, o único meio de nos aproximarmos dela é considerarmos um processo. É por isso que a democracia está no centro, porque o processo é ação social. Sustentabilidade como construção só é possível num processo democrático (FÓRUM, 2005, p.04)³⁵.

Com relação à sustentabilidade, Pádua³⁶ comenta que há indicadores de coisas elementares, entre eles: que 2,5 milhões de pessoas não têm TV (os mais pobres da humanidade); que 1,5 milhões (os mais ricos) consomem mais energia, equivalente a 2% de energia do planeta; entre outros. Pádua questiona: Quanto é o suficiente? Quanto é o digno para viver? É necessário mudar a consciência, o capitalismo não é essencial, pois a economia de consumo não tem a teoria de divisão *per capita*. A Europa e os Estados Unidos (primeiro mundo) queimam e poluem mais que os demais países e têm menos biodiversidade que os países do “terceiro mundo”, como é o caso do Brasil. Vislumbra-se um modelo diferente do que está implantado de forma hegemônica atualmente, que vise uma proposição de construção e implementação de Sociedades Sustentáveis.

O desafio: a clareza e o otimismo de que é possível trabalhar, refazer, recriar e transformar para melhorar a qualidade de vida presente, bem como a das gerações futuras. Segundo Sato e Passos (2006, p.21), “no inferno da sustentabilidade, recriaríamos diversas pinturas, expressas pelas esperanças de construir sociedades sustentáveis, onde coletivos educadores possam ser aceitos porque há saberes outros”. Acreditamos que através de questionamentos, discussões, intervenções e ações permeadas pela educação ambiental, o diálogo dos saberes e sabores são constantes e dinâmicos. “Reconhecemos que não existe mágica, nem receitas que ofereçam fórmulas definitivas da sustentabilidade, porém,

³⁵ Acervo próprio do FORMAD e disponível: www.formad.org.br/index.php/conteudos/conteudo/3.

³⁶ Curso “História Ecológica Global” realizado nos dias 05 e 06 de setembro de 2003, no auditório do Instituto de Educação da UFMT; proferida pelo Prof. José Augusto Pádua.

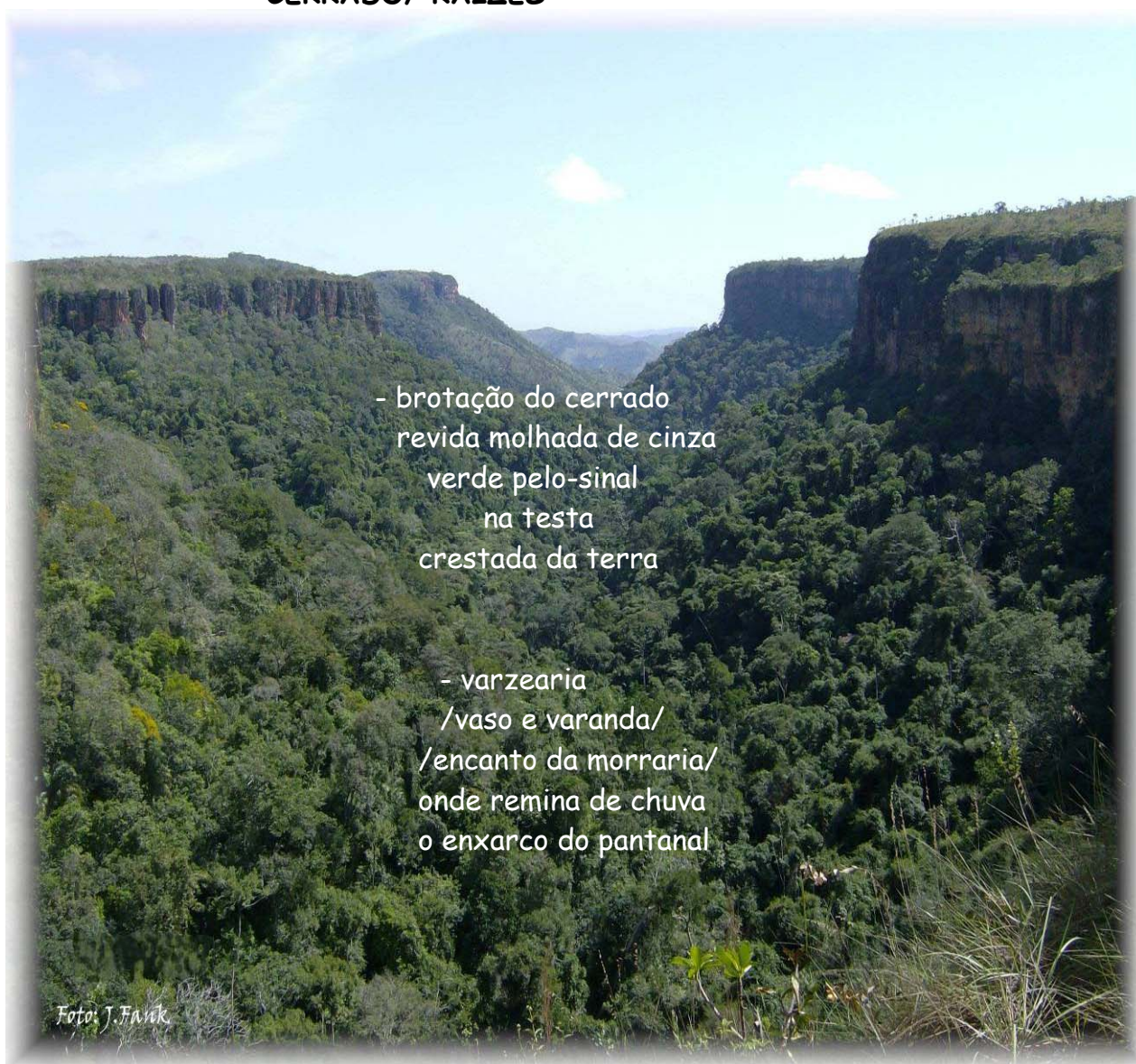
é preciso um esforço do diálogo de múltiplos saberes ao futuro planetário” (MEIRA & SATO, 2005, p.21).

Outro desafio almejado e discussão em voga se referem à Justiça Ambiental, um movimento nacional e internacional que, segundo seus princípios, tem como papel “promover alternativas econômicas que contribuam para o desenvolvimento de meios de subsistência ambientalmente seguros e garantir libertação política, econômica e cultural” (BULLARD, 2004, p.67). É nesse sentido que a justiça ambiental se configura como uma perspectiva positiva neste cenário. É um movimento novo, um enfrentamento de luta de consciência humana, fruto de uma conquista onde novos atores atuam, contemplando vários aspectos conjuntamente como a educação ambiental, direitos humanos, distribuição de renda, respeito à cultura, vida digna, e tantas outras questões pertinentes.

Percebe-se com os dados e desafios que é necessário e fundamental enfrentar a pressão advinda do conhecido progresso e modelo de desenvolvimento adotado. Com esse breve passeio no cenário e na caracterização do estado, por onde trilhou nossa pesquisa, evidenciamos uma ligação forte entre o mosaico ecossistêmico com a dimensão humana. No capítulo V, será possível visualizar o movimento ecológico que se fortaleceu e atravessou o tempo, acompanhando os processos de mudanças, com o aumento e a estruturação de instituições coletivas organizadas, entre elas a criação de redes e fóruns, que atuam com questões sociais-ambientais-políticas, intervindo como contrapontos ao acelerado modelo de expansão econômica, principalmente a monocultura de grãos, vigente e se expandindo a cada ano neste estado.

CAPÍTULO III GERMINANDO BROTOS

CERRADO/ RAÍZES



- brotação do cerrado
revida molhada de cinza
verde pelo-sinal
na testa
crestada da terra

- varzearia
/vaso e varanda/
/encanto da morraria/
onde remina de chuva
o enxarco do pantanal

Foto: J. F. F. F.

Poesia: Silva Freire

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo tentaremos buscar na bibliografia, com passeios rápidos, entendimentos sobre a constituição e estruturação dos movimentos, afloramento de alguns conceitos e termos, faremos um diálogo com olhares de alguns autores sobre movimento ecológico *versus* movimento ambientalista. Num passeio mais demorado, discorreremos os saberes e sabores da educação ambiental, bem como o brotamento e a ramificação desta.

3.1. Constituição e Estruturação dos Movimentos

A década de 80 foi significativa para todo o Brasil, foi nesse período a efetivação do processo de participação da sociedade civil de forma organizada e articulada no cenário político nacional. Historicamente, a organização do movimento socioambiental no Brasil se deu pela mobilização das pessoas interessadas em lutar por temas comuns como a inclusão social, a justiça, o não desmatamento, a preservação de um local, entre outros. As instâncias coletivas organizadas se estabelecem, se firmam e se estruturam a partir de um interesse comum. Grande parte das instituições sistêmicas inicia seus trabalhos com ações voluntárias, sem nenhum recurso financeiro.

Consideramos importante clarear alguns termos que usaremos com certa frequência nesta pesquisa. Segundo Carvalho (2004[a], p.152), “a intensificação do diálogo com os movimentos sociais tem ampliado a interface entre a esfera educacional e os acontecimentos socioculturais”. No decorrer da leitura, algumas diferenças de conceitos entre autores estarão presentes nesta ciranda. A pretensão é fazer um exercício epistemológico de entendimento dos respectivos conceitos empregados neste trabalho.

Como nossa pesquisa baseia-se na historiografia do movimento ecológico, nas nuances do processo pedagógico da educação ambiental e, na interação da inserção no campo social, ético e político, temos a necessidade de resgatar suas

conexões ativas, suas ações, suas redes e elos internos através de diversos procedimentos. Para Doimo (1995, p.42), “trata-se de um otimismo que propugna a possibilidade de transformação social através da reapropriação do Estado pela sociedade civil, autonomamente constituída”. É através desse otimismo, militância e mobilização da sociedade civil que é possível transformá-la e re-transformá-la através de instâncias coletivamente organizadas. Essas representações são conhecidas como as Organizações Não Governamentais (ONG), ou seja, organizações que não estão ligadas ao governo. Para Abong & Afincó (2003, p.18), a expressão ONG no Brasil,

Era habitualmente relacionada a um universo de organizações que surgiram, em grande parte, nas décadas de 70 e 80, apoiando movimentos sociais, organizações populares e de base comunitária, com objetivos de promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social.

As ONG nasceram em sintonia com a dinâmica dos movimentos sociais, com ênfase nos trabalhos de educação popular, contribuindo na elaboração e monitoramento de políticas públicas. Segundo Doimo (1995, p.211), as ONGs são “privadas, porém públicas e [...] começam a ser concebidas nos anos 90, compondo uma espécie de *terceiro setor*³⁷ entre Estado e a sociedade, como veículos da construção democrática junto à sociedade civil”. Formam uma complexa rede representativa e positiva de pequenos organismos sociais e tem um caráter institucionalizado, que possibilita atuação direta da sociedade civil. São conhecidas também como “comitês da cidadania³⁸”.

A estruturação teórica / conceitual, assim como a prática, é necessária para estas instituições e/ou ONG, privadas e/ou públicas, enfrentarem os degradadores da natureza, a injustiça social e a ineficiência do Estado para o êxito do trabalho.

³⁷ “Terceiro Setor é uma terminologia sociológica que dá significado a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. A palavra é uma tradução de Third Sector, um vocábulo muito utilizado nos Estados Unidos para definir as diversas organizações sem vínculos diretos com o Primeiro Setor (Estado) e o Segundo Setor (Mercado)”. Disponível: pt.wikipedia.org/wiki/.

³⁸ Conforme o saudoso humanista Herbert de Souza “uma ONG se define por sua vocação política [...] são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que sonhamos” (ABONG & AFINCO (2003, p.19).

Isso nos leva inicialmente a constatar que a mola propulsora da mobilização e articulação é a necessidade do enfretamento imediato do modelo capitalista. Esse sentimento, esse sonho e idealismo para muitos vêm do fenômeno da contracultura, conforme considera Pereira (1983, p.20),

O termo contracultura pode se referir ao conjunto de movimentos de rebelião da juventude [...] que marcaram os anos 60. [...] Um certo modo de contestação, de enfrentamento diante da ordem vigente, de caráter profundamente radical e bastante estranho às formas mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante. Um tipo de crítica anárquica – esta parece ser a palavra-chave – que, de certa maneira, “rompe com as regras do jogo” em termos de modo de fazer oposição a uma determinada situação. [...] contra a cultura oficial.

Há uma tendência de multiplicação dos movimentos de ação direta da sociedade civil, por sua vocação e positividade política, mesmo sem terem um formato, uma definição ou um lugar social e político precisamente delineado entre as relações de Estado e sociedade; as ONG vêm se multiplicando de forma acelerada, ao longo dos últimos vinte anos (DOIMO, 1995, p. 152). São representações se fortalecendo pelas suas ações sistêmicas, e que têm um retorno imediato, sem intermediação, e com respaldo e confiança da sociedade.

ONG é uma “expressão que admite muitas interpretações” e instrumento classificatório dos órgãos não pertencentes ao governo. “Do ponto de vista jurídico, o termo ONG não é apropriado (toda ONG é uma associação³⁹ ou uma fundação⁴⁰), contudo, do ponto de vista político, nem toda organização privada não-lucrativa é uma ONG”. As instituições como, os clubes esportivos e recreativos, hospitais, universidades privadas, entre outras, têm “objetivos e perspectivas de atuação social muito distintos, às vezes até opostos” (ABONG & AFINCO (2003, p.18). No entanto, são privadas e não-lucrativas, mas trazem perfis e perspectivas de atuação e transformação social muito diversas, muitas vezes semelhantes entre si.

³⁹ “Uma *associação civil* é uma pessoa jurídica de direito privado, criada com base na união de pessoas em torno de uma finalidade não-lucrativa” (ABONG & AFINCO, 2003, p.17).

⁴⁰ Uma *fundação privada* é uma pessoa jurídica constituída com base em um patrimônio; uma pessoa física ou jurídica destina um conjunto de bens para a realização de um fim social e determinado (ABONG & AFINCO, 2003, p.17).

A oficialização de uma “ONG”, ou seja, a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro deve seguir seu caráter original. Conforme estabelecido no Novo Código Civil, são reconhecidas como pessoa jurídica as associações e as fundações; outras categorias como as instituições e as entidades, também são conhecidas popularmente e usadas como termos classificatórios. Segundo Abong & Afinco (2003, p.17),

As associações e fundações são frequentemente chamadas por outras expressões, tais como instituto, organização não-governamental (ONG), entidade filantrópica, entidade assistencialista, Oscip (Organização da sociedade civil de interesse público), entidade de utilidade pública, mas é importante esclarecer que essas designações não correspondem a formas jurídicas. Algumas delas se referem a títulos e qualificações conferidos pelo poder público às associações e fundações (as únicas duas formas jurídicas não-lucrativas).

No fim dos anos 80 e início dos anos 90, a congregação e interface dos diversos setores sociais e ambientais ampliaram a discussão socioambiental. É neste contexto que os segmentos fortaleceram a intercomunicação de forma mais organizada, preparando-se para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro em junho de 1992 - a Eco 92, ou Rio-92. A preparação, as articulações, mobilizações e outras tantas reuniões e assembléias que antecederam este evento oficial, foram fundamentais para o grande êxito e desdobramentos posteriores desse encontro que ficou na história. Segundo Jacobi (2005, p.236) a “conferência pode ser considerada como ponto culminante desse projeto de institucionalização e de um novo arranjo teórico e político do debate em torno da problemática ambiental”. Foi fundamental para ampliar a discussão da questão ambiental planetária e multiplicação de instituições.

Para Carvalho (2004[b], p.26), estiveram presentes em média 15.000 representantes de diferentes “tribos de todo o mundo e de todos os mundos”, 2.500 ONG e aproximadamente 350 *stands* (bancas). Diversas personalidades como Dalai Lama, Fidel Castro, Vandana Shiva, chefes de estados, crianças em excursão, inúmeras *stands* de entidades e com produtos ecológicos, “coabitavam o espaço multicultural do Fórum Global”. Paralelamente, aconteceu o Fórum Global das Organizações Não-Governamentais relacionadas com o meio ambiente. Para Gohn (1995, p.143), este fórum foi “organizado no estilo de uma feira ao ar livre”, no aterro

do Flamengo, e contou com cerca de 1.500 ONG, nacionais e internacionais. Neste Fórum, foi estruturado um grande circo, um anfiteatro similar e barracas foram montadas para entidades de diferentes partes do mundo.

Segundo Lima (2005, p.84), a Eco-92 foi de “fundamental importância para a EA brasileira, que legou documentos importantes para a área”, entre eles destaca: a Agenda 21, o Tratado da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (anexo II), e a Carta da Terra. Segundo o autor, estes documentos servem de “referência valorativa para a maioria dos educadores ambientais até hoje”. O Tratado é o marco significativo à educação ambiental genuinamente brasileira, ele se mantém como referência de princípios e plano de ação até os dias atuais, e recentemente foi incorporado pelo Plano Decenal de Educação do Estado de MT (2006 – 2016).

3.2. Brotação de alguns Conceitos e Termos

Os termos “instituição” e “entidade”, apesar de não serem reconhecidos pelo Novo Código Civil como pessoa jurídica, são usados com frequência no “terceiro setor”. Nesta pesquisa, trabalharemos muito com o termo instituição tratando-o como uma coisa instituída, uma criação, um estabelecimento, uma associação ou organização de caráter social, educacional, filantrópico (FERREIRA, 2004). É um termo muito conhecido e usado para instituições de ensino e nos movimentos coletivos organizados. Está presente em algumas das filiadas ao FORMAD como Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental (GAIA), Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Pró Ambiência, Instituto Floresta, Instituto Trópicos, entre outros. O termo entidade refere-se ao mesmo tempo a uma sociedade ou associação, juridicamente constituída, para um determinado fim (entidade de classe; entidade autárquica, movimento social), ou grupo que dirige as atividades de uma classe. Pode ser confundido e interpretado com algo que tem existência distinta e independente, como ser espiritual, entidades históricas e mitológicas (FERREIRA, 2004).

O movimento social ou popular desenvolve atividades relacionadas diretamente com a sociedade em geral, para Doimo (1995, p.68), é uma “categoria

reconhecidamente *latino-americana*”, inscrita no campo ético-político, ou seja, que influem nos “padrões de convivência política”. Para Torres (1994, p.11), “o movimento social carrega consigo o elemento educativo, pedagógico, no seu sentido mais amplo, que costumamos entender como educação popular”. Segundo Loureiro (2002, p.82 e 83), há duas correntes que definem os movimentos sociais, uma “ênfatisa a dinâmica de formação [...], caracterizada pela ação consciente e coletiva de sujeitos sociais que buscam transformações culturais e políticas substantivas”, nesta, estão os movimentos sociais religiosos, juvenis, sindicais, de luta por terra e outras manifestações coletivas; outra refere-se aos “movimentos nacionais-populares”, que são restritos às ações coletivas que “têm origem em conflitos e atuam na produção da sociedade” e visam outro tipo de sociedade. Nesta última, Loureiro [op. cit.] afirma que os movimentos ambientalista e feminista são contemplados pela amplitude e radicalidade de sua proposta, pois buscam uma “sociedade democrática e cidadã”.

Por conseguinte, novos termos como o socioambiental aparecem, contempla os movimentos, as articulações, atividades e mobilizações dos diversos segmentos que atuam no campo social e no campo ambiental. Para Carvalho (2004[a], p.36), o socioambiental é entendido como a “natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e co-pertença, formando um único mundo”. Esse sentido de pertencimento entre o ser humano e a natureza é usual no cotidiano, e também em nossa pesquisa. Em resumo, Carvalho (2004[a], p.38) considera que,

A visão socioambiental não nega a base natural da natureza, ou seja, suas leis físicas e seus processos biológicos [...]. Trata-se de reconhecer que, para compreender a problemática ambiental, é necessária uma visão complexa de meio ambiente, em que a natureza integra uma rede de relações não apenas naturais, mas também sociais e culturais.

Para Medeiros (2006, p.93) o termo socioambientalismo contempla as palavras chaves como sociedade, globalização e paz, ele sublinha uma nova “racionalidade ambiental na perspectiva do ambiente interligado e holístico”, destaca

que está integralmente ligado à proposta pedagógica da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável⁴¹.

É o discurso que embora mantenha uma face ambiental, se inscreve nas orientações da globalização, sem contudo, perder a dimensão local, envolvendo elementos e clamor pela paz e da espiritualidade, na combustão da ecologia interna com os diálogos internacionais (MEDEIROS, 2006, p.93).

Ainda sobre esse termo, há autores que consideram o entendimento como uma tendência sócio-política ou socioambientalista, neste caso específico, a educação ambiental pela politização como um de seus pilares referente à questão ambiental. Segundo Lima (2005, p.179), esse conceito “tem um potencial mais abrangente para abordar os temas relacionados ao conflito, à mobilização e à reivindicação social; à defesa da cidadania e da participação social”. Assim, nos parece que, o socioambiental deixa claro no próprio conceito a linha de atuação, contempla a discussão sobre a questão social e ambiental de forma ampla, interligando o social e ambiental e outros pontos em comum.

A década de 90 marcou definitivamente uma mudança nos rumos do ambientalismo brasileiro (GRÜN, 1996, p.18). No escopo das instituições ambientalistas do Brasil há instituições com diferentes perfis e cada uma com sua devida importância. Desta forma, vemos diversos perfis de instituições que incorporam um determinado movimento, como as que trabalham exclusivamente com a questão do conservacionismo e outras com a inclusão social. Para Carvalho (2005, p.56) o ecologismo se diferencia do movimento conservacionista, “afirmando-se como movimento social que, tendo uma crítica política, não se restringe às ações de conservação da natureza, mas pretende transformar a sociedade”. Nesta categoria que inclui a sociedade são muitas instituições que seguem esta linha. São instituições em que um grupo de pessoas se organiza e se mobiliza por uma luta em

⁴¹ “A proposta de Desenvolvimento Sustentável, ganhou maior visibilidade, com a divulgação em 1987, do relatório ‘Nosso Futuro Comum’, realizado pela Comissão Bruntlandt (CMMAD, 1988) da ONU, deu uma nova direção ao debate socioambiental” (LIMA, 2005, p.43).

comum, também em conformidade às considerações de Loureiro [op. cit.] são movimentos nacionais populares.

3.3. Movimento Ecológico *versus* Movimento Ambientalista

Essa discussão nos remete a recortes necessários neste momento, para dialogar sob diversos olhares de autores sobre a diferença entre estes. No capítulo V, retornaremos a ela com dados da pesquisa sob os olhares de nossos pioneiros ecologistas de Mato Grosso. Assim, teremos como base referencial a tessitura literária de alguns autores, trazendo à roda suas percepções e visões a respeito desses termos.

Segundo Carvalho (2004[a], p.40), o movimento ecológico é constituído por “um conjunto de ações políticas (sociais) [...] entre sociedade e ambiente”, tendo uma “compreensão holística do mundo e defende a construção de relações ambientalmente justas com a natureza e entre os seres humanos”. Para a autora, o ecologismo dá as bases da educação ambiental e da formação do sujeito ecológico⁴².

O movimento ecológico⁴³ (ecologismo) é o termo de identificação e referência dos próprios pioneiros deste movimento aqui no estado. A diferenciação entre os termos (movimento ecologista e ambientalista) não estava no cerne da organização do movimento ecológico. O importante naquele momento (década de 80) era trabalhar a questão ecológica associada à responsabilidade social. O

⁴² Para Carvalho (2002, p.74) o sujeito ecológico pode ser visto como um “sujeito heróico, vanguarda de um movimento histórico, herdeiro de tradições políticas de esquerda, mas protagonista de um novo paradigma político-existencialista”. Crespo (1992, p.41-42, apud Carvalho 2002, p.74), constrói um ideário do sujeito ecológico, a partir de algumas crenças, onde destacamos: “unidade do planeta; possibilidade da extinção da vida; ameaça populacional sobre os recursos naturais; insustentabilidade do modelo econômico; equilíbrio ecológico; idéia de que passamos por uma crise de civilização que vai engendrar uma nova sensibilidade e/ou subjetividade que localiza no campo da cultura o motor da futura sociedade orientada por valores ecológicos”.

⁴³ Este termo será usado com mais freqüência no capítulo História do movimento ecológico em MT, início da mobilização referente à questão ambiental.

movimento ecológico é, segundo Carvalho (2004[a], p. 48), o movimento reconhecido pela “autonomia e emancipação em relação à ordem dominante e a afirmação de novos modos de vida”. Concebemos por emancipação, a não submissão às instituições e regulamentações de poder, é a “autonomia racional moderna das ações (artes, ética, direito e técnica) e do pensamento (ciências e filosofia)”, que confere aos sujeitos mais que independência, confere “*autoridade* teórica e prática para criticar” (CHAUI, 2006, p.20).

O termo movimento ambientalista (ambientalismo) surge no discurso universal, segundo Medeiros (2006, p.93), “pela orientação da comissão de Brundtland” (em 1987), às vésperas da Eco-92, conferência esta que dissemina a eclosão desse termo. O autor [op. cit.], considera que o “ambientalismo genérico” vem na “orientação do Desenvolvimento Sustentável e com ênfase aos sistemas econômicos. Enfatiza a densidade demográfica e aposta nas ciências e tecnologias limpas que possam minimizar a degradação ambiental”. Dessa forma, o movimento ambientalista aparece recentemente, divulgado e adotado a partir da década de 90, quando se torna um conceito mais genérico. Nessa linha, Ribeiro (1992, p.10) afirma que este termo está interligado aos programas e alternativas de desenvolvimento “o ambientalismo há muito é relacionado aos modelos alternativos de desenvolvimento, mas apenas há pouco tempo se transformou em interlocutor dos principais agentes do campo desenvolvimentista”. Para Lima (2005, p.62),

O ambientalismo emergiu e se organizou como uma vontade coletiva – embora diferenciada internamente - de denunciar, protestar, reivindicar mudanças e de participar das decisões sobre os processos econômicos, tecnológicos e políticos que produziam impactos destrutivos sobre a vida individual e social.

Vimos, até o momento, que o termo movimento ecológico é o termo mais antigo que engloba questões sociais e ambientais, e exige mudanças mais radicais que realmente farão diferenças fundamentais, enquanto que o termo movimento ambientalista é conhecido recentemente, um termo intermediário, mais genérico, e que se dispõe a discutir os processos econômicos, sociais e tecnológicos, com mudanças menos radicais. Entretanto, podemos perceber a adoção de um termo ou de outro por diversos autores, enquanto que Loureiro (2006, p.17), evita “usar terminologias dualistas do tipo ecologistas e ambientalistas, optando por um termo

mais genérico, questão ambiental”. Esta é uma posição onde se privilegia a mobilização e discussão sobre a atuação de militantes que atuam em prol das questões socioambientais, independente de serem ambientalistas ou ecologistas, são identidades políticas.

Carvalho (2002, p.16), distingue os termos ecologismo e ambientalismo, mas em alguns momentos considera que essa diferença não é tão precisa. Segundo ela, o termo “ecologismo é aplicado ao movimento ecológico [...] associado a questionamentos e propostas de mudanças radicais quanto ao modelo de desenvolvimento e ao estilo de vida”. Enquanto que os termos ambientalismo e movimento ambientalista “aderem a um ideário de preservação e gestão sustentável do meio ambiente, incluindo [...] uma variação ideológica que envolve ideários e propostas de mudanças menos radicais quanto ao modelo de desenvolvimento”. Para Caride & Meira (2001, p.74 e 75)⁴⁴, o termo ambientalismo “advoga por uma aproximação administrativa aos problemas ambientais, convencido de que podem ser resolvidos sem mudanças fundamentais nos valores ou modelos de produção e consumo atuais”.

Pignatti (2005, p.61 e 62) reflete sobre as posturas diferenciadas entre os termos perante a natureza, onde “o termo ecologismo propõe uma concepção mais ampla da natureza e da relação da humanidade com o mundo natural”, considera que a biosfera deva ter um equilíbrio e integração, que o ser humano deve “mostrar um respeito consciente pela espontaneidade com o mundo natural”. A mudança nesse sentido é ampla, ancorada na sensibilização das pessoas. Para Caride & Meira (2001, p.75), o termo ecologismo mantém “uma existência sustentável e satisfatória, pressupõe transformações radicais na nossa relação como o mundo natural e na nossa forma de vida social e política”.

Com a ciranda e olhares de nossos autores, a idéia do ecologismo pressupõe mudar nossa relação com o mundo, provoca e propõe mudanças radicais, que realmente farão transformações fundamentais, onde os valores deverão ser recriados. Onde é necessário mudar a visão antropocêntrica e trabalhar

⁴⁴ Caride & Meira fazem essa definição sintética, com base na concepção de Dobson (1997, p.22).

com a complexidade da composição do planeta, mudar radicalmente a forma de vida social, política e o próprio estilo de vida. Enquanto o ambientalismo é um termo mais abrangente, genérico e menos radical, se dispõe a ser interlocutor e discutir processos e modelos de desenvolvimento, um termo que faz a intermediação.

Com esta amostragem de posições e idéias é possível destacar a incipiência da discussão, talvez por ser ainda recente, causa estas diversificações com relação a estes conceitos. Ou ainda, porque na prática das instâncias coletivas organizadas essa diferença não aparece com tal evidência. Também, considerar que muitos não têm acesso a essa discussão de conceitos e termos teóricos. Para Sato (2005, p.41), é “emergencial marcar as diferenças das identidades construídas ao longo dos anos de militância [...] são opções de quem reinventa o ecologismo para além dos sistemas naturais”. Para a autora é fundamental, no contexto contemporâneo, a definição e identificação que marque o diferencial entre os sujeitos dessa história. São escolhas que os militantes e pessoas atuantes devem tomar, para transcender a identificação, pois não somos todos iguais.

Medeiros (2006, p.93) faz uma classificação para “marcar as diferenças das identidades construídas ao longo dos anos de militância”, partindo da premissa que não somos todos iguais e que é necessário identificar “quem é quem” neste universo. Atualmente, os militantes dos movimentos ambientais e ecológicos estão sendo considerados iguais, ou identificados na mesma categoria de “ambientalista”. Categoria esta na qual um produtor de soja, ou um representante governamental, que defende e dá ênfase ao desenvolvimento econômico a qualquer custo, são confundidos e identificados como ambientalistas, por plantar uma árvore, ou defender o uso de ciências e tecnologias limpas. No entanto, são mesmo iguais? Este ambientalismo genérico parece se tornar um rótulo, onde grande parte da sociedade e governo se identifica, pois é importante para uma boa imagem, principalmente no âmbito internacional. Para este autor a classificação é necessária e diferencia algumas categorias, definindo o “ecologismo político” por:

Discursos que evidenciam os dilemas sociais conjugados com os impactos ambientais, enfatizando campos de intervenção na inseparabilidade da sociedade e natureza. Enfatizam a Justiça Ambiental, a democracia, a inclusão social e a proteção ecológica e valorizam diversos saberes à construção de sociedades sustentáveis (MEDEIROS, 2006, p.93 e 94).

Diante desta categorização e discussão dos termos até aqui apresentados, destacamos como referencial o termo socioambiental, mais genérico e incluso, e o termo ecologismo político onde se pode reinventar, recriar e transformar nossa educação ambiental para uma visão sistêmica, crítica e emancipatória, pelo qual acreditamos que deve ser, com inclusão social, justiça ambiental, participativa, democrática e com qualidade de vida. Consideramos nesta pesquisa as contribuições à discussão, visualizando a diferença entre os termos, apesar de ser insípida.

Para concluir esta discussão é necessário termos presente uma nova configuração que se refere à resolução do governo federal através do SISNAMA⁴⁵, que direciona as ONG brasileiras a se reconhecerem e se autodenominarem ambientalistas. Este reconhecimento refere-se: ao Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas⁴⁶ (CNEA), um requisito básico para instituições ambientalistas acessarem recursos financeiros nacionais; à padronização do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA⁴⁷), para acessar recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), e poder participar da estrutura de representação da sociedade civil. Esta padronização foi concretizada quando instituíram o Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA), onde as entidades brasileiras se estruturam enquanto entidades ambientalistas para ter visibilidade dentro da estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Neste caso, as entidades cadastradas devem ter em seu estatuto o termo “ambiental”, ou seja, registro constando atividades relacionadas ao tema ambiental.

O CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274,

⁴⁵ “O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) foi instituído pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990, sendo constituído pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental” Disponível: <http://www.mma.gov.br>.

⁴⁶ O Cadastro Nacional de Entidade Ambientalista (CNEA), termo ou instrumento classificatório de alguns órgãos, como: entidade assistencialista, entidade filantrópica.

⁴⁷ “O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90”. Disponível: <http://www.mma.gov.br>.

de 6 de junho de 1990 e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, considera a necessidade de normatizar, aperfeiçoar e dinamizar o processo de cadastramento das entidades ambientalistas. A Resolução do CONAMA disciplina o cadastramento e recadastramento das Entidades Ambientalistas no CNEA e determina em seu artigo 1º: “Para efeito desta Resolução são entidades ambientalistas as Organizações Não-Governamentais (ONG) sem fins lucrativos que tenham como objetivo principal, no seu estatuto e por intermédio de suas atividades, a defesa e proteção do meio ambiente” em todos os seus aspectos.

Portanto, para acessar recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), para poder participar da estrutura de representação da sociedade civil no CONAMA, para poder votar e poder ser votada, precisa ser reconhecida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), como membro da estrutura do SISNAMA tem que se cadastrar no CNEA⁴⁸. Esse cadastro faz com que as entidades brasileiras se estruturam enquanto entidades ambientalistas para ter visibilidade dentro da estrutura do SISNAMA. Dessa forma, esse é um referencial significativo no país, pois aqui não é por uma questão ideológica ou teórica que as instituições e entidades se afinam com um grupo de pensadores que defendem o ecologismo ou ambientalismo, não é esse o referencial teórico que vai incidir na definição e opção de muitas instituições do Brasil, e sim, a indução do governo federal ao criar uma estrutura dentro do SISNAMA para as entidades poderem pertencer a este sistema ou não.

Apresentou-se uma breve discussão epistemológica de alguns termos que em vários momentos estarão presentes em nosso trabalho, mas é necessária uma discussão mais aprofundada, contextualizada e dialogada com outros olhares e outros autores. Vimos a importância de contemplá-los, apesar da incipiência e superficialidade, por isso mantemos alguns termos sem o aprofundamento necessário nesse momento, já que não se trata do foco principal de nossa pesquisa.

⁴⁸ Atualmente, existem treze (13) instituições mato-grossenses cadastradas no CNEA. E no período (maio a junho de 2007) acontece a eleição dos “representantes das organizações ambientalistas não-governamentais no Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA, para o mandato de dois anos”. [...], biênio julho/2007 a julho/2009”. Disponível: <http://www.mma.gov.br>.

Este é um exercício provocativo para darmos continuidade a essa discussão, que para nós está longe de uma definição e um consenso, entendemos também que não há essa hegemonia e nem deve. É importante para o fortalecimento dos movimentos a discussão; é saudável, faz parte de nossa vida e do processo histórico que mostra a diversidade.

Reafirmamos que a luta por diálogos abertos, democráticos, participativos e interculturais são justos e importantes. É fundamental estarmos fortalecidos para enfrentarmos o império da proposta globalizante deste sistema capitalista, que tem metas e propósitos claros rumo a um modelo econômico definido. Um modelo que parece não se importar com a devastação que assola e acirra os efeitos já causados pelas inseqüentes degradações. Nesse sentido, vemos a educação ambiental, da qual discorreremos a seguir, como uma proposta que viabiliza este diálogo democrático e participativo, entre sabores e saberes.

3.4. Saberes e Sabores da Educação Ambiental

Marcondes (2005, p.285) afirma que a expressão Educação Ambiental foi ouvida pela primeira vez, segundo Genebaldo Freire Dias, em 1965, na Grã-Bretanha. A princípio este vocábulo Educação Ambiental (EA) parece simples, mas é tão complexo quanto o que entendemos e queremos que seja a educação ambiental na teoria e na prática. Grün (1996, p.20) questiona “como podemos ter uma educação não-ambiental se desde o dia de nosso nascimento até o dia de nossa morte vivemos em um ambiente”. É interessante e propício iniciarmos nossa discussão sobre “educação ambiental” e refletirmos a partir desta negatividade da educação não-ambiental.

A única maneira de se entender o conceito de natureza na teoria educacional é por meio de sua ausência. [...] Compreendi a própria necessidade de adicionar o predicado *ambiental* à educação. A educação *ambiental* surge hoje como uma necessidade quase inquestionável pelo simples fato de que não existe ambiente na educação moderna. Tudo se passa como se fôssemos educados e educássemos fora de um ambiente (GRÜN, 1996, p.21).

Conforme Grün, não há educação se não for uma educação ambiental. Se, nascemos, vivemos e morremos num ambiente, como não ter ambiente em nossa educação moderna? Como o ser humano nega este predicado à educação! Para Layrargues (2004, p.7), o vocábulo educação ambiental é composto por um “substantivo e um adjetivo, que envolvem, respectivamente, o campo da educação e o campo ambiental”. Layrargues entende que educação ambiental, um vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo, é o “nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental”. Neste caso, o “ambiental” modifica o sentido do substantivo “educação” indicando qualidade.

Para outros autores como Carvalho (2004), Passos & Sato (2003) a educação ambiental extrapola este vocábulo composto por um substantivo e um adjetivo. Para estes autores, educação ambiental é um vocábulo composto por dois substantivos, ou seja, duas palavras (substantivos) que por elas mesmas designam a própria substância, nomeiam um ser, uma ação (FERREIRA, 2004). Sato & Passos (2003, p. 20) entendem que a educação ambiental ganha uma “abordagem política criativa e o “ambiente” deixa de ser um adjetivo passando a ser um substantivo, conferindo o caráter eminentemente transformador, ancorado na impossibilidade da educação neutra”. Segundo Carvalho (2004[a], p. 153), a “expressão ‘educação ambiental’ passou a ser usada como termo genérico para algo que se aproxima de tudo o que pudesse ser acolhido sob o guarda-chuva das ‘boas práticas ambientais’”. Nesse sentido, entendemos a educação ambiental não como uma disciplina, mas como um vocábulo que perpassa a adjetivação, vai além da composição, pois é no ambiente que nascemos, vivemos, nos conhecemos, reproduzimo-nos e morremos. É no ambiente que as gerações se perpetuam em consonância com tudo que existe no planeta, nossa Mãe Natureza.

Com a atual crise ambiental, essa expressão está em voga e é comum ouvi-la. Em muitos momentos, sem uma leitura mais aprofundada, e uma discussão sobre o tema podemos fazer confusão, pois a educação ambiental tem várias interpretações, várias linhas, inúmeras dimensões, e diferentes educações ambientais quanto à concepção e entendimentos. Para muitos, educação ambiental é educar para um melhor entendimento e conhecimento do que é meio ambiente. Geralmente, a noção de meio ambiente vem em nosso imaginário, idéias de

natureza, flora e fauna, vida selvagem, e tantas outras que nos é reafirmado em meios de comunicação, veiculadas em programas e documentários de viagens com pesquisadores na África, oceanos, e outros lugares, sempre relacionando imagens de natureza e que acabam fixando esse “ideário ambiental”. Segundo Carvalho (2004[a], p.35), essa é uma visão “naturalizada”, que vê a “natureza como o mundo da ordem biológica, essencialmente boa, pacífica, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas”. É um mundo fixado em nosso imaginário no qual com essa visão “naturalista” parece “autônomo e independente”, onde o ser humano, “o mundo cultural humano”, aparentemente, é a espécie problemática e predadora que não interage com esse mundo natural estável. Para Guimarães (2006, p.13),

Meio ambiente não é apenas o somatório das partes que o compõem, mas é também a interação entre essas partes em inter-relação com o todo, ou seja, é um conjunto complexo como uma unidade que contém a diversidade em suas relações antagônicas e complementares de forma muitas vezes simultânea. É tudo junto ao mesmo tempo agora.

Conciliar e equilibrar essa relação, fazer a interação da vida selvagem e visão naturalista com a vida cultural do ser humano, uma inter-relação de convivência e respeito com a grandeza do universo como um todo e não em partes. Assim, a educação ambiental aqui tratada é uma educação ambiental crítica, política, sustentável e emancipatória. Entendemos como uma educação ambiental crítica que visa mudança social e ambiental, que segundo Lima (2005, p.126), “atua na esfera da política ressaltando uma leitura crítica da realidade”. A educação ambiental emancipatória como renovação de relações da sociedade e o meio ambiente “se define pelo compromisso com a transformação do *status quo*, com a renovação dos valores, relações e instituições sociais” (LIMA, 2005, p.128).

Princípios básicos da evolução onde os hominídeos⁴⁹ e povos indígenas possuem outra interação com a natureza. Carvalho (2004[a], p.37) ressalta que as “modificações resultantes da interação entre os seres humanos e a natureza nem sempre são nefastas, podem muitas vezes ser sustentáveis”. Aqui, cabe lembrar a

⁴⁹ Documentário DVD: “Homens das cavernas: o filme definitivo sobre a evolução humana” produzido por BBC, Super-Interessante, DVD-Vídeo e Editora Abril S.A.

experiência pessoal vivida pela pesquisadora, na década de 90, com o povo indígena Sorowaha. O entendimento deles sobre a natureza e a territorialidade difere da concepção (de nossa herança ocidental) do sistema capitalista. Para os Sorowaha, a terra não é propriedade particular, é de todos(as), não é um bem que tem dono, proprietário, pois quando morrem, as únicas coisas que levarão (enterradas com eles) serão seus pertences como arco e flecha, rede, entre outros; a terra é de usufruto coletivo, têm como princípio quando morrem, não poderão levar (propriedade, terra) com eles, ela permanece para que outras(os) nela co-habitem, vivam e convivam. Segundo Fank e Porta (1996, p.63), para os Sorowaha,

A terra e tudo que ela contém (sistemas naturais), não pode ter dono, pois as pessoas só podem possuir aquilo que elas plantam ou constroem, como por exemplo: as casas, armas de caça, utensílios domésticos, canoas, etc. Os sistemas naturais não foram feitos pelos seres humanos, estes podem apenas usufruir dos mesmos para suprir suas necessidades.

Para muitos que estarão lendo e tendo conhecimento de uma concepção dessa natureza pela primeira vez, deve parecer algo inexistente, uma utopia de ardorosos militantes, sonhadores na concepção de um sistema capitalista no qual vivemos, onde a premissa é ter excedente, “lucro”. Parece estranho, não? No entanto, é uma concepção que difere do nosso usual entendimento. Este referencial de interação do ser humano com a natureza, em mútua convivência sustentável, que nem sempre é nefasta, pode propiciar um aumento da biodiversidade e um modo de ser/pensar dentre vários outros existentes. Neste sentido, “poderíamos pensar essa relação como um tipo de sociobiodiversidade, ou seja, uma condição de interação que enriquece o meio ambiente”, que é perceptível em vários grupos como os povos indígenas, extrativistas e ribeirinhos (CARVALHO, 2004[a], p.37).

Aqui, cabe resgatar alguns princípios básicos da pedagogia freireana como “educar é saber ‘ler’ o mundo, conhecê-lo para transformá-lo e, ao transformá-lo, conhecê-lo”. Degustando este princípio e as considerações acima, parecem-nos dispensáveis argumentos ou acréscimos de palavras, elas expressam o sentido por elas mesmas. Reafirmamos que “educar é transformar pela teoria em confronto com a prática e vice-versa (práxis), com consciência adquirida na relação entre o eu e o outro, nós (em sociedade) e o mundo” (LOUREIRO, 2004, p. 17). Se todos os seres

humanos soubessem e entendessem esse princípio, a crise ambiental que vivenciamos hoje não seria a mesma. Muitos parecem não querer conhecer, “ler” o mundo como ele é, com seus sistemas naturais limitados, aprender com nossos povos indígenas, ribeirinhos e extrativistas. Parece ser uma resistência e insanidade do ser humano ocidental, que sinaliza querer ultrapassar as barreiras naturais com seu poder de inteligência e criatividade e ao mesmo tempo, se nega, pela sua ambição e poder, entender a sua essência, o seu significado, perante as leis da natureza e sua complexidade.

Nesta perspectiva, Demo (2001, P. 28) ressalta que “à medida que a empáfia humana recuar, no sentido de não se sentir ‘rei da natureza’, mas parte intrínseca dela, a realidade natural emergirá também com ares de sujeito”. Ou seja, o todo é o somatório das partes que o compõe, é o conjunto complexo onde somos sujeitos-objetos e não há puros objetos. Destacamos a importância da existência do ambiente na educação, no sentido de dialogar culturalmente, fomentar e trazer estas discussões para que o ser humano saia de sua empáfia e faça o diálogo, a inter-relação com o todo, neste conjunto complexo. Para Grün, (1996, p.23) “uma das principais causas da degradação ambiental tem sido identificada no fato de vivermos sob a égide de uma ética antropocêntrica”. O ser humano faz parte dessa natureza, é o todo composto por partes, que forma a complexidade.

Boff (2005, p.10) considera que temos que tomar um cuidado especial pelo planeta Terra, “temos unicamente ele para viver e morar, é um sistema de sistemas e superorganismos (sic.) de complexo equilíbrio, urdido ao longo de milhões de anos”. De todos os organismos vivos, o ser humano é o que mais tem influenciado nos rumos dessa degradação, nós temos uma herança cultural capaz de significação, somos seres cuja natureza e herança é significar. Portanto, não ignorarmos esse fato, e sim, pensarmos táticas de como o planeta, com seus potenciais naturais e com seus habitantes, inseridos num movimento dialético da ordem e desordem, do caos e estabilidade, do mistério e significado, do individual e coletivo, possa continuar por muitas gerações, num futuro sustentável e infinito.

Loureiro (2004, p.18) considera que “participar é compartilhar poder, respeitar o outro, assegurar igualdade na decisão, propiciar acesso justo aos bens socialmente produzidos, de modo a garantir a todos a possibilidade de fazer a sua

história no planeta”. É o exercício pleno da cidadania autônoma e com responsabilidade, tendo presente que a liberdade individual perpassa pela liberdade do outro, do coletivo, é uma relação complementar e complexa do eu com o outro e com o mundo. Para Carvalho (2004[b], p. 23), é necessário manter abertura para “experienciar, para as relações de alteridade como o mundo, com o Outro e com a finitude”. Nessa complexidade, visualizamos e entendemos a educação ambiental. Parafraçando Grün (1996), uma educação que não for ambiental, não poderá ser considerada educação de forma alguma. Ela requer uma nova forma de transgressão para combater as estruturas tradicionais da educação.

É nesse sentido que a educação ambiental deve ser trabalhada e entendida como um todo e não apenas em partes. Freire (1997, p. 72) já considerava esta questão quando trabalhava junto com outras(os) educadoras(es), com os camponeses e estes, em sua sabedoria, argumentaram “do jeito que vai esta conversa não dá para a gente se entender, não. Porque, enquanto vocês aí, [...] falam só do *sal*, a gente aqui se interessa pelo *tempero*, e o *sal* é só uma parte do *tempero*”. É essa compreensão das relações entre as parcialidades que estamos tecendo o entendimento dos componentes da totalidade. Freire (1997, p.72) considera que “eles (camponeses) não negavam o *sal*, mas queriam entendê-lo em suas relações com os demais ingredientes que construíam o *tempero* como totalidade”.

Segundo Santos & Sato (2003, p.01), a educação ambiental “é uma identidade que necessita ser constantemente repensada e avaliada para que não caia no modismo, nem que permaneça estática em um mundo tão dinâmico”. É com a ciranda das partes que compõe o todo, que se constrói e se re-constrói a educação. É dessa forma que os(as) educadores(as) devem, com uma postura aberta e crítica, conhecer e reconhecer as histórias, se incluir nas discussões, entender o outro, porque o aqui e agora do(a) educador(a) nem sempre é o aqui e agora do(a) educando(a), daqueles com quem trabalhamos. Reconhecer a vivência e história de cada um, as partes que constroem a nossa história, o todo. Como afirma Ricklefs (1996, p.434), “nós somos parte da Natureza, não à parte da Natureza”. Para o autor, a nossa inteligência, cultura e tecnologia são capacidades que nos dá poder de dominar, assim, devemos usá-las também para “nos impor uma auto-regulação e auto-restrição”.

Além destas questões, entendemos que a educação ambiental deve ser crítica, como afirma Guimarães (2004, p. 24), de “maneira eficaz e comprometida com uma ética de justiça socioambiental, participar na construção de uma sociedade ambientalmente sustentável”. A necessidade de despertar essa consciência na sociedade, sensibilizando-a para a compreensão da problemática socioambiental planetária que temos. A educação ambiental tem este papel fundamental, pois a maioria dos seres humanos ainda tem dificuldades de entender o todo, e continuam com a visão antropocêntrica e parcial. Para Carvalho (2004[a], p.156) “a prática educativa é processo que tem como horizonte formar o sujeito humano enquanto ser social e historicamente situado”.

Neste sentido, a educação ambiental tem uma dimensão ampla e complexa, ela tem a responsabilidade de formar o indivíduo para essa relação com o mundo e com as demais espécies existentes no planeta, e pelas quais somos de certa forma, responsáveis, pois como já discorrido anteriormente, somos ao mesmo tempo, matéria, vida e ciência, capazes de significação, natureza e cultura (LEROY, 2006), além de sermos dotados de imaginação. Assim, entendemos que educação ambiental deve ser crítica, onde é preciso que tenhamos posição, responsabilidade, ideais e ações emancipatórias, no e pelo mundo em que vivemos, ou seja, autores da própria história⁵⁰.

O embasamento e compreensão da educação ambiental partem do princípio das considerações e do entendimento sobre o que é educação, conforme nosso grande mestre e educador Paulo Freire, lembrado por Brandão (1990, p.19):

Educação não é sinônimo de transferência de conhecimento pela simples razão de que não existe um saber feito e acabado, suscetível de ser captado e compreendido pelo educador e, em seguida, depositado nos educandos. O saber não é uma simples cópia ou descrição de uma realidade estática. A realidade deve ser decifrada e reinventada a cada momento. Neste sentido, a verdadeira educação é um ato dinâmico e permanente de conhecimento centrado na descoberta, análise e transformação da realidade pelos que vivem.

⁵⁰ Referência fundadora da educação crítica no Brasil de Paulo Freire (Apud, Carvalho 2004[a], p.156).

Diante dessa concepção e dessas reflexões, a educação ambiental tem uma responsabilidade social e ambiental enorme, pois ela contempla elementos e conhecimentos que despertam estas discussões e pensamentos junto à sociedade, num dinâmico e permanente ato de conhecimento. Promove entendimentos, estudos e pesquisas que dão um dimensionamento maior e mais crítico com relação ao nosso futuro, e à dimensão que nossas atitudes causam. Sato & Passos (2003, p.20) consideram que “aceitar a EA, portanto, é fazê-la diferente. Mas antes de tudo, é um reeducar-se a si próprio”. Destacamos aqui questões referentes à conduta da pessoa, acredita-se que é preciso ter teoria, prática e coerência. Para Grün (1996), a ética antropocêntrica é identificada como uma das principais causas da degradação ambiental, baseado num sistema de valores, tendo no ser humano a centralidade de todas as coisas.

Poderíamos dizer sem exagero nenhum, que a ética antropocêntrica é como se fosse a consciência do mecanicismo. Tal ética se afirma em consonância com a virada epistemológica caracterizada pelo abandono da concepção organísmica da natureza em favor de uma concepção mecanicista (GRÜN, 1996, p.27).

Há autores como Arnaud⁵¹ (1994, p.173) que fazem uma crítica ao cenário educativo nacional, referente a inúmeras carências em todos os níveis, deixando a população sem acesso à educação de boa qualidade, e como consequência, o aumento de analfabetismo e de evasão escolar. No início desta pesquisa, deixamos claro que não vamos nos ater à educação escolarizada, sendo esta crítica de Arnaud apenas para entender melhor a ênfase que este autor faz referente à influência das ONG sobre as modalidades educativas. A educação ambiental se dá em inúmeros espaços, sejam eles escolarizados nas modalidades educativas: presenciais, a distância e difusa; como não-escolarizada, que é o foco principal desta pesquisa. Na educação ambiental não-escolarizada, identificamos a importância de fazer a associação aos meios de comunicação, onde é possível através das informações veiculadas e inseridas dentro de um contexto, desenvolver

⁵¹ Destacamos este autor, pouco conhecido, por ser um dos poucos e primeiros autores do movimento mato-grossense que escreve sobre educação ambiental e por ser uma publicação da UFMT.

um processo educativo, crítico e participativo. Segundo Berna (2003, p. 162), “a educação, por sua vez, não se dá no vácuo, mas inserida em seu tempo e no contexto. [...] Não há cidadania ambiental sem participação política”.

É com a participação e a inserção individual e coletiva, com intervenções e entendimentos do funcionamento e padrões dos modelos adotados por nossa sociedade, que os indivíduos e os grupos sociais bastante vulneráveis, podem se fortalecer e ampliar suas ações, usufruindo de seus direitos e deveres, assegurando uma sociedade democrática e cidadã. Demo (2001, p. 19) constata que “a referência central da qualidade humana é a participação, pois a sociedade mais desejável, pelo menos mais suportável, é aquela em que há maior participação por parte de todos”. Freire (1987 p. 84) nos ensina que “a educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia uns e outros, originando visões ou pontos de vistas sobre ele”. É nesta perspectiva que a educação ambiental caminha e constrói sua história, partilhando seus anseios, suas dúvidas, suas esperanças e desesperanças. Uma educação participativa e crítica, que acreditamos ser o conceito básico no qual acreditamos.

A educação ambiental que incorpora a perspectiva dos sujeitos sociais permite estabelecer uma prática pedagógica contextualizada e crítica, que explica os problemas estruturais de nossa sociedade, as causas do baixo padrão qualitativo da vida que levamos e da utilização do patrimônio natural como uma mercadoria e uma externalidade em relação a nós (LOUREIRO, 2004, p.16).

Outro destaque importante refere-se ao entendimento que Martins (2005) escreve em seu artigo “Cultura e educação na roça, encontros e desencontros”. Nele, Martins defende que a educação deve ser um diálogo intercultural, onde questiona o pensamento de que há duas humanidades divididas – as populações que vivem no campo e as populações que vivem na cidade. Desconhece-se a profunda ligação do campo e da cidade pelo elo “vivo e ativo das migrações temporárias”, esse autor questiona a relação entre analfabetismo e ignorância, pois há sábios de grande envergadura, que apenas não sabem ler e escrever. Argumenta também que “o educador precisa ser educado e ressocializado para sua missão de educar”. Idealiza a escola de uma instituição do diálogo cultural com a comunidade e com tempo integral, que inclua entre os deveres o compromisso de conhecer os

saberes locais. O educador ensina aquilo que ainda não é sabido, e por sua vez, o educador aprende os saberes da comunidade local.

É um desafio e pretensão, criarmos e recriarmos a educação ambiental a partir de seu contexto, contemplando os fatores e elementos da realidade local, regional, estadual, nacional e internacional. Nesse sentido, Carvalho (2004[a], p. 69) considera que o sujeito ecológico “põe em evidência não apenas um modo individual de ser, mas a possibilidade de um mundo transformado, compatível com esse ideal”. Onde se critica e se aposta na duração e na esperança de justiça, de viver melhor; contando com a permanência e continuidade de nossa Mãe Natureza. A esperança se mantém viva, mudanças são possíveis de acontecer e transformar, como afirma Morin (2003, p.72):

Se é verdade que o gênero humano, cuja dialógica cérebro/mente não está encerrada, possui em si mesmo recursos criativos inesgotáveis, pode-se então vislumbrar para o terceiro milênio a possibilidade de nova geração cujos germes e embriões foram trazidos pelo século XX: a cidadania terrestre. E a educação, que é ao mesmo tempo transmissão do antigo e abertura da mente para receber o novo, encontra-se no cerne dessa nova missão.

Nesse sentido, destacamos a educação ambiental presente em todos os momentos, não como uma bandeira individual ou separada, mas dinâmica e presente nas ações e mobilizações, fazendo parte de um todo, permeando as atividades desenvolvidas pelos ecologistas. Para Carvalho (2004[b], p.23), “o sujeito reflexivo [...] é aquele que é capaz de transformar fatos vividos em experiência e, neste sentido, é protagonista de sua biografia, fruto de uma vida pensada, historicamente situada nas relações com os outros”. A urgência que temos hoje de mudanças profundas na vida da sociedade para conseguirmos reverter à situação atual, onde está declarada a maior crise ambiental do planeta. Para Jacobi (2005, p.240) “a essência da crise ambiental é a incerteza”. Defendemos um diálogo inter culturas onde é necessário trabalharmos a ecologia sob todos os olhares, entendimentos e pressupostos, pois toda cultura possui suas características peculiares e seus saberes diferem dos demais. O importante é trabalharmos uma educação ambiental onde a sociedade e comunidades entendam, sob diferentes saberes e diálogos, que é necessário viver e não degradar. São fatores fundamentais: a troca, o diálogo, a participação, a construção e a (des)construção

de saberes e sabores, e não a neutralidade. Como afirma Demo (2001, p. 25), “neutralidade é golpe de quem se vende por neutro e supina ingenuidade em quem nisso acredita”.

O enfoque dado à educação ambiental que trabalharemos nesta pesquisa pretende conhecer melhor como ela se manifesta e como está imbricada e interada nos diversos espaços não-escolarizados. Busca a narrativa e as reflexões dos protagonistas do movimento ecológico mato-grossense na década de 80. A história, a imbricação do movimento, a educação ambiental, o testemunho social e ambiental de nossos sujeitos em esferas não-escolarizadas perpassam os movimentos da contracultura, a emergência do ecologismo, a implementação de políticas públicas (CARVALHO, 2004[b], p. 24); até a constituição de Fóruns e Redes no estado.

3.4.1. Brotamento da Educação Ambiental

No Brasil, as décadas que realmente marcaram a história nacional da educação ambiental e registraram o início de sua trajetória, segundo Carvalho (2004[a], p.52) foram “principalmente nas décadas de 80 e 90, com o avanço da consciência ambiental, que a EA cresce e se torna mais conhecida”. Além das discussões, parece ser na década de 90 que acontece o fortalecimento da educação ambiental através de Fóruns e de Redes. Neste período, em função da preparação e realização da Eco 92, cria-se em Mato Grosso o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) e, em 96, a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA). O que afirma Silva em seu relato “O fenômeno das redes de educação ambiental no Brasil: o caso da Amazônia”⁵²:

Emergem na década de 1990, na esteira das mudanças derivadas do conceito de desenvolvimento sustentável que apresenta o imperativo ético de responsabilidade com as futuras gerações e da oxigenação da política ambiental promovida pela Conferência Mundial sobre Meio

⁵² SILVA, A. T. é sociólogo (UFPA). Relato disponível site: www.ufmt.br/remtea.

Ambiente e Desenvolvimento, mais popularmente conhecida como ECO-92.

Seguindo esta linha de multiplicação e tecelagem de um mosaico de redes, Silva em seu relato também afirma que temos em nível nacional quarenta e duas redes de educação ambiental, dentre elas, em Mato Grosso, a REMTEA, que por sua vez, agrega as redes de alguns municípios. A REMTEA, da mesma forma que a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) adotou como princípios o "Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global" (anexo II), que assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção, propiciando a reflexão, o debate e a sua própria modificação. O Tratado foi elaborado por um grupo, composto por inúmeras pessoas, que pensou, refletiu e elaborou o documento na Eco-92, teve participação de representantes mato-grossenses, virou o compromisso com a proteção da vida na Terra num processo educativo transformador permanente através do envolvimento pessoal, de comunidades e nações, respeitando todas as formas de vida, para criar sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, respeitando dessa forma os princípios.

Esse Tratado foi um marco para a educação ambiental brasileira. Pela primeira vez na história, representantes do mundo inteiro se reuniram para traçar princípios e valores, e também um plano de ação, sistemas de coordenação, monitoramento e avaliação. Segundo Sato (2004, p.17), "consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida". O tratado aborda questões sobre como a educação ambiental pode ser orientada. Nesta pesquisa, tratamos de vários destes princípios, mas os que mais têm polemizado o planeta e a nossa pesquisa se referem aos pontos "05, 07 e 16". São os que tratam da relação do ser humano com o universo, com as questões globais críticas, suas causas e inter-relações numa perspectiva sistêmica, onde devemos ver o todo e não tratar as partes, não fragmentar.

Em abril de 2006, no V Congresso Ibero Americano, decorridos dezesseis anos, a discussão desse Tratado retorna à baila, como um dos pontos de destaque de abertura do Congresso. Após um dia inteiro de discussão, foi reafirmado que os mesmos princípios continuam reais e orientadores da educação ambiental, sendo

necessários apenas alguns ajustes de termos e inclusão de novos como justiça ambiental, complexidade, educação ambiental emancipatória, e outros.

A discussão do Tratado é viva e presente para cada educador(a) e aprendiz, e é orientadora de diretrizes para a educação ambiental. Em Mato Grosso, no seminário de Educação 2006, da UFMT, “Semiedu2006”, incorporado à programação como uma “Atividade Satélite”, foi realizado o I Fórum Popular de Educação Ambiental em MT, tendo como tema de pauta: o Tratado de Educação Ambiental. Neste Fórum, após discussão e trabalhos em grupo, houve sugestão de várias alterações, considerações, supressões e solicitação de esclarecimentos com relação a alguns itens. Sendo estes remetidos à secretaria da REMTEA, que deverá disponibilizar no site, e serão temas de discussão do Encontro da REMTEA 2007.

A educação ambiental é garantida na Constituição Federal de 1988 (artigo 225, parágrafo 1º, inciso VI), institui que há necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino” (GUIMARÃES, 2004, p.24). No Brasil, instituiu-se a Política Nacional de Educação Ambiental somente em 1999, sob a lei nº. 9.795, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, e regulamentada pelo decreto nº. 4.281 de 22/06/2002 (MARCONDES, 2005, p 284). Atualmente, temos dois grandes programas nacionais em execução no Brasil, o Programa de Formação de Educadores Ambientais, do Programa Pantanal (ProFEAP), e Coletivos Educadores, entre outros estaduais e municipais. O ProFEAP visa construir as identidades territoriais do Pantanal para o fortalecimento da participação na formulação de políticas públicas. A meta é promover o empoderamento político e ajudar na formação de coletivos educadores que possam promover transformações. O Programa ou diálogo de saber da enorme comunidade de aprendizagem ocorre entre várias Pessoas que Aprendem Participando (PAP). Envolve organizações não-governamentais, governamentais, redes, universidades, escolas e prefeituras municipais. O processo acompanha a metáfora dos quatro elementos (PAP1 -água, PAP2 - terra, PAP3 - fogo e PAP4 - ar). Cada PAP anima, se organiza, dá vida e se constitui através de apresentação de cardápios, os quais

se distinguem por diferentes pratos⁵³. E o programa Coletivos Educadores tem como objetivo promover reflexão crítica, aprofundamento conceitual, instrumentalização para ação, proatividade dos seus participantes e articulação institucional. Visa à continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo a percolar, de forma permanente, todo o tecido social da região em foco. Segundo Ferraro Jr. & Sorrentino (2005, p.59), “o coletivo educador é a união de pessoas que trazem o apoio de suas instituições para um processo de atuação educacional em um território”. Este processo deve ser demarcado por um território de pertencimento, que pode ser geográfico, setorial ou simbólico.

⁵³ ProFEAP. Disponível site:www.ufmt.br/remtea.

CAPÍTULO IV FLORESCENDO PERFUMES

CERRADO / RAÍZES

- num cotovelo da estrada
cerreteira
florido pequizeiro
alegra de cheiro
o canto-carreiro inchado de tempo
- o solo-cerrado cercado
cercado aceiro
a caligrafia nos caminhos de sobe
desce
sua tortuosidade vegetal
- antes que a polpa-ouro
se amanheça de espinho/
escondida no arroz-com-piquí/
velho-menino boleia na boca
o redondinho da coroa-de-frade

Poesia: Silva Freire

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa registra o pioneirismo na história do movimento ecológico e a sua interface com a educação ambiental no estado de Mato Grosso. Pesquisa participante devido ao meu envolvimento com os segmentos organizados da sociedade civil desde a adolescência, com participação e atuação em grupos de base, pastoral da juventude, sindicato, partido político, indigenista e demais mobilizações e articulações que de uma forma ou de outra, fazem parte e compõem o movimento socioambiental. A trajetória se dá no singular, e doravante no plural “nós”, com o entrelaçamento de idéias, discussões e conhecimento com o outro (orientadora, professores, protagonistas, autores, grupo de pesquisa, colegas e outros). Segundo Sato & Santos (2003, p.265), na pesquisa participante, o(a) pesquisador(a) estabelece “relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitas”. Relações estas em que a pesquisadora está implicada com o compromisso político que torna legítimo o trabalho e rompe com o sujeito-objeto, sendo nesta pesquisa, ambos sujeitos participantes do processo.

Nesta perspectiva, a pesquisa busca, através do testemunho dos protagonistas deste movimento em questão, uma visão e um entendimento crítico do processo de transformação que se propõe. Oliveira & Oliveira (1999, p.25) consideram que “apreender a rede de relações sociais [...], captar os conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente, [...] que abrem caminho para as rupturas e mudanças”. Este é um itinerário que pretendemos percorrer para uma melhor compreensão e registro dessa mobilização, o caminhar e o processo do movimento ecológico e dos movimentos sociais, fazendo o entrelaçamento com a educação ambiental; como observa Brandão (1999, p.11):

Aprender a reescrever a História através da sua história. Ter no *agente* que pesquisa uma espécie de *gente* que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a *pesquisa participante* – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situação e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular.

Participante também na narrativa e na atuação dos pioneiros ecologistas na época da consolidação do movimento ecológico em sua correlação com a educação ambiental. As entrevistas e o procedimento adotado na coleta de dados irão dialogar de forma participativa com os diversos olhares e testemunhos vivenciados nesta trajetória. Teremos presente uma história viva, diversificada e participativa, tendo a herança do fenômeno da contracultura dos anos 60, uma linha comum entre protagonistas, pesquisadora e orientadora. Ressaltamos a “complexidade da existência humana que não se fragmenta entre pesquisador e militante, mas que se alia nos sonhos de se promover políticas públicas capazes de ousar mudanças” (MEDEIROS & SATO, 2006, p.73). Em nossa realidade é importante fazer o exercício de interrogar constantemente nossa vida, em conformidade com as palavras de Brandão (1999, p.26), “assumir o direito e o dever de formular julgamentos de valor que conduzam a denunciar e recusar tudo aquilo que, na ordem social, nega a liberdade e a autonomia criadora dos movimentos sociais”. Fundamental esse permanente exercício de atualizar nossos conhecimentos, questionamentos, críticas e atuação política, onde a complexidade e sonhos se aliam, onde não há espaço para a neutralidade.

Nesta perspectiva, nossa pesquisa e metodologia estão baseadas na participação dos protagonistas pioneiros do movimento em MT, não como objetos de pesquisa, mas como sujeitos. Demo (2001, p. 30) considera que “a informação qualitativa não busca ser neutra ou objetiva, mas permeável à argumentação consensual crítica”. Testemunhos expressos em entrevistas semi-estruturadas possibilitam tanto o entrevistado falar e repassar as informações que lhe são importantes e fundamentais, através de seu olhar, como do entrevistador, que direciona e tenta deixar clara a questão abordada pelas perguntas, e ambos, sujeitos de um mesmo trabalho. Não somos neutros, temos sangue que move nosso corpo, temos paixão, e assim, não somos imparciais, indiferentes, insensíveis e indefinidos ao que vemos e vivenciamos. Em nosso caminhar, além de conhecermos e entendermos esta história e processos, também agirmos a partir do entendimento e da análise conjuntural do entremeado de fios tecidos ao longo destes anos, na construção desta história.

Nesta linha, nossa pesquisa será qualitativa, e nos orientará a descrever, explicar ou interpretar a cultura de um grupo de pertencimento que nos propomos

pesquisar – aqui, os pioneiros do ecologismo mato-grossense. Bogdan e Biklen (1997, p.16) consideram que a “expressão investigação qualitativa” é utilizada e empregada como “um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características”. Assim, a pesquisa qualitativa tem como estratégia utilizada a “observação participante” e a “entrevista em profundidade”. Sendo nossa estratégia principal, a entrevista em profundidade.

Construímos nossa pesquisa qualitativa com um roteiro básico para nortear a entrevista. A comunicação foi discutida e questionada quando necessário entre os sujeitos - entrevistadora e entrevistados(as). A pesquisa não partiu de um questionário fechado, onde o sujeito pergunta objetivamente e objeto responde da mesma forma, encaixando-se nas respostas previstas. Partimos do princípio da co-participação, com informações qualitativas para construirmos, conjuntamente, o processo evolutivo do movimento ecológico em MT. Consideramos os olhares e saberes de cada sujeito protagonista neste trabalho.

Dessa forma, buscamos dados qualitativamente dialogados e construídos. Obtidos num processo de conversas entre sujeitos, onde os protagonistas aparecem testemunhando sob seu olhar um perfil de sua vida, e não a busca de dados objetivos e pontuais. Se fosse diferente, evidentemente, os resultados seriam de menor qualidade, pois nesta pesquisa nos interessa a riqueza subjetiva, os detalhes obtidos no diálogo. Com este entendimento, tendo como princípio nossa ética, com respeito aos devidos papéis, e com a preocupação de construirmos uma pesquisa qualitativa, após a realização de entrevistas, as transcrições foram repassadas aos respectivos entrevistados(as) para rever as mesmas afim de fazerem alterações e considerações caso, julgassem necessário, pois se trata de um testemunho historiográfico.

Ferreira (2004) afirma que a historiografia vem do grego *historiographía*, é definida como a arte de escrever a história, é estudar e procurar saber o que aconteceu, de forma crítica. Nesta pesquisa, a historiografia será construída a partir da narrativa do testemunho dos(as) pioneiros(as) protagonistas, onde faremos o registro da história do movimento ecológico e sua interface com a educação ambiental e os movimentos sociais. Vale salientar que há pouquíssimos registros desta história no estado. Freitas (1998, p.08 e 09) considera que a historiografia

“quer oferecer-se para dirigir os olhares ao já visto”, que pode ser um novo olhar, ou outro olhar ao que aconteceu. Nossa pesquisa contempla as duas formas, ao mesmo tempo em que iremos olhar novamente, também será outro olhar. A base das informações parte do olhar e vivência de cada um de nossos protagonistas.

O registro da vivência dos sujeitos, a partir de cada olhar. Olhares individuais, que em alguns momentos da história, um determinado fato ou dado, repercutiu profundamente em apenas um dos testemunhos e não houve ressonância coletiva, mas essencial para a construção coletiva deste conhecimento. É com estas narrativas que nossa pesquisa será desvelada. A partir dessa memória coletiva, registrada por cada “indivíduo memorizador”, com detalhes e significados importantes, e memorizados por cada um de forma diferente, “significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411). A abordagem nos remete a um tipo de tratamento, que se baseará na narrativa oral dos(as) pioneiros(as).

Conforme considera Bosi (1994, p.453) “o sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica neutra. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a”. Dessa riqueza de informações e testemunhos, iremos tecer nosso mosaico. Daremos o significado e o valor de cada informação, que juntas irão, de forma coletiva e qualitativa, construir o registro dessa história importantíssima para Mato Grosso. Para Ferreira & Amado (2001, p.xxi), a tradição oral através de narrativas orais “referem-se tanto ao passado quanto ao presente, organizando-os e unificando-os”.

A história oral privilegia a participação de quem realmente vivenciou e testemunhou a história (MEYHE, 2002). Esta pesquisa dará, segundo Lozano (2001, p.16), “ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações qualitativas de processos histórico-sociais”. É através desta oralidade que pretendemos entender as percepções e entrelaçamento do movimento ecológico e educação ambiental em Mato Grosso, da década de 80, vivida pelos nossos protagonistas sujeitos desta pesquisa.

No âmbito da educação ambiental, Ruscheinsky (2005, p.136) considera que “os múltiplos trabalhos acadêmicos têm sido realizados [...] mas reduzidas têm sido as publicações relacionando estas pesquisas com o uso da metodologia que permite

obter relatos fantásticos a partir da história oral”. Desse modo, esta pesquisa buscou o balizamento nas metodologias para conhecer, registrar e interpretar os testemunhos do movimento ecológico e suas inserções no campo da educação ambiental mato-grossense. Para Marotti & Santos (2003, p.197), “a história oral também denominada ‘como uma narrativa aberta’, está baseada num processo em que o pesquisador aborda o sujeito de modo mais abrangente possível, interferindo o mínimo durante a narrativa”.

Transcendendo um trabalho acadêmico, esta pesquisa alia-se ao desejo militante de resgatar as vozes dos ecologistas pioneiros no estado de Mato Grosso. Dando audiência para que suas narrativas exemplifiquem e sustentem a luta ambientalista, nas trajetórias lançadas e nas opções aceitas rumo à proteção planetária.

4.1. Fiando e Processando

O procedimento para a coleta de dados foi através de entrevistas semi-estruturadas com pioneiros(as) que são reconhecidos como referências importantes na constituição do movimento ecológico deste estado e consultas documentais: livros, poesias, jornais, artigos, pôsteres, cartazes e outros. As entrevistas foram realizadas a partir do momento da identificação de alguns pioneiros e com os primeiros contatos onde explicamos o objetivo da pesquisa e sua metodologia. As entrevistas e os depoimentos, segundo Demo (2001, p. 60), são “dinâmicas próprias de fenômenos comunicativos, [...] sempre úteis e estratégicos para pesquisas qualitativas, quando se quer buscar um ‘dado discutido’”. Dessa forma, o testemunho dos(as) pioneiros(as) coletado nas entrevistas realizadas, constitui-se como palco para mesclar os dados com um e outro olhar, comunicando e recebendo impressões para que as lembranças ganhem consistência. Cada sujeito tem seu olhar, suas observações com relação a determinado momento. A mesclagem e o entrelaçamento destes olhares e impressões nos possibilitaram construir, este riquíssimo registro e pesquisa, que de certa forma, é inédita no estado de Mato

Grosso. Inédito no sentido da quase inexistência de registros sobre o movimento ecológico, que é o foco de nossa pesquisa.

Segundo Bogdan e Biklen (1997, p.136) através das entrevistas semi-estruturadas “fica-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários sujeitos, embora se perca a oportunidade de compreender como é que os próprios sujeitos estruturam o tópico em questão”. Na pesquisa, é necessário optar por um tipo particular de entrevista embasada na proposição e objetivo da investigação. É importantíssimo que os sujeitos estejam à vontade e dêem livremente seu testemunho sobre o tópico em questão. Dessa forma, teremos boas entrevistas, e conseqüentemente, bons dados para construir o trabalho.

No início da pesquisa, organizamos um roteiro básico estruturado para a realização das entrevistas (anexo I). Roteiro com questões referentes ao envolvimento e à forma de ver o movimento ecológico e social, e a educação ambiental neste contexto. O início da entrevista se referiu ao interesse pela questão ambiental, participação no movimento, incentivos e engajamento militante, as primeiras lutas. Enfim, o envolvimento pessoal, motivos e identificação com o movimento, com as pessoas que compunham o grupo e que iniciaram o movimento no estado. Bem como, seu ponto de vista sobre o marco mais significativo do movimento em MT e os novos sujeitos que apareceram no cenário ambiental de MT. Na seqüência, considerações sobre as diferenças entre movimento ambientalista e ecológico, sendo esta uma discussão recente, mas com cunho teórico interessante, que optamos em ter presente nesta pesquisa.

Fazendo o entrelaçamento baseado no objeto da pesquisa os entrevistados discorreram sobre sua visão referente à interface do movimento e a educação; a influência destes movimentos e como surge a educação ambiental neste cenário. A partir de seu ponto de vista referente ao fortalecimento ou não da atual situação mato-grossense; sobre a aproximação ou não do movimento ecológico com a educação ambiental; e sobre a importância do engajamento militante no ambientalismo e no processo educativo.

Outras questões se referem à criação e à plataforma política do FORMAD. A opinião dos entrevistados quanto à construção de modelos de sociedades sustentáveis e democráticas, pois aqui, nossos sujeitos, automaticamente, fazem um

link com a Eco-92 e com a elaboração do Tratado de Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Investigou-se sobre o conhecimento do projeto Brasil Sustentável e Democrático (BSD) e a regionalização deste projeto no estado intitulado Mato Grosso Sustentável e Democrático (MTSD). E análise sobre como o FORMAD poderia fortalecer o movimento atual através dos processos pedagógicos da educação ambiental.

E para finalizar a entrevista, de forma muito livre e espontânea, foi solicitada a opinião sobre a tendência do movimento ambientalista e da educação ambiental. Sendo esta uma perspectiva que dá base para trabalharmos os horizontes nesta pesquisa.

4.2. Identificação dos Protagonistas / Sujeitos

Num primeiro momento, foram identificados alguns pioneiros do movimento ecológico como José Guilherme A. Lima, Heitor Q. Medeiros, Sérgio Guimarães, Viviane L. Amaral, Bené Fonteles, Carolina J. Silva, E.M. e Edward V. B. Castro⁵⁴. Os primeiros contatos foram realizados através de telefone e internet (e-mail e *skype*). Tecnologias como a internet e derivados, ultrapassam as distâncias territoriais, possibilitando uma conversação longa e de baixo custo.

No início da coleta de dados, as entrevistas foram realizadas sem uma listagem pré-definida, e sim, com referências e indicação de pessoas. Nas entrevistas, houve indicações de outras pessoas envolvidas que fizeram parte do processo de forma significativa e foram sendo incorporadas à lista. As vozes dos testemunhos começaram a dar vida e essência à pesquisa, a partir das primeiras entrevistas gravadas, com auxílio de gravador e fita cassete. Além do testemunho das(os) pioneiras(os) ecologistas, a pesquisa contou também com a experiência de pessoas que atuam no âmbito socioambiental.

⁵⁴ Outros(as) pioneiros(as) foram contatados mas não foi possível a participação, tampouco a entrevista. Assim, não citaremos nomes, pois não obtivemos aval para mencionarmos.

Como acontece em grande parte das pesquisas, durante o processo encontramos alguns obstáculos. Para superá-los, buscamos alternativas mediante a disposição territorial de nossos sujeitos (testemunhos), que na década de 80 se encontravam em MT, representando todas as regiões do país e compunham o início do movimento. Com o passar dos anos, estes protagonistas foram tomando seus rumos. Atualmente, com exceção de uma pioneira⁵⁵, todos se encontram na região centro-oeste, como ilustra o quadro 01⁵⁶. Esse dado é interessante, pois de onze pioneiros, dez se mantêm na região centro-oeste, sendo que, destes, sete vieram de outros estados brasileiros.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e devolvidas aos respectivos(as) entrevistados(as) para os(as) mesmos(as) darem o aval, com flexibilidade de fazerem considerações e alterações caso julgassem necessário. Alguns fizeram pequenas correções e considerações e outros avaliaram a transcrição como satisfatória, não necessitando alterações. Conforme princípio ético adotado neste trabalho, consultamos os protagonistas sobre a identificação e nomeação dos mesmos na pesquisa. O aval foi concedido por todos(as), por isso, nossos testemunhos são identificados.

Importante destacar que todos os sujeitos protagonistas que fazem parte desta ciranda de diálogos sobre suas motivações, militância e interações relacionadas ao movimento com a educação ambiental, a maioria, continua atuando direta ou indiretamente com a educação ambiental em diversos espaços, sejam na academia, em movimentos, ou em departamentos governamentais.

4.3. Perfil dos(as) Protagonistas Entrevistados(as)

⁵⁵ Referência aos entrevistados(as).

⁵⁶ Infelizmente, o depoimento de alguns pioneiros(as) indicados(as), que fizeram parte do pioneirismo ecológico no Estado, não foi possível ser efetivado por motivos de tempo e outros alheios a nossa vontade e contato.

As entrevistas foram se efetuando conforme os(as) próprios(as) pioneiros(as) indicavam novos sujeitos e destaques importantes da participação de cada um dos protagonistas. As entrevistas foram realizadas num período razoavelmente longo, devido ao tempo de cada um, e à distância geográfica. A seguir, faremos um passeio narrativo do perfil dos sujeitos.

Bené Fonteles [01]

É natural do estado do Pará. Na década de 1970, organizou em Salvador o Instituto Cultural Brasil Alemanha. No evento, editou uma série de reportagens nos jornais da Bahia chamadas “Situação do Espaço Urbano da Cidade de São Salvador”. Um trabalho pioneiro de ecologia urbana e humana. Na mesma década, coordenou a campanha “Plante Árvores em Fortaleza”. Chegou a Cuiabá em 1981. Sentiu, como outros advindos de outros estados, a falta de um ativismo que pudesse responder às marcas da destruição tão evidentes no rio Cuiabá; o cerrado sendo devastado como última fronteira agrícola; a Chapada dos Guimarães ainda sem ser o parque nacional e, a situação de abandono do Parque Nacional do Pantanal.

O marco maior para Fonteles foi a consciência muito lúcida e afirmativa de que precisavam começar com educação ambiental. E é isso que a história conta: o mutirão na cachoeira Salgadeira⁵⁷, na Chapada, retirando quase duas toneladas de lixo num fim de semana junto com os artistas, educadores, ecologistas e freqüentadores do local. Fonteles assumiu o Museu de Arte e Cultura Popular da UFMT por três anos com um comprometimento ecológico e com a arte contemporânea e universal. Permaneceu em Mato Grosso, oito anos. Atualmente mora em Brasília, e participa de vários eventos em prol da importância do movimento ambiental, através de sua arte e visão crítica em todo o país. É artista plástico, compositor, intérprete, escritor e curador de mostras; além de continuar na coordenação do Movimento de Artistas pela Natureza e articulador do movimento Arte Solidária.

⁵⁷ Salgadeira é a denominação da cachoeira e do seu local. É um dos divisores do município de Cuiabá e Chapada dos Guimarães.

Carlos Roberto Loureiro⁵⁸ [02]

É paulistano, viveu lá até aparecer a oportunidade de vir para Mato Grosso. Segundo ele, tem um comprometimento bastante profundo com a Associação Ecológica e Meio Ambientalista (AEMA), na cidade de Jaciara, instituição criada por ele. A criação da AEMA se deu na década de 80, portanto, anterior ao grande envolvimento dos países que se reuniram na década de 90, na Eco-92. Sua preocupação era com relação à defesa e à preservação à natureza e do movimento sustentável. Foi um tema cunhado no relatório anunciado pelas Nações Unidas que foi rapidamente absorvido pelas ONG deste setor. Na década de 80, Loureiro sai da capital de São Paulo sensibilizado pelas questões de degradação que vivia a cidade grande. Desembarcou na cidade de Jaciara com um sentimento de que estava encontrando uma natureza *"não diria intocada porque a gente já via uma situação impactante nas questões de produção agrícola"*.

Em Jaciara, percebeu que havia degradações ambientais e como já estava sensibilizado, percebeu logo a necessidade de começar a trabalhar com a sociedade civil, em defesa desse ecossistema, o cerrado. Trabalhar com educação ambiental junto às pessoas que ali viviam. Atualmente Loureiro é funcionário público, trabalha na biblioteca geral da UFMT, e sua participação na AEMA, é mais através de idéias, pois ainda reside em Jaciara.

Carolina Joana da Silva [03]

Mato-grossense, nasceu e se criou no Pantanal, no município de Santo Antônio do Leverger. Sua origem é muito ligada à natureza, o movimento da sua vida é em contato com a água. O ritmo da sua vida é o da água. Ela e seus irmãos brincavam na enchente, tinham marcadores naturais como o pé de piuva e o lago.

⁵⁸ Não confundir com Carlos Frederico Loureiro.

Através destes marcadores, monitoravam a enchente, sabiam quais as baías que podiam tomar banho.

Saiu do estado de Mato Grosso para estudar. Foi para o Rio de Janeiro estudar botânica, depois, movida pelo desmatamento, foi para o INPA de Manaus. Fez ecologia não para ser uma grande pesquisadora, mas para salvar e conservar florestas e rios. Queria salvar a floresta amazônica, achou que poderia, que era fácil. O seu primeiro contato com a floresta amazônica foi aqui em MT, em Aripuanã. Tem um elo muito forte com a cachoeira de Dardanelos. Quando voltou para Cuiabá, tinha uns amigos e conversavam muito, como Guimarães e Fonteles, que estavam chegando a Cuiabá. Fonteles, enquanto artista juntava as pessoas pela arte e as pessoas começaram a ir para a Chapada. Silva era mais ligada às questões do Pantanal e da Usina Hidrelétrica de Manso. Atualmente trabalha na UNEMAT, onde é professora e também continua atuando na ONG Ecopantanal, da qual é uma das fundadoras.

Edward Vavá Bertholine de Castro [04]

Carioca, nasceu, se criou, e se formou no Rio de Janeiro. Foi estagiário de Paulo Freire na PUC de São Paulo, no Projeto Atividade Programada, espaço de discussão e reflexão de experiências educacionais que eram relatadas por seus protagonistas. Castro sempre foi preocupado e interessado em ver a vida em relação à natureza. Para ele, isso só seria possível trabalhando com índio. Iria trabalhar na FUNAI, mas por causa de uma enchente (de 74) mudaram sua rota (viagem de avião) e por curiosidade acabou ficando em Cuiabá. Chegou aqui em 1974, quando Cuiabá tinha 250 mil habitantes; era uma cidade pequena, provinciana. Castro achava bonitos os quintais com muito verde, foi acompanhando a destruição desse verde e isso começou a incomodá-lo.

Segundo Castro, naquela época as pessoas que vinham de fora se agregavam em alguns pontos. Não tinha muita opção de lazer; no rio Coxipó tinha a praia dos artistas que ficava no final da rua 48, no bairro Boa Esperança. Começaram a mobilização pela limpeza da praia e eram considerados os “*eco-chatos*”. Na época, Castro era professor nas áreas de biologia e zoologia. A luta de

Castro era mais interna na UFMT. Estava mais imbricado em sensibilizar as pessoas dentro da universidade através do convencimento, no seu próprio departamento. Foi quando iniciaram as lutas pela criação do Parque da Chapada e contra a construção da hidrelétrica de Manso e outras. Atualmente, com 32 anos de atuação na militância e na academia, trabalha como professor do departamento de Biologia e faz parte do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA). Na sociedade civil, participa de ações relacionadas à questão ambiental, aos processos de sensibilização e de intervenção.

Heitor Queiroz de Medeiros [05]

É mato-grossense. Começou a se envolver com a questão ambiental no final da década de 70 e início da década de 80, quando estava na graduação (licenciatura em história) da UFMT e UFCMT. Segundo Medeiros, Lima é a pessoa que começa este movimento através de uma atitude radical de ir morar debaixo de uma cachoeira na Chapada. Lima começa envolver pessoas da universidade, grupos de artistas, ativistas e outros(as), para a necessidade de criação de uma unidade de conservação, que veio a ser o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Medeiros é um dos fundadores da AME, foi presidente por dois mandatos. Também participou da fundação, em 85, da ARCA e IPECA. Trabalhou, por dois anos, como técnico na Ecopantanal e no Bioconexão. Atualmente, trabalha na Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), em Brasília.

José Guilherme Aires Lima [06]

É neto de sertanista, filho de maranhense e baiano, nascido em Poxoréu - MT. Para ele, esta coisa de índio e natureza é muito forte em suas origens. Em Poxoréu, sua família tinha uma fazenda, uma colônia agrícola, com rochas e orquídeas. Em 1970, mudou-se para Cuiabá, realizava viagens pelo interior do estado. Em 72, foi plantar caju e manga na BR 163 Cuiabá x Santarém para ter

frutas quando chegassem os colonos que vinham da região sul do país. “*Só que estes colonos não deixaram nenhum pé, aliás, parece que ficou um pé. Um dia falei para o coronel Meireles: olha, tem que ir lá e tombar (único pé), era um projeto interessante*”.

Estudou na escola Técnica, mas descobriu que não era o que queria e um dia escreveu na contra-capta do caderno: “*duro não é fazer, é reconhecer que poderia ter feito e não fez*”. Em 77, começou a fazer um levantamento das orquídeas de Mato Grosso, ele era o correspondente e mandava material para o Herbarium Bradeanum do Rio de Janeiro. Desde então, decidiu que iria viver. Virou o relógio e começou a andar ao contrário. Voltou para Chapada, havia um amigo que andava com ele, Benedito Cordeiro de Amorim, mestiço, filho de seringueiro com a mãe Paresi. Amorim era um flautista, um hippie que não se enquadrava em nada e andava com Lima. Permaneciam muito tempo em campo fazendo levantamento de espécies de orquídea e andando pela Chapada, Tangará da Serra, Serra de São Vicente entre outros. Nestes lugares também verificavam como estava a situação, como um tipo de fiscalização.

Em 80, Lima foi para uma aldeia do povo indígena Bororo e casou-se com uma Bororo. Mais uma mudança brusca em sua vida “*virei uma pinguela entre duas culturas, com valores diferentes*”. Começou se aprofundar no assunto e a entender melhor o que era etnoecologia. Lima tinha uma proposta radical, no sentido de estar trabalhando no lugar e, apesar de o foco ser o de viver em contato com a natureza, também buscava organizar uma luta – definitivamente criar uma outra UC em Mato Grosso. Depois entrou no IBAMA, na época era IBDF. Hoje, é funcionário público, coordenador do CECAV⁵⁹ e trabalha com etno-espeleologia (cavernas), principalmente em Terras Indígenas.

Luiz Eduardo Cruz [07]

⁵⁹ Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejos de Cavernas (site: www.ibama.gov.br, acesso 19 fev.2007).

Natural do Rio de Janeiro, chegou em Mato Grosso em 1986. Trabalhou sete anos na Fundação Nacional do Índio (FUNAI), superintendência de Cuiabá e se encantou com a região da Chapada, onde conheceu pessoas, fez amizades e acabou se interessando pelo movimento da ARCA. “*A gente se chamava de moçada e nos víamos como alternativos*”. Ingressou na luta ambientalista a partir desta instituição.

Cruz é funcionário público do IBAMA em Cuiabá, atua no Núcleo de Educação Ambiental da Superintendência do IBAMA em Mato Grosso como coordenador e faz parte da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA). Atualmente desenvolve atividades com o movimento socioambiental em regime de parceria.

Sérgio Guimarães [08]

Natural do Piauí, o que lhe chamou a atenção na época foi a Salgadeira, com muita sujeira, destruição e desmatamento. Ainda não havia o Parque. *Aí a gente criou um movimento em defesa de Chapada dos Guimarães era uma coisa um pouco intuitiva, performática*. Isso também chamou atenção de um grupo de pessoas do bairro Boa Esperança em Cuiabá, próximo à UFMT.

Guimarães foi presidente da AME, secretário da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e fez parte da criação de uma ONG chamada Instituto Centro de Vida (ICV), da qual é coordenador geral nos dias atuais. O ICV tem sede própria e projetos em Cuiabá, escritório e projetos em Alta Floresta, e um escritório em Brasília, onde Guimarães mora atualmente.

Solange Ikeda [09]

Natural do Paraná, seu envolvimento com o ambientalismo tem muito a ver com a infância em Mato Grosso. Veio para Rondonópolis/MT com seis anos e viveu

toda a história do processo de ocupação dos anos 70. Venderam o sítio do sul e compraram uma terra no município de Rondonópolis. Conviveu com “*descendentes de Bororo*⁶⁰, *catando mangaba, pequi, gabioba, aquela coisa de conviver e aprender com o povo local. Tive a oportunidade de vivenciar o outro lado que foi trazendo esta sensibilidade*”.

Entrou no curso de agronomia da UFMT, onde havia um movimento ecológico forte e, junto com outros, fez parte da coordenação da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEABE), um movimento brasileiro dos estudantes de agronomia, com expressão forte no sul, que se aglutinava com o Movimento dos Sem Terra (MST). O que Ikeda conhecia do movimento ambientalista, no início, foi criado por uma história de vida e da experiência nesse curso. Sempre esteve presente nas discussões sobre o meio ambientalista. Ikeda se filiou a AME numa campanha para mudá-la e fortalecê-la, de 86 a 87. Atualmente, morando em Cáceres, distante a 230 km de Cuiabá, é professora da UNEMAT, faz parte do GAIA e representa esta instituição na coordenação do FORMAD.

Vicente José Puhl [10]

Iniciou sua militância em 1980, ligado à pastoral social da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, no contexto da reabertura política das profundas reflexões da teologia da libertação, que eram os elementos motivadores da atuação no movimento social. Trabalhou, durante alguns anos, na pastoral da juventude como coordenador de grupo de jovens da comunidade onde nasceu, e depois, por vários anos, na coordenação da pastoral da juventude da paróquia e da diocese de Santo Ângelo, fazendo parte da equipe de formação. Seu engajamento iniciou pelo social, com a percepção de que era preciso fazer com que as pessoas participassem do processo político e econômico.

⁶⁰ Povo indígena Bororo.

Na década de 80, já em Mato Grosso como técnico em educação não-escolarizada pela FASE/MT, desenvolvia pesquisa⁶¹, educação popular e ambiental. A grande preocupação com a questão ambiental aconteceu na ocasião da preparação da Eco-92. *“O importante foi perceber que não era qualquer luta. A luta tinha que ser para mudar o padrão tecnológico, mudar o padrão de geração de riqueza para que ele fosse realmente sustentável”*. Chamou-lhe a atenção o fato de que se a população continuasse a usar as riquezas naturais e a utilizar qualquer técnica para este usufruto, estaria inviabilizando a vida dos homens e do planeta Terra ao longo do tempo. Atualmente, Puhl continua no estado de Mato Grosso, na coordenação regional FASE/MT. Também representa essa instituição na coordenação do FORMAD, juntamente com outras cinco instituições. Participa em Conselhos como o MT Floresta e como suplente no CONAMA.

Viviane Lucas do Amaral [11]

Natural do Rio Grande do Sul começou a trabalhar com a questão ambiental na década de 80, quando era assessora parlamentar, em Cuiabá, do deputado estadual Kazuho Sano. Na época, inspirados no movimento que acontecia no Rio Grande do Sul pela AGAPAN, apresentaram um Projeto de Lei na Assembléia Legislativa para regulação de agrotóxicos no estado. Nesse momento se aproximou do grupo liderado por Fonteles; era um movimento de artistas, participando dele Marta Catunda, Adir Sodré e outros artistas mato-grossenses. Engajavam-se contra a implantação do terminal turístico na Salgadeira e pela conservação da Chapada dos Guimarães.

Amaral iniciou sua militância a partir da elaboração da referida Lei que apresentaram na Assembléia. Percebeu que sem uma articulação da sociedade civil para apoiar lutas ou idéias ambientais no estado, de nada adiantaria fazer leis. Percebeu, também, a necessidade e a importância de haver um movimento social

⁶¹ A pesquisa segundo Sato & Santos (2003, p.265), “se orienta por um sistema de comunicação dialógica entre pesquisadores e grupo social para produção de um novo tipo de conhecimento que favorece a orientação da ação em um determinado contexto”.

mais organizado em defesa do meio ambiente em MT. Depois se tornou ativista envolvendo-se profundamente com o movimento ecológico, do qual participa até hoje. Sua posição e ação são políticas. Profissionalmente, vive da articulação e facilitação de redes, de comunidades, de grupos virtuais e presenciais; pesquisa e produção de conteúdo sobre redes, educação ambiental, sustentabilidade, pensamento sistêmico e comunicação. Hoje, a Rede Brasileira (REBEA) é seu grande espaço de atuação.

4.4. O Mosaico de Dados

O mosaico de testemunhos e experiências constitui-se por um grupo de pessoas de diferentes instâncias, mas com pontos em comum: a educação ambiental, a militância ecológica e socioambiental. São pessoas, que na década de 80, se aproximaram e se dedicaram voluntariamente em defesa de uma causa. Hoje, direta ou indiretamente, estão envolvidas com a educação ambiental. Muitos caminhos foram seguidos e, nestes, muitas rupturas surgiram. Porém, há uma motivação nestes militantes que continua viva até os dias atuais. Do grupo entrevistado, segue um quadro amostral:

Quadro (1) Amostral dos(as) Entrevistados(as)

Nº	Entrevistado	Faixa Etária	Procedência	Atuação década de 80	Atuação contemporânea (ligada à sociedade civil)	Formação	Principais características da gênese ecologista
1	Bené Fonteles	↑ 50	PA	Movimento artistas ONG (AME)	Autônomo REBEA - DF	Arte (empírico)	Artista, ativista e articulador Mov.Artistas pela Natureza
2	Carlos R.Loureiro	↑ 50	SP	ONG (AEMA)	UFMT, ONG (AEMA/FORMAD)* - MT	Técnico Mec. Industrial	Ativista, paixão pelo cerrado
3	Carolina J. Silva	↑ 50	MT	UFMT, ONG (Ecopantanal)	UNEMAT, ONG (Ecopantanal/ FORMAD) - MT	Bióloga, Dr ^a Ecologia	Professora, ativista, apaixonada pelas águas
4	Edward Castro	↑ 50	RJ	UFMT, ONG (AME)	UFMT, ONG (AME), REMTEA – MT	Biólogo	Professor, ativista e apaixonado pela natureza
5	Heitor Medeiros	↑ 50	MT	ONG (AME)	DEA- MMA – DF	História e Dr ^o Ecologia	Ativista ecológico, paixão pela natureza
6	José G. Lima	↑ 50	MT	IBAMA, ONG (AME)	IBAMA - MT	Secundarista	Apasionado pela natureza e povos indígenas
7	Luiz Cruz	↑ 40	RJ	IBAMA	IBAMA, REMTEA - MT	Biólogo, Mestre em EA	Paixão pela natureza e povos tradicionais
8	Sérgio Guimarães	↑ 50	PI	ONG (AME)	ONG (ICV/ FORMAD)** - DF	Eng. Civil	Ativista e preocupado com o meio ambiente
9	Solange Ikeda	↑ 40	PR	Estudante, ONG (AME)	UNEMAT, ONG (GAIA/FORMAD)** - MT	Mestre em Ecologia?	Professora, ativista, paixão pela natureza e por povos tradicionais
10	Vicente Puhl	↑ 40	RS	ONG (FASE)	ONG (FASE/ FORMAD)** - MT	Mestre em Educação	Movimento Eclesial, teologia da libertação e acredita na sustentabilidade
11	Viviane Amaral	↑ 50	RS	Ass.Parlamentar, ONG (AME)	REBEA, REMTEA - SP	Especialista em Comunicação	Ativista ecológica, espiritualista

* Instituição filiada ao FORMAD

** Instituição filiada ao FORMAD e compõe a coordenação

4.5. As Entrevistas

O número pré-estabelecido de entrevistas, no início, foi de dez, sendo este considerado razoável para a coleta de dados e obtenção de informações suficientes para abordagem na pesquisa. Ao final da coleta, foram onze pessoas entrevistadas. Segundo Demo (2001, p.119),

A história é feita, simultaneamente, de fenômenos irreparáveis, individuais e comuns, tudo é novo e nada é estranho na história. Assim sendo, não é forçado procurar em casos individuais sua possível exemplaridade, desde que não se imponha generalizações já formalizadas em excesso. [...] Toda pesquisa precisa saber mesclar quantidade e qualidade, forma e intensidade, estrutura e dinâmica. A pesquisa qualitativa apenas quer realçar as dinâmicas, mas sem perder de vista que toda dinâmica também revela formas.

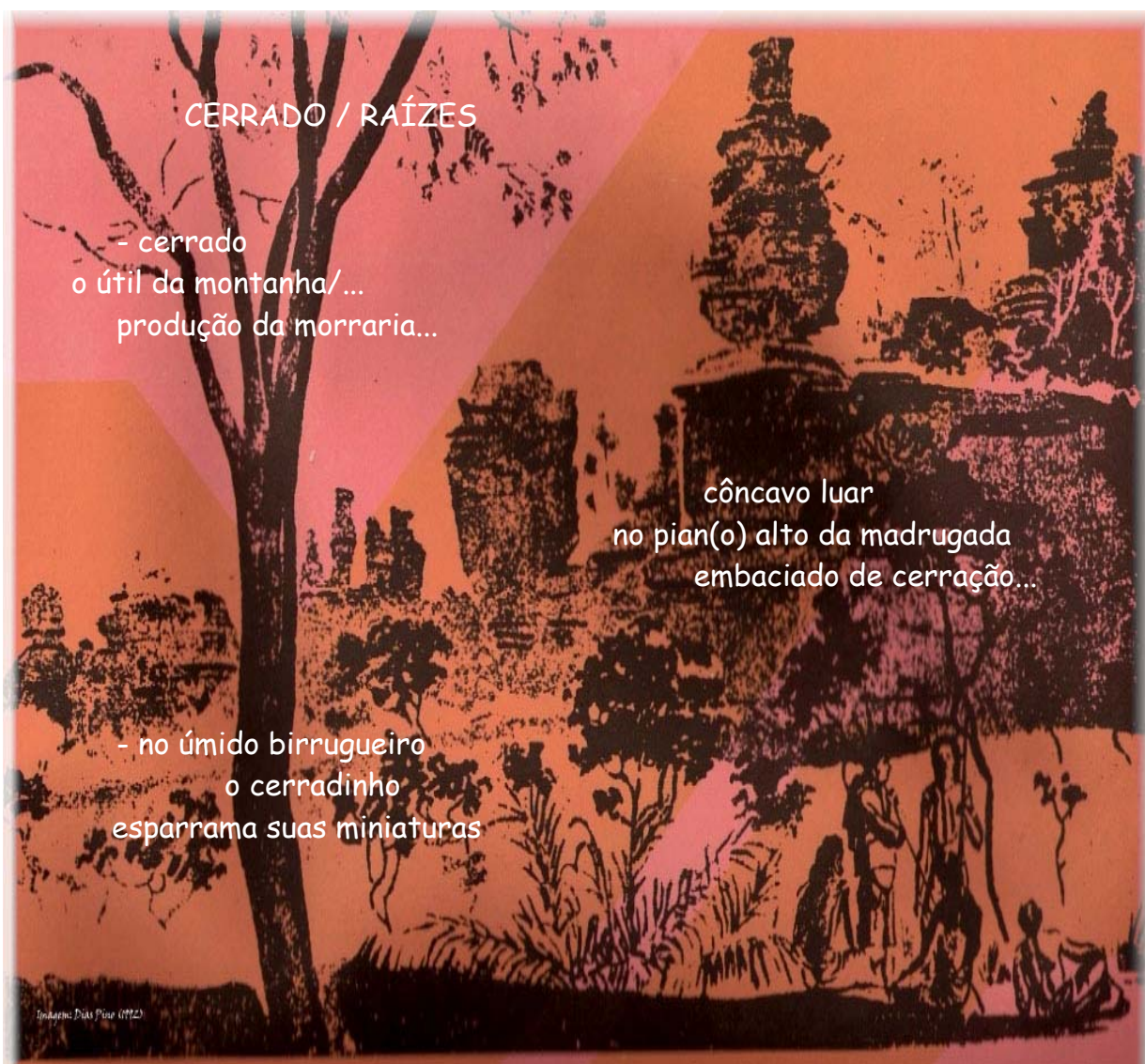
Nesta pesquisa, privilegiamos um tempo em média de 1 ½ hora para cada testemunho, para assim assegurar qualidade. A idade dos sujeitos, conforme quadro (1), compreende aproximadamente à casa acima dos 40 a 50 anos. Assim podemos afirmar que todos nasceram na década de 50 e 60, portanto, vivenciaram o período em que acontecia o fenômeno da contracultura. Segundo Pereira (1983, p.42), “a cultura jovem dos anos 60 foi extremamente sensível e simpática a toda e qualquer movimentação de grupos étnicos ou culturais que se vissem nessa posição de marginalidade”. Nossos sujeitos não se contentaram em viver calados como neutras testemunhas históricas, eles se organizaram e se mobilizaram para “gritar e berrar” contra as agressões à natureza e à sociedade, porque também queriam julgar. Fizeram questão de marcar posição, mostrar o lado em que estavam nesse processo. Foi por esse espírito que compreendemos tais fatos como o ideal de um grupo de pessoas com seus sonhos e utopias, e que acreditavam numa existência com equidade socioambiental. Um grupo que questionou e gritou, pois sendo herdeiros de cultura, também são responsáveis pela significação (LEROY, 2006).

Nesta pesquisa não nos fixamos em sujeitos apenas da capital de Mato Grosso, buscando assegurar ao trabalho alto grau de confiabilidade e exemplaridade. Bem como, a devida profundidade formada pela memória dos sujeitos, por suas observações e participação, junto aos documentos e às fotos

existentes, testemunham a veracidade desta história. Demo (2001, p.122) considera que o aprofundamento da informação qualitativa só tem a ganhar se vários procedimentos convergirem como “observação participante por algum tempo, levantamentos sócio-históricos, participação (pelo menos temporária) em projeto comunitário”. Seguindo considerações desse autor [op. cit.], estes procedimentos “favorecem a confiabilidade da informação, porque aparece o cuidado externo com a coleta e o tratamento dos dados”.

Esforçamo-nos e nos preocupamos com a qualidade de informações, tentando apanhar dados com sujeitos em diferentes espaços geográficos e atuações. Como vimos no quadro acima (1), houve a tentativa de enfatizar a pesquisa qualitativa com veracidade de informações, diante do histórico e testemunho de cada um e do comprometimento com a militância e o movimento.

CAPÍTULO V RAMIFICANDO FRUTOS



Poesia: Silva Freire

Arte e Imagem: Wladimir Dias Pino (1992)

5. RAMIFICAÇÃO

O primeiro tópico se apresenta no percurso metodológico, cuja coleta de dados ocorreu basicamente nos depoimentos ouvidos ao longo desta pesquisa com pessoas, que por razões diversas, são reconhecidas como referências importantes na constituição do movimento ecológico/ambiental no estado. Ou seja, pessoas que viveram e contam a história da construção destes contextos de ação em Mato Grosso. Aqui, faremos um recorte temporal referente à década de 80, período este, de motivação e enraizamento do movimento ecológico no estado.

5.1. Histórico do Movimento Ecológico de Mato Grosso⁶²

O movimento ecológico mato-grossense foi e é essencial diante de seu histórico. Foi se consolidando a partir de uma história muito interessante. Começa antes de 1980, com muitos registros dos séculos XVIII e XIX: Costa e Silva (1998), Ferreira (1998), Gomes Costa (1993); Medeiros, Amaral e Dias-Pino (1992–Coletânea de Cadernos) e outros.

É importante recuperar algumas preocupações com questões ambientais de Mato Grosso, como o movimento para a recuperação do rio Cuiabá e o movimento do pantanal, realizados por personagens como Silva Freire e Clovis Pitaluga. Pessoas de famílias tradicionais de MT que faziam mobilizações em relação à conservação, tanto pelo rio Cuiabá como pelo Pantanal. O movimento ecológico cria corpo na época da democratização do país e trouxe consigo a dimensão social, onde várias questões estavam em discussão, entre elas, retomar a democracia. Carvalho (2004[a], p. 49) considera que,

⁶² A caracterização do movimento ecológico terá o foco principal na década de 80, com o início e fortalecimento deste movimento. Portanto, as ações realizadas posteriormente, na década de 90, não estarão presentes nesta pesquisa. Quanto à década de 90, daremos ênfase ao adensamento dos movimentos.

Ainda que as primeiras lutas ecológicas no Brasil datem dos anos 70, é principalmente nos anos 80, no contexto do processo de redemocratização e abertura política, que entram em cena os novos movimentos sociais, entre eles o ecologismo, com as características contestatórias e libertárias da contracultura.

Neste processo de redemocratização em Mato Grosso, segundo alguns protagonistas do movimento, estes já tinham naquela época, década de 70, interesse e paixão pela questão ambiental, pelo pantanal, pelo cerrado e pela floresta amazônica. Nossos(as) pioneiros(as), conforme vimos no capítulo anterior, são oriundos do fenômeno da contracultura, um movimento questionador, com estilo próprio, um modo de vida e uma cultura, segundo Pereira (1983, p.09), “*underground* (clandestina), marginal com uma geração de poetas – a beat generation – que produziu um verdadeiro símbolo do fenômeno como o poema “Howl”, que traduzido, significa uivo ou berro”. Nesta época, era difícil a demonstração de expressão, pois se mantinha no poder a pressão da ditadura militar, conforme afirma Silva [entrevistada 03], “*em 73/74 era (tempo de) ditadura e as possibilidades de expressão eram pequenas, (se concentravam) mais aqui em Cuiabá*” [depoimento pessoal]. Naquele tempo não era fácil falar de questão ambiental e proteção da natureza, e para Loureiro [entrevistada 02], “*era uma coisa até exótica e difícil convencer as pessoas, de estar se articulando junto à comunidade e estar fazendo um movimento, no sentido de estar protegendo aquilo que ainda tinha para ser protegido*” [depoimento pessoal].

Na década de 80, segundo Ikeda [entrevistada 09], era comum ver em Mato Grosso couro de onça, de jacaré e penas de aves, “*era uma matança*” [depoimento pessoal]. Com essa depredação, os movimentos e pessoas começaram a reagir e realizavam muitas atividades para questionar. Uma das primeiras camisetas, feita para uma campanha do Centro de Agronomia da UFMT, mostrava as sombras dos tuiuiús, jacarés e de vários animais com a frase: “*diga não à morte no Pantanal*” [Ikeda, depoimento pessoal]. E assim, o movimento começa a tecer o entrelaçamento das teias de sua história. Segundo testemunho das(os) pioneiras(os) ecologistas de Mato Grosso, as iniciativas e formas de expressão se intensificaram neste período, início da década de 80. O grupo era formado por várias pessoas, algumas vindas de outros estados e regiões do país e que se conheceram por afinidades em alguns bares e espaços onde se agregavam e conversavam muito.

Na época, não tinham muitas opções de lazer em Cuiabá, como constata Castro [entrevistada 04]:

Havia a Escandinávia e o Money Money, que era um posto de gasolina durante o dia e à noite virava um bar. Começávamos a nos preocupar com a questão do rio Cuiabá. No rio Coxipó, tinha a praia dos artistas e nela começou um movimento de pessoas que estavam tentando manter aquele lugar como um lugar de lazer [depoimento pessoal].

A preocupação em proteger sistemas naturais, ricos em espécies vivas (compreendendo os cinco reinos), com características especiais e paisagens belíssimas, além da ética inerente às próprias espécies, sempre foi preocupação dos(as) pioneiros(as) ecologistas deste estado. E a quantidade de sujeira, destruição e desmatamento na Salgadeira foi um fator que chamou muita atenção. Conforme documento do Movimento da Defesa do Ambiente Natural de Chapada dos Guimarães⁶³ (anexo III), era clara a preocupação em defender espaços naturais sistêmicos, onde as leis da ecologia prevalecessem com o meio ambiente interferindo e determinando as futuras gerações.

Dados da pesquisa apontam que foram duas grandes lutas que marcaram e fortaleceram o movimento ecológico em Mato Grosso: a) a luta pela criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG)⁶⁴; b) e a luta pela não construção da Usina Hidrelétrica de Manso. Segue abaixo uma representação sintética com dados históricos⁶⁵ compreendidas como essenciais na composição do movimento ecológico do estado:

a) O reconhecimento da importância em lutar pela preservação da área data de

⁶³ Este documento faz parte da Coletânea de Cadernos: Medeiros, Amaral e Dias Pino, 1992. A idéia é mostrar a arte e registro do movimento.

⁶⁴ “O Parque Nacional é a primeira modalidade de área protegida firmada no mundo. A criação do primeiro Parque Nacional foi nos Estados Unidos, em 1872, que desencadeou o interesse pela proteção de áreas naturais em países de todos os continentes. [...] A partir da década de 70, outras modalidades de áreas, para fins de proteção ambiental, foram sendo incluídas na legislação brasileira, algumas delas inspiradas em conceitos surgidos nos eventos mundiais que discutiam formas sustentáveis de convívio do ser humano com a natureza” (FÓRUM, 2006, p.2 e 3).

⁶⁵ Estes dados fazem parte do documento “Terminal Turístico da Salgadeira – Considerações e Sugestões” de abril/86. In: Medeiros, Amaral e Dias-Pino, 1992.

1910, quando o Coronel Pedro Celestino Correa da Costa, vice-presidente em exercício no estado de MT, considerando a devastação das matas e a diminuição das águas dos rios Coxipó e Cuiabá, decreta como área de preservação “toda a região que forma os rios Coxipó, Cuiabá, Manso, Jangada, Casca e Roncador e seus afluentes, até 6 km de suas nascentes, nos quais é expressamente proibido cortar madeiras, ou derrubar qualquer árvore ou arbusto, sob pretexto algum”.

b) Em 1970, foi proposta a criação de uma Reserva Biológica pelo pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas, Keith Brown.

c) A resolução nº 819 de 02.04.1976 do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), considera 30.000 ha, no município de Chapada dos Guimarães, zona prioritária de interesse turístico.

d) Em 1978, Lúcio Costa apresentou um plano de apenas 32 ha de potencial turístico.

e) O Decreto-Lei nº 648 de 29.10.1980 decreta de utilidade pública para fins turísticos e desapropriações de terras em Chapada dos Guimarães, conforme resolução CNTUR nº 819.

(MEDEIROS, AMARAL e DIAS-PINO, 1992)

Um diferencial que marca a articulação do movimento de defesa do ambiente natural de Chapada dos Guimarães, na década de 70, se refere a duas pessoas: Lima e Amorim. Eles decidem morar debaixo de uma das cachoeiras (a Cachoeira das Andorinhas⁶⁶), na Chapada dos Guimarães. Lima é a pessoa que vai chamar a atenção para os problemas sérios que estavam acontecendo na Chapada, ele já viajava pelo estado desde 77, quando fazia levantamento de espécies de orquídeas. Era correspondente e mandava material para o Herbarium Bradeanum do

⁶⁶ A cachoeira das Andorinhas, conhecida também como a cachoeira da Independência e para os Bororo (povo indígena), é a cachoeira do Colar. Para Lima [entrevistado 06 - depoimento pessoal], hoje há uma confusão com relação à identificação das cachoeiras por nome, “*foram mudando com o tempo*”. Grande parte das demais cachoeiras do PNCG foram nominadas por eles.

Rio de Janeiro. Lima e Amorim moravam no mato, permaneciam durante muito tempo em campo, andando. Além de fazerem levantamento de orquídeas para identificação de espécies, viam o que estava acontecendo nos lugares, circulavam pela Chapada, Serra de São Vicente, Tangará da Serra e outros. Lima [entrevistado 06] narra que:

Foi um sonho que tive com a Chapada, já morando embaixo da cachoeira das Andorinhas. Nós chegamos lá um dia, por volta de 77 a 78, nós morávamos lá debaixo da pedra, saímos da Casa de Pedra⁶⁷, porque roubaram todas as nossas coisas e fomos para um lugar mais escondido, pois deixávamos algumas coisas (pertences) e saíamos andando [depoimento pessoal].

Com a chegada da pavimentação das estradas, segundo Cardoso (1989, p.89), “em 1977, inicia-se o asfaltamento da rodovia MT-305 ligando Chapada à capital do Estado”. O turismo⁶⁸ foi se intensificando, proprietários se tornando donos de espaços, e estas questões foram motins para a mobilização inicial. Neste período já existia um grupo de pessoas de Cuiabá (bairro Boa Esperança) preocupado com a questão da Chapada; faziam parte dele: Medeiros, Amaral, Fonteles, Silva, Guimarães, Dias-Pino e outras(os). A gota d’água para a mobilização foi quando Lima e Amorim chegaram à cachoeira das Andorinhas e, como afirma o próprio Lima [entrevistado 06], “estava tudo cercado, fechado, tinha dono e os caras (proprietários) fizeram até um jardimzinho” [depoimento pessoal], como forma de demarcar espaço e propriedade.

Era o momento de mobilizar, se articular e lutar para que este sistema natural, com todo o complexo de belezas existentes na Chapada dos Guimarães, não ficasse só na lembrança dos que tiveram a oportunidade de conhecer um dia. Era o momento de luta para que invasores não destruíssem, em pouco tempo, um espaço territorial tão belo, inigualável e frágil. Os(as) pioneiros(as) ecologistas

⁶⁷ A Casa de Pedra é outro espaço turístico do complexo. É uma grande formação de pedra por onde passa o córrego, onde à jusante esta a cachoeira das Andorinhas.

⁶⁸ Segundo Cardoso (1989, p.89), “em 1978, foi aprovado, pelo presidente Geisel, em Brasília, o plano diretor para a área de interesse turístico em Chapada”.

tenham clareza da importância de manter e proteger, de forma sustentável, a biodiversidade e seus potenciais naturais e culturais que têm relação direta com a qualidade de vida. Através da criação de uma Unidade de Conservação (UC), classificada na categoria de uma Unidade de Proteção Integral⁶⁹, com a sub-classificação de Parque Nacional, estariam protegendo diretamente a sustentabilidade dos ciclos ambientais. Como o ciclo da água e dos nutrientes que interferem nas mudanças climáticas, além de toda a biodiversidade, composição dos elementos naturais do cerrado, sua beleza estética com os inúmeros complexos de cachoeiras, cavernas, grutas, formação de pedras, paredões, nascentes e outras(os).

Para as(os) pioneiras(os), a idéia era se organizar e lutar para criar uma Unidade de Conservação para que este lugar pudesse ser protegido por Lei. Na época, já existiam a Estação Ecológica de Taiamã⁷⁰ e a Estação Ecológica Iquê⁷¹, criadas com o decreto nº 86.061, de 02.06.1981. Também existia o Parque do Pantanal⁷² criado no mesmo ano pelo decreto Nº 86.392, de 24 de setembro de 1981, pelo vice Presidente da República, em exercício, Aureliano Chaves. A Estação Ecológica Serra das Araras, foi criada no ano seguinte, pelo Decreto nº 87.222, de 31.05.1982. Recentemente, foi criado o Parque Nacional do Juruena⁷³, em 05 de

⁶⁹ Segundo MMA: “O objetivo básico dessas unidades é preservar (sic.) a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, ou seja, atividades educacionais, científicas e recreativas”. <http://www.mma.gov.br>.

⁷⁰ “A Estação Ecológica de Taiamã/MT é formada pelas ilhas de Taiamã e Sararé, sendo circundada pelo rio “Bracinho”, e composta por baías e áreas alagáveis. Está localizada no estado de Mato Grosso, a 100 km da cidade de Cáceres. Os objetivos específicos da unidade são preservar o importante ecossistema do Pantanal, representado nesta ilha fluvial e, propiciar o desenvolvimento de atividades científicas para conservação, em uma área onde se encontra uma das maiores diversidades de fauna do mundo. Antecedentes legais: A riqueza ictiológica do rio Paraguai levou a SEMA a idealizar a criação da Estação Ecológica, que contou com o apoio da Universidade Federal do Mato Grosso”. Site www.amazonia.org.br.

⁷¹ “A estação Ecológica do Iquê está localizada no noroeste do estado de Mato Grosso, no município de Aripuanã, distante de Vilhena, cerca de 100 km. Tem como objetivo proteger uma amostra do ecossistema de transição entre a Amazônia e o Cerrado”. Site: www.amazonia.org.br.

⁷² “Art. 1º É criado no Estado de Mato Grosso, com uma área estimada em 135.000 ha (cento e trinta e cinco mil hectares), subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense”. Site: www.ibama.gov.br.

⁷³ “Art. 1º: Fica criado o Parque Nacional do Juruena, nos municípios Apicás, Nova Bandeirantes e Cotriguaçu, no Estado de Mato Grosso, Apuí e Maués, no Estado do Amazonas, com o objetivo de proteger a diversidade biológica da região do baixo Juruena - Teles Pires e alto Tapajós, suas paisagens naturais e valores abióticos associados”. Site: www.senado.gov.br.

junho de 2006, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Os ecologistas tinham clareza de que eram necessárias mobilização e articulação social e, ao mesmo tempo, serem amparados por Lei, como afirma Amaral [entrevistada 11]:

Fizemos a Lei⁷⁴ e apresentamos na Assembléia. Percebemos que sem uma articulação da sociedade civil para apoiar lutas ou idéias ambientais no estado, não adiantava estar fazendo leis, tinha que avançar junto com a consciência da sociedade. [...] Então percebemos a importância de haver um movimento social mais organizado em defesa do meio ambiente de MT [depoimento pessoal].

Partindo deste pressuposto, que além do respaldo legal eram imprescindíveis o apoio e a participação da sociedade, os estudantes universitários, alguns professores, artistas e ativistas começam o processo de discussão para a criação e implantação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG). Segundo documento da AME (1986)⁷⁵, a criação do Parque atenderia,

Objetivos sociais (lazer e qualidade de vida), ambientais, científicos e culturais (preservação: do Pantanal, dos rios Cuiabá e Coxipó; de cavernas e sítios arqueológicos; da flora e fauna) e econômicos [...]. A manutenção do manancial d'água que serve Cuiabá é de fundamental importância, principalmente tendo-se em conta a tendência mundial (conforme UNESCO) de água potável tornar-se um recurso escasso e caro neste fim de século.

Assim, o grupo começa a organizar o movimento ecológico no estado. Inicialmente, o movimento tinha um direcionamento na linha naturalista e conservacionista⁷⁶. A corrente naturalista na educação ambiental, segundo Sauv  (2005, p.19), tem enfoques “afetivo, espiritual ou art stico”. Estes enfoques estiveram

⁷⁴ Proposta de Lei que elaboraram sobre a “regulamentação dos agrotóxicos no Estado”, no período em que era assessora parlamentar do deputado estadual Kazuho Sano.

⁷⁵ Carta da AME enviada ao Sr. Vasco Medeiros, Delegado do IBDF/MT, no dia 25 de junho de 1986. Protocolo IBDF 003120/ 21124.

⁷⁶ Segundo Sauv  (2005, p.19), a corrente conservacionista na educação ambiental “agrupa as proposições centradas na conservação dos recursos, tanto no que concerne à sua qualidade quanto à sua quantidade: a água, o solo, a energia, as plantas (principalmente comestíveis e medicinais), animais, o patrimônio genético, o patrimônio construído, etc.”.

fortemente marcados e presentes no movimento de nossos pioneiros e nas suas atividades. A proposição e a meta inicial do grupo era a criação de uma unidade de conservação, como afirma Medeiros [entrevistado 05]:

Esse movimento intencionalmente se propõe ser um movimento com foco conservacionista, mas tinha ideologicamente a proposta de ser um movimento anárquico, que não queria ser um movimento organizado. A gente não queria ser uma ONG [...] a gente queria usufruir do prazer em contato com a natureza, não queríamos virar burocrata criando uma ONG e passar a executar projeto o tempo inteiro e deixar de viver [depoimento pessoal].

O trabalho de artistas através de exposições em vários locais do Brasil, com cartazes, entrevistas e arte postal⁷⁷, foram fundamentais. Em junho de 1984, um grupo de artistas de Mato Grosso liderado por Bené Fonteles, Marta Catunda, Adir Sodré e outras/os, criou o “Movimento da Defesa do Ambiente Natural de Chapada dos Guimarães” (anexo III). Cruz [entrevistado 07] atribui alguns enfoques de atuação aos componentes do grupo:

Bené, mais ativamente no sentido de inovações artísticas; o Heitor fazia articulação com a imprensa, cobrança com os políticos e órgãos públicos; o M.F através do trabalho de fotografia; e o Zé Guilherme, uma peça fundamental nesta história toda [depoimento pessoal].

Esta veia artística, fortemente marcada no movimento de Mato Grosso, também era destaque no fenômeno conhecido como contracultura, conforme afirma Pereira (1983, p.40), “se concretizou inúmeras manifestações surgidas em diferentes campos, como o das artes”. O movimento ecológico mato-grossense teve suas peculiaridades entre os destaques da arte, tinha uma atuação fortemente marcada politicamente com pressão aos políticos e envolvimento da imprensa. Outro destaque do movimento em MT, segundo Amaral [entrevistada 11], “era um grupo

⁷⁷ Nesse período do movimento em MT, com a participação de um número considerável de artistas, foram elaboradas uma diversidade de material para divulgação como parte das atividades. Uma parte deste material nos foi cedido por Lima [entrevistado 06]. Infelizmente o tamanho dos mesmos torna difícil anexar neste trabalho. Queremos registrar a importância e o valor dos mesmos enquanto registro histórico do movimento ecológico mato-grossense.

de amigos, havia muita participação familiar (casais) [depoimento pessoal]. Através da análise dos depoimentos, é perceptível os laços de amizade deste grupo, além dos rituais espirituais que, de certa forma, fortalecia a relação de amizade e a motivação ao movimento.

Com essas manifestações e organizações o movimento em Mato Grosso iniciou sua atuação com a limpeza simbólica da Salgadeira e com o lançamento de cartazes, panfletos e fôlderes denunciando a depredação da Chapada. Neste período, destaca-se o movimento contra a implantação do terminal turístico na Salgadeira e pela proteção da Chapada dos Guimarães. Paralelamente a este movimento, acontecia a luta com muitas mobilizações para impedir a construção da usina hidrelétrica de Manso, como afirma Guimarães [entrevistado 08],

“Foram muitas mobilizações e atividades: campanha contra queimadas, contra a criação da hidrelétrica na cachoeira das Andorinhas [...]. Nessa época, há um envolvimento maior contra a construção da hidrelétrica de Manso, com maior participação da universidade” [depoimento pessoal].

O grupo, aos poucos, foi ampliando sua atuação e a consolidação do movimento ecológico de Mato Grosso. Em 1984, fundou-se a Associação Mato-grossense de Ecologia (AME) que chamavam também “Ame Mato Grosso⁷⁸”. A AME nasceu na luta pela criação do PNCG, sendo esta a maior bandeira veementemente defendida por todos os envolvidos. Segundo Castro [entrevistado 04], *“a primeira assembléia da AME foi realizada na UFMT, no auditório do ICET⁷⁹, onde funcionava o Cine Clube. Com o espaço conseguimos nos reunir e eleger o primeiro presidente”* [depoimento pessoal].

A AME foi constituída como uma instituição ativista com tática de ação política, não era uma ONG de venda de serviços e projetos. Naquele tempo, praticamente todo o trabalho era voluntário, não tinham uma sede fixa, ela mudava entre as casas das pessoas que participavam. Atuavam muito politicamente, não

⁷⁸ A logomarca foi criada por Fonteles.

⁷⁹ Instituto de Ciências Exatas e da Terra da UFMT, (site: www.ufmt.br, acesso 19 fev.2007).

tinham preocupação de fazer projetos e viver disso, cada um tinha sua atividade profissional. Lima (2005, p.65) considera,

Quanto ao modo de organização e de ação o ambientalismo, em sua fase inicial, não difere do padrão dos Novos movimentos sociais. Adotam, em geral, maneiras informais e horizontais de organização, onde se observa uma baixa diferenciação interna de papéis e de status entre seus membros. Também é comum a essa etapa de formação a participação na entidade sob a forma do trabalho voluntário.

É de maneira informal e horizontal, sem diferenciação interna de hierarquia que inicia o movimento ecológico no estado. Segundo considerações das entrevistas, a AME era muito interessante, composta inicialmente por várias pessoas de perfis diferentes como estudantes, ativistas, assessor(a) parlamentar, professores(as), artistas e outras(os). Alguns destes pioneiros, são sujeitos desta pesquisa. Esse grupo em contato e parceria com outras instituições, também fez um movimento em São Paulo, sobre “Pantanal Alerta Brasil”:

Foi uma semana com palestras no Ibirapuera e os “outdoors” eram com jacarés com óculos escuros e com camisas todas floridas, como se fossem turistas. Como se o Pantanal estivesse visitando São Paulo. Isso tudo em função da primeira audiência pública que nós conseguimos no país, que foi sobre a usina de Manso [Castro, entrevistado 04, depoimento pessoal].

As grandes bandeiras de ação do movimento, como já registrado, foram em defesa da criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e a luta pela não liberação da construção da usina de Manso. Silva [entrevistada 03] afirma que “em 84 começaram a discutir o Manso; se envolveu mais com esta questão. Em janeiro de 86, fizeram um seminário aqui em Cuiabá, com a Eletronorte. Naquela época ainda não existia o CONAMA” [depoimento pessoal]. Este seminário (anexo IV⁸⁰) sobre o impacto ambiental da Usina Hidrelétrica do rio Manso, foi realizado em janeiro no auditório do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). A luta pela não construção da Usina Hidrelétrica de Manso

⁸⁰ Medeiros, Amaral e Dias-Pino, 1992. A idéia é apresentar registro e ilustrar.

foi responsável pela primeira Audiência Pública realizada no país, sendo este um marco da história mato-grossense.

Em abril de 1986, atendendo ao convite da TURIMAT para colaborar na fase final de implantação do Terminal Turístico da Salgadeira, a AME, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), o departamento de Biologia da UFMT e a Associação Profissional dos Arquitetos de MT (APA-MT) elaboram um documento “Terminal Turístico de Salgadeira – Conclusões e Sugestões” (anexo V, pág.04 a 06)⁸¹. Tinham por objetivo minimizar os impactos ambientais negativos que o projeto daquele porte poderia provocar no ambiente natural de Chapada dos Guimarães. Neste mesmo documento, consta um texto poético de Fonteles onde descreve a Chapada como:

Um lugar que pode ser considerado um dos sacrários naturais mais belos da Terra. Lugar para o encontro do homem com seu espírito ancestral. Lugar onde habita uma magia diferente, local sagrado, reino de muitos elementos, onde o micro e o macro mundo se correspondem em grande harmonia, refletindo um, a força e sabedoria do outro (FONTELES).

A dimensão espiritual era uma característica importante do nascimento do movimento ecológico, devido à influência de Fonteles e de outros artistas. Já discorreremos no início deste capítulo, o enfoque referente à corrente naturalista. Amaral [entrevistada 11] constata que a diferença entre o movimento ecológico de MT e os demais movimentos nacionais era perceptível, na medida em que viajavam e participavam de outros encontros: “*a gente tinha realmente uma coisa espiritual. Tinha aquele negócio com os rituais, íamos para a Salgadeira, íamos lá pro centro geodésico*”⁸² [depoimento pessoal].

⁸¹ Documento: Terminal Turístico da Salgadeira: Considerações e sugestões. Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de MT. Abril de 1986.

⁸² Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “no Brasil, o termo ‘Centro Geodésico da América do Sul’ refere-se a um marco estabelecido pela Comissão Rondon, em 1909, na Praça Moreira Cabral, em frente à Assembléia Legislativa, na cidade de Cuiabá-MT”. Disponível no site: <http://www.ibge.gov.br>.

Sobre o Centro Geodésico, no site: revistatrip.uol.com.br, a NASA (sigla em inglês: *National Aeronautics and Space Administration*), faz as seguintes considerações: “Em 1909 o Marechal Rondon,

Com a dimensão espiritual, com muita garra para denunciar o que estava acontecendo, lutar para a construção do PNCG e contra a construção de hidrelétricas, a articulação deste movimento foi aos poucos criando forma e espaço. Em 1986 o movimento conquista as primeiras grandes vitórias: impedem a construção de uma mini-usina na Cachoeira das Andorinhas, como podemos verificar na figura 01, um recorte da matéria do jornal de Várzea Grande - MT “O Correio”, datado de agosto de 1986, com a chamada “Os presbiterianos recuam e mini-usina não sai”. Segundo Lima [entrevistado 06, depoimento pessoal], na época, os presbiterianos eram proprietários de uma grande área de terra. Além do projeto de implantação da mini-usina, também queriam construir uma casa de recuperação de pessoas com dependência química, entre outros. Geograficamente, essa casa ficaria um pouco acima da cachoeira das Andorinhas. Inclusive a mini-usina iria produzir energia para o funcionamento desta casa.



Figura 1: Matéria do jornal “O Correio”⁸³

Outra vitória também em 1986 foi a execução da primeira audiência pública no país (sobre a usina hidrelétrica de Manso), realizada em um dos bairros da capital de Cuiabá, denominado Centro Político Administrativo (CPA). Segundo

usando equipamentos da época, determinou o centro geodésico da América do Sul em Cuiabá, no Campo de Ourique, atual Assembléia Legislativa. **Em 1979**, a NASA, por meio de fotos realizadas por radar, **definiu a localização correta do centro geodésico em Chapada dos Guimarães**” (grifo nosso).

⁸³ Imagens e documentos cedidos por Lima (entrevistado 06 - acervo próprio).

Castro [entrevistado 04] foi uma audiência inédita, inclusive, dois alunos da UFMT fizeram performance como se fossem dois desabrigados (como mendigos, feridos) e isso causou uma polêmica. Essas primeiras grandes demonstrações de força foram resultados do empenho do movimento (anexo VI), e com grande repercussão na mídia.

Essas formas de mobilização mostram que o início do movimento ecológico no estado era embasado em táticas de criatividade artística e espiritual. Criavam pôsteres, abaixo-assinados (lista e postal) e outros documentos gráficos, como artes postais (figura 03, 04 e 05). Executavam inúmeras ações, denúncias, campanhas e mobilização da imprensa, com objetivo de sensibilizar a sociedade e tentar impedir empreendimentos com conseqüências dramáticas à natureza. Nas campanhas de abaixo assinado conquistavam-se, páginas e páginas de assinaturas, com inúmeros artistas e pessoas, com destaque nacional e internacional, como Almir Sater, Tetê Espíndola, Ney Matogrosso e, algumas personalidades políticas como os deputados Kazuho Sano e Milton Figueiredo.



Figuras 2, 3 e 4: Artes Postais⁸⁴

Várias iniciativas interessantes, com participação de políticos ajudaram a pressionar as instâncias federais, para a criação do PNCG, pois os Parques Nacionais são criados por decreto do Presidente da República e não por Projeto de Lei. Em março de 1985, a AME envia a proposta de Área do PNCG ao Instituto

⁸⁴ Imagens e documentos cedidos por Lima (entrevistado 06 - acervo próprio).

Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF⁸⁵). Em 11 de setembro, o Projeto de Lei é aprovado pelas Comissões, reivindicando ao IBDF a fiscalização da Área. O CONAMA, em março de 1986, por solicitação da Coordenadoria de Meio Ambiente de MT, sugere à Presidência da República, a criação do PNCG. E assim com diversas mobilizações e articulações a pressão para a criação do PNCG se torna mais eficaz. Em 84, Lima [entrevistado 06] foi trabalhar na Delegacia de Meio Ambiente, ou IBDF/ MT, e o delegado da época sugeriu promover uma exposição: “*Terra do homem o bicho some*” (figura 06), pela criação do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e da Reserva Biológica da Serra das Araras e Curupira.



Figura 5: Cartaz⁸⁶

A mobilização dos ecologistas chamou atenção na época. Os trabalhos tratavam de temas como o lixo, destruição, desmatamento e queimadas próximos às cachoeiras, e contra a construção de usinas hidrelétricas, tanto no complexo quanto fora, a exemplo da hidrelétrica de Manso. Estas atividades, relacionadas diretamente com a educação ambiental que está no movimento, promoviam reflexão à população através das exposições de lixo realizadas nas praças da cidade. O lixo recolhido próximo às cachoeiras como demonstração do que cada *visitante* contribuía com o acúmulo de resíduos poluentes ao meio ambiente, com didática e recursos audiovisual, artísticos e culturais, que visavam à sensibilização da comunidade local e de turistas. Medeiros [entrevistado 05] considera:

Tínhamos estratégias intencionais de chamar a atenção da mídia, da sociedade e uma intencionalidade educativa. Através

⁸⁵ “O IBDF, criado pelo Decreto – Lei nº 289 de 1967, passou a ser responsável pela administração das Unidades já criadas, incluindo-se às suas atribuições criar novos parques nacionais, reservas biológicas, florestas nacionais e os parques de caça”. Fonte: www.ambientebrasil.com.br.

⁸⁶ Imagens e documentos cedidos por Lima (entrevistado 06 - acervo próprio).

da mídia, a gente fazia o que hoje é chamado de educação ambiental difusa [...]. Era uma forma de chamar a atenção para a questão dos problemas ambientais no estado e na Chapada, mas também para a gente trabalhar a importância e a necessidade de criar uma UC [depoimento pessoal].

Foi fundamental esse movimento com estudos, registros e sistematizações realizados na época. Esta mobilização e articulação deram embasamento para a criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, consolidado em 12 de abril de 1989⁸⁷. Segundo Cardoso (1989, p.89), o PNCG foi criado “através do Decreto nº 97.656, do Presidente José Sarney”. Os processos de identificação física, delimitação dos limites, e outros foram realizados⁸⁸ por uma equipe de Brasília e acompanhado por Lima.

Este grupo, que lutou pela criação do PNCG, também foi responsável pela estruturação da questão ambiental, contribuindo para a criação de espaços políticos para tratar desta questão aqui no Estado. Engajou-se em interferir nas políticas públicas para ter políticas ambientais necessárias e importantes, levando a discussão para outras regiões e interiorizando o movimento. Segundo Guimarães [entrevistado 08], o marco maior do movimento foi “o momento que surgiu a dimensão ambiental, até então ela não era falada”. Para Carvalho (2004[a], p. 46), “as idéias ecologistas tiveram origem em um momento da história recente em que a utopia e as energias para a transformação da sociedade estavam em alta”. Esse clima de sonhar, desejar, ousar, gritar e berrar como vimos no perfil de nossos protagonistas faz parte de uma época que tem em comum o fenômeno da contracultura.

⁸⁷ Neste mesmo ano (1989) “foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), englobando os dois órgãos ambientais que instituíam UC de Proteção Integral (à época unidades de uso indireto), o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), ocorrendo assim a homogeneização da política de criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral”. Site: www.ambientebrasil.com.br.

⁸⁸ Lima [entrevistado 06] que nesta época já trabalhava no IBAMA, acompanhou esta equipe: “*uma semana antes eles mandaram uma minuta tirando, mudando os limites e ai foi uma coisa absurda, tentamos reverter, revertemos um pedaço da área do rio Claro, e então saiu o Parque Nacional*” [informação verbal].

Segundo Ribeiro (1992, p.21), “o movimento ambientalista brasileiro, na sua vertente [...] que engloba movimentos sociais populares e de defesa de minorias étnicas, tem procurado associar problemas ambientais com a realidade social”. Em Mato Grosso, o movimento expandiu suas ações e mobilizações com a ampliação do grupo que compunha o movimento ecológico. A adesão foi ampliada por mais professores da universidade, artistas, algumas pessoas ligadas a partidos políticos da esquerda, indigenistas e vários outros segmentos e movimentos sociais. Sato & Passos (2002, p.10), consideram que,

O movimento ecológico foi definido por sociedades diferentes, grupos diferenciados com instrumentos capazes de tocar músicas muito distintas em sistemas e compassos muito específicos. [...] Porque a história não se movimenta por lógicas, mas por interesses. E as correlações de forças são mutáveis.

Dessa forma, com a incorporação de pessoas e grupos diferenciados, mas (na época) com interesses em comum, se firma o crescimento do movimento ecológico, com as diferentes correlações de forças específicas e locais. Com esse processo surge a necessidade de maior aprimoramento teórico e prático das pessoas do grupo; conseqüentemente, uma estruturação para atender as demandas. A formação era necessária e houve iniciativas de instituições, como a AME que promovia cursos para as pessoas que estavam militando. As ONG do interior também participavam destes eventos, como afirma Loureiro [entrevistado 02] da Associação Ecológica e Meio Ambiente (AEMA): “*nós fomos participando destes eventos todos e fomos montando um certo conhecimento dentro desta área de militância de movimentos ecológicos*” [depoimento pessoal]. Neste período do enraizamento e estruturação do movimento ecológico, também houve por parte do Estado a necessidade de criar o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), no qual várias instituições ecológicas e ambientais, como a AME e AEMA, fizeram parte e atuaram ativamente.

A década de 90 é o período que inicia a utilização, com mais evidência, do termo ambientalista e/ou ambientalismo, e menos o termo ecologista e/ou ecologismo, como vimos no capítulo III. O termo ambientalista se torna mais genérico. Atividades e instituições se ampliam e se multiplicam, conseqüentemente, maior adesão e repercussão em nível nacional.

5.2. A questão Ambiental no Estado

No auge do movimento ecológico em defesa da criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, e contra a construção da usina hidrelétrica de Manso na década de 80, era forte a preocupação do grupo em multiplicar a discussão sobre as questões ambientais, e fortalecer o movimento no interior do estado. Os motivos, as preocupações e os problemas eram diferenciados em cada local e em alguns aspectos atuando dentro da comunidade e junto ao poder público. Loureiro [entrevistado 02] afirma:

Enquanto os movimentos da capital estavam sintonizados com a criação do Parque de Chapada, nós tínhamos as preocupações bem domésticas, locais, que se referiam aos abusos cometidos por prefeitos inconseqüentes, que prestavam um grande desserviço. Fazíamos algumas intervenções, pessoas que não tinham o menor respeito pelos rios que banham o município, em torno da área urbana do município, pegavam resíduos e jogavam dentro do rio, então, a gente tinha estas questões pontuais [depoimento pessoal].

Para termos uma idéia da interiorização, multiplicação e fortalecimento do movimento ecológico, em seis municípios foram criadas nove instituições voltadas às questões ambientais. Basicamente, uma instituição por município. Em Barra do Garça, ao leste do estado, foi criado o Centro Etno-ecológico do Vale do Araguaia (CELVA). Em Nova Xavantina, a Sociedade de Proteção à Vida e à Natureza (SPVA). Em Diamantino, a Associação Diamantinense de Ecologia (ADE). Em Rondonópolis, a Associação Rondonopolitana de Proteção Ambiental (ARPA) e em Jaciara, a Associação Ecológica e Meio Ambiente (AEMA). O município de Chapada dos Guimarães foi uma exceção, com quatro instituições, após a criação da Associação Mato-grossense de Ecologia (AME), criaram a Associação para Recuperação e Conservação Ambiental (ARCA), o Instituto de Pesquisa Currupira / Araras (IPECA) e o Instituto Ecologista de Desenvolvimento (Bioconexão). Segundo Loureiro [entrevistado 02], quando fundaram a AEMA, em Jaciara, já existia a AME, na Chapada, e a ARPA, em Rondonópolis, que deram apoio e ajudaram na

estruturação, mais especificamente com relação à criação estatutária da instituição, através de pessoas capacitadas e com formação jurídica.

Outro dado interessante da pesquisa foi a explosão de instituições ambientalistas após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), ou Eco 92. É difícil quantificar, mas foi significativo, sinalizando a ampliação da sensibilidade à questão em foco, na sociedade. Atualmente, o quadro de instituições que trabalha com a questão ambiental no interior do estado tem se ramificado e se multiplicado, algumas mais ativas e outras menos. A AME (fundada em 1984) faz parte da Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA) e está tentando re-intensificar suas ações, através de uma nova campanha de filiação⁸⁹. Em Alta Floresta, município ao norte do estado, existe seis instituições que atuam diretamente com a questão ambiental: a Fundação Ecológica Cristalino e Instituto Centro de Vida⁹⁰ atuam desde o ano 2000 na região; a Fundação Agroambiental da Amazônia e Sociedade Formigas, desde 2003; e o Instituto Floresta e Instituto Ouro Verde, desde 2004 (TOZZI, 2005, p.74).

Na baixada Cuiabana, temos outras instituições que atuam direta ou indiretamente com a questão ambiental. A partir da Eco-92, as instituições incorporaram a dimensão ambiental em suas plataformas de ação. Hoje, o número estimado é de aproximadamente vinte instituições que atuam diretamente com a questão ambiental. Indiretamente, temos inúmeras outras instituições, como: o Centro de Direitos Humanos Dom Máximo Biennes de Cáceres, o Centro de Direitos Humanos de Cuiabá, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – regional MT, o Movimento de Saúde Popular, a Operação Amazônia Nativa, o Conselho Indigenista Missionário – regional MT, a Comissão da Pastoral da Terra de Mato Grosso, o Fórum de Lutas de Cáceres, entre outras.

Outro marco destacado na pesquisa refere-se ao movimento de denúncia, que tinha um cunho muito forte e aguçado na época (década de 80). Jacobi (2003,

⁸⁹ Com participação dos bravos pioneiros Castro [entrevistado 04] e Medeiros [entrevistado 05].

⁹⁰ O ICV foi fundado em 14 de abril de 1991; com sede em Cuiabá, e atuação em Alta Floresta a partir de 2003. Disponível: <http://www.icv.org.br/> e documentação acervo do FORMAD.

p.05)⁹¹, considera que a atuação estava “centrada nesse período de implantação e consolidação do movimento na denúncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental”. Vemos que este marco de denúncia e grande envolvimento da imprensa não se restringem apenas ao movimento de Mato Grosso e sim a outras regiões do país, como considera o autor [op. cit.], “os grupos (ativistas) se concentram na sua maioria na região Sul-Sudeste”. Isso demonstra que mesmo na diversidade das regiões, os movimentos tinham um marco em comum, o da denúncia. Segundo Viola e Boeira (1990, p.54), a partir de 1988, final da década, “há um maior interesse da imprensa quanto às atividades ambientalistas, devido a um processo de acúmulo de denúncias fundamentadas por parte das entidades”. O interesse e envolvimento da imprensa são refletidos a nível nacional. Conforme dados da pesquisa, vivemos um contexto histórico diferente, com ações diferentes. Hoje, temos outra situação, talvez um movimento que reage de forma diferenciada, com menos *denúncia*, onde é necessário mais fundamentação. Não basta ser contra, é preciso denunciar e anunciar. Além de questionar, é preciso mostrar dados que comprovam as alternativas ou contrapõem o que se apresenta. Puhl [entrevistado 10] considera:

Há dificuldades. Em alguns momentos, estamos mais lentos para conseguir reagir a determinadas situações. Até porque é muito comum e se aceita com muita facilidade, por exemplo, o desmatamento. A sociedade acaba aceitando, porque acha que é inevitável. Para contestar, temos que mostrar com muitos argumentos que existem alternativas. Diria que na questão da denúncia, perdemos força. No entanto, avançamos na formulação de propostas [depoimento pessoal].

O movimento mudou o caráter de enfrentamento imediato e denúncia. Para Jacobi (2003, p.11) “as entidades transcendem a prática de denúncia e têm como objetivo central a formulação de alternativas viáveis”, ampliando a discussão das questões ambientais à constituição de cidadania para os desiguais, e assim essa associação entre os segmentos reforça as práticas centradas na sustentabilidade. A

⁹¹ Neste artigo o autor aborda o ambientalismo no Brasil e suas inflexões, focando a emergência do ambientalismo (década de 70), a multiplicação de atores envolvidos (década de 80) e a situação atual (final dos anos 90).

exigência atual é ter argumentos, com dados que comprovem a denúncia e dêem suporte na discussão de forma interada com a prática, com ações diretas junto à sociedade. Além de denunciar é preciso anunciar – teoria e prática.

Com o passar do tempo, esse processo foi tomando outro caminho, configurando o segundo marco, que foi a institucionalização do movimento e profissionalização: o fortalecimento das ações da sociedade civil, através de suas instâncias coletivas organizadas, sejam elas entidades, instituições ou ONG, como veremos nos tópicos seguintes. Para Loureiro [entrevistado 02], *“começamos a caminhar para a discussão e criação de instituições, tanto por parte do Estado como por parte das organizações da sociedade civil. E hoje já temos uma discussão mais refinada sobre o movimento ecológico”* [depoimento pessoal].

5.3. Adensamento dos Movimentos Sociais/ Ambientais / Ecológicos

Os anos 80 e 90 foram fundamentais para aproximação dos movimentos no Brasil, até então, os movimentos não tinham muita aproximação. Para Carvalho (2004[a], p. 50), teve um “progressivo diálogo de aproximação, com mútua influência entre as lutas ecológicas e os movimentos sociais urbanos, e com os movimentos populares de um modo geral”. Houve uma ação política muito forte, considerando a linha conservacionista de muitas instituições ecológicas e ambientalistas da época.

Grün considera que o ambientalismo, inicialmente no Brasil, não teve uma boa recepção, pois não era visto com bons olhos pelos movimentos sociais organizados e por parte da opinião pública; desconfiavam e consideravam que o movimento ambientalista era coisa de “Primeiro Mundo, espécie de luxo”. Após o retorno dos exilados políticos, que tiveram contato nos anos 70 com muitas idéias sobre meio ambiente na Europa e nos Estado Unidos (considerados do 1º mundo), essa idéia mudou e “acabou fazendo do ambientalismo brasileiro um ambientalismo rico, complexo, multifacetado e plurilocalizado” (GRÜN, 1996, p.18). Apesar das linhas de ação e preconceito, a aproximação entre os movimentos foi acontecendo, considerando a diferenciação entre estes segmentos organizados, e o foco das ações.

Ainda que incipiente, podemos considerar que houve, por uma parte considerável da população brasileira, certo preconceito com os ambientalistas/ecologistas. Preconceito esse disseminado como uma estratégia dos centralizadores de poder que os identificavam como hippies, cabeludos, malucos, maconheiros, naturalistas e tantos outros adjetivos, atribuídos às pessoas e aos movimentos que questionavam os rumos do sistema capitalista, e de diversos programas governamentais de expansão econômica em nosso país, como o POLONOROESTE (1981-1985) e a pavimentação de diversas BRs, em Mato Grosso. Lima (2005, p.66), considera,

O ambientalismo nos países do sul tenta incorporar a questão social na sua agenda e a orientar sua prática na direção de um socioambientalismo que procura responder, simultaneamente, às degradações social e ambiental, ao contrário dos ambientalismos do norte, mais pautados por uma ação conservacionista e/ou preservacionista.

Em nossos registros, o movimento ecológico mato-grossense, é configurado com duas grandes bandeiras: criar o PNCG e impedir a construção da usina hidrelétrica de Manso. Apesar de alguns pioneiros considerarem que, no início, era voltado ao conservacionismo, o movimento tinha uma atuação política e questionadora que procurava responder na direção socioambiental, como afirma Guimarães (entrevistado 08)

Esse movimento traz consigo um interesse forte a questão ambiental, mas trás consigo a dimensão social. Em alguns momentos não estava explicitada, mas estava junto. E na seqüência, em 1991, com a criação do FORMAD, essa atuação foi explicitada [depoimento pessoal].

Nessa construção reconhecemos no ecologismo mato-grossense sua preocupação com o ambiental e social, num processo pedagógico com dinâmicas didáticas para a sensibilização da sociedade, com envolvimento da imprensa, denúncias, atuação política e apoio de diversas outras instituições, e, seguindo uma tendência a nível nacional, com a temática ambiental sendo incorporada pela sociedade, a aproximação com os demais movimentos foi se firmando. Pignatti (2005, p.145) afirma:

A incorporação da temática ambiental no tecido social, diferentemente dos movimentos por direitos sociais e civis e das organizações sindicais, fez-se primeiramente através de setores da classe média intelectualizada, como professores e profissionais liberais, comportando uma diversidade de propósitos.

Consideramos que parte da afirmação da autora não procede com citações anteriores, onde Ribeiro [op. cit.] considera, que o movimento ambientalista brasileiro procura associar os problemas ambientais com a realidade social, onde os movimentos sociais e minorias étnicas estão envolvidos. Também não procede com a articulação do movimento ecológico aqui no estado. Conforme dados de nossa pesquisa, a composição do grupo que começou o movimento ecológico era uma miscelânea, composto por artistas, ativistas, autodidatas, estudantes e alguns professores. Assim, não podemos afirmar que eram setores intelectualizados, pois esse movimento em MT iniciou com poucos professores atuantes, os docentes incorporaram tardiamente a dimensão ambiental.

Neste aspecto, Grün (1996, p.19) aparentemente parece concordar com Pignatti, mas ressalta que “já se vai longe o tempo em que a ecologia era uma preocupação localizada e específica, restrita aos setores altamente intelectualizados e da classe média”. Dessa forma, podemos considerar, partindo da nossa realidade do movimento ecológico mato-grossense, que houve uma adesão sem seleção. Talvez, esse seja um diferencial do ecologismo deste estado com os demais: as pessoas que comungavam esse sentimento de contestação social e ambiental aderiam às mobilizações, sejam de classe abastadas ou não, de intelectuais⁹² ou autodidatas; o movimento não excluía ninguém, pelo contrário, aglutinava.

Os ecologistas de MT atuavam no movimento voluntariamente, com muita paixão e desenvolviam outras atividades profissionais para sua sobrevivência. No início, os ecologistas não tinham dedicação exclusiva e, portanto, não dependiam de projetos para sua manutenção, conforme afirma o testemunho de Amaral [entrevistada 11]: *“a gente atuava muito politicamente, não tinha essa preocupação*

⁹² Ribeiro (2006, p.147) define o intelectual como o “político do conhecimento”, é ele que vincula o conhecimento ao seu valor, “pensa sob a forma da mediação”. O intelectual é o “político da ciência [...] faz que a ciência se torne cultura”.

de fazer projetos e viver disso” [depoimento pessoal]. Na década de 80, as instituições com foco na questão ambiental, não existiam de forma organizada e estruturada como são hoje. Fonteles [entrevistado 01] afirma que na época ainda não existiam muitas leis e instâncias como hoje, pelas quais se garantem algumas políticas com relação às questões da Mãe Natureza, como a “Lei das Águas” garantida na Constituição Brasileira, ele argumenta:

Éramos sonhadores, utópicos, mas com muito pé no chão [...]. Mesmo assim, conseguimos muitas vitórias juntando o conhecimento com a prática, e gerando ações com uma sabedoria ainda não vivida e assimilada por vários movimentos [depoimento pessoal].

Naquele tempo, o movimento ecológico aqui no estado tinha o apoio de outras instâncias e movimentos, como dos indigenistas do Conselho Indigenista Missionário e da Operação Amazônia Nativa, conforme testemunha Lima [entrevistado 06]⁹³. Adicionamos ainda outras articulações como a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, uma articulação forte em nível nacional, através de um grupo de alunos da graduação do curso de agronomia da UFMT, entre outros. Também neste mesmo período, havia participação maciça dos movimentos que tratavam questões ambientais no Conselho Estadual de Meio Ambiente, onde havia inúmeras representações como AEMA, AME e outras. A grande luta da AEMA era contra as usinas de cana de açúcar na região de Jaciara.

É importante destacar o trabalho de algumas instituições que se organizaram, se estabeleceram e que vêm desenvolvendo trabalhos no estado de Mato Grosso há muitas décadas como: a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Operação Amazônia Nativa, Comissão da Pastoral da Terra de Mato Grosso, Movimento Popular de Saúde, Conselho Indigenista Missionário de

⁹³ Nesta época eu estava trabalhando para a Missão Anchieta (dos Jesuítas), parceira do Conselho Indigenista Missionário e Operação Amazônia Nativa. Eu morava na aldeia do Jarudore (povo indígena Bororo) que foi invadida desde o começo da linha telegráfica de Marechal Rondon, e (os Bororo) tiveram que sair de lá, porque falavam que iam morrer. Era um conflito, uma pressão muito grande, os Bororo saíram [...]. Teve uma época quando fui pra Serra das Araras que era cheio de cavernas, tinha uns trinta Bororo comigo, deu um problema para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Aí foi que vim trabalhar na casa de trânsito da Missão (em Cuiabá) [depoimento pessoal].

Mato Grosso, entre outras. É relevante ressaltar que estas instituições estão ativas no estado até hoje, com suas ações nos respectivos segmentos. Estas instituições, unidas a outras, fazem parte de uma instância coletiva organizada maior que é o FORMAD, um fórum que congrega várias instituições de segmentos sociais, ambientais e sindicais, criado em 1992. Conforme dados da pesquisa, o momento da parceria e junção das instituições que trabalham com o movimento social e com a questão ambiental no estado aconteceu na véspera da Eco-92, como constata Medeiros [entrevistado 05]:

Um aglutinamento de entidades que percebe que a questão ambiental não está dissociada da questão social. Na mesma medida que o movimento social do Brasil vai entender que a temática ambiental não é uma 'coisinha' reacionária de pessoas que não tem o quê fazer e que o movimento social também tem que se engajar dentro da sua plataforma de luta, a questão ambiental [depoimento pessoal].

A constituição das instituições ecológicas e ambientalistas do Brasil irá se associar ao movimento social na década de 90, quando este incorpora a questão ambiental em sua plataforma. Neste sentido, Loureiro (2002, p.83) e Gohn [op. cit.], consideram que o movimento ambiental é um movimento social, portanto dispensa a necessidade de re-afirmar que o ambientalismo incorpora a questão social. Mas há autores como Lima [op.cit.] e Jacobi [op.cit.] que constataam esta incorporação, também por parte do ambientalismo. Assim, consideramos que esta coalizão acontece por parte de ambos os movimentos.

O ápice dessa associação está ligado à preparação da Eco-92 e à fundação do FORMAD aqui no estado. Cria-se o Fórum Brasileiro de ONG (FBOMS) envolvendo os movimentos sociais, havendo um aglutinamento de entidades que percebem a questão ambiental interligada à questão social. Essa é uma afirmação compartilhada por muitos autores e por nossos sujeitos pioneiros(as), a Eco-92 foi o momento mais expressivo dessa aproximação com debates e participação conjunta tanto na preparação do evento oficial, como na formulação de compromissos que resultaram do mesmo.

Segundo informações no próprio site⁹⁴, o FBOMS foi criado em 1990 visando facilitar a participação da sociedade civil em todo o processo da Eco-92. Este Fórum se firmou por sua estrutura; pela forma democrática e participativa de trabalhar, produzir documentos e posições, se consolidando como ator nacional e internacional, assumindo um papel de interlocução com outros atores importantes. Após a Eco-92, o Fórum continuou na perspectiva de consolidação do espaço de articulação existente. Desta forma, fortaleceram redes e grupos de trabalho para participar ativamente na implementação dos acordos da Eco-92 e em seus desdobramentos, bem como para consubstanciar a inserção dos membros do Fórum na formulação de políticas públicas.

Nesta ocasião (1991 a 1992), segundo Puhl [entrevistado 10], a FASE foi uma das entidades que tomou a iniciativa no Brasil de desenvolver na Amazônia uma campanha pelo meio ambiente e cidadania. Na tentativa de enraizar essa campanha no estado de Mato Grosso, convidou um conjunto de organizações do movimento ambiental do Estado e entidades sociais da região centro-oeste para se reunirem em Pontes e Lacerda, no Centro de Tecnologias Alternativas, onde foi apresentada a idéia da campanha de educação ambiental e de cidadania. Nesta mesma ocasião, aproveitou-se para criar uma comissão Pró-Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento com a função de animar a campanha em MT, e de promover debates sobre as questões ambientais que estavam sendo discutidas no âmbito da Eco-92 e/ou Rio 92.

5.4. Histórico do FORMAD⁹⁵

O Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) é uma articulação de caráter permanente, constituída para servir como espaço de debate, reflexão e definição de ações coletivas. É constituído pelas Organizações da

⁹⁴ Do estado de Mato Grosso, há 16 instituições membros. Disponível: www.fboms.org.br.

⁹⁵ A base de dados deste tópico são arquivos, site e acervo do próprio FORMAD.

Sociedade Civil (OSC), sem fins econômicos (lucrativos), que atuam no estado de Mato Grosso devidamente filiadas sob as normas de um regimento interno. O Fórum não tem personalidade jurídica, pois a sua essência são as instituições e pessoas físicas filiadas.

O FORMAD é um espaço de luta socioambiental. Segundo Loureiro [entrevistado 02], a criação do Fórum foi democrática e partiu deste princípio, “o FORMAD teve uma atuação muito importante que era um elo entre as instituições e ele (Fórum) veio agregando e potencializando estas instituições” [depoimento pessoal]. Foi constituído para promover a reflexão e a ação coletiva a partir da interação e da construção entre as entidades / instituições filiadas e parceiras. Tem a missão de articular as organizações dos diversos segmentos da sociedade civil, tendo em vista a democratização das informações e a definição de ações coletivas em relação às políticas públicas e privadas, que colocam em risco o meio ambiente e a vida humana, propondo alternativas de desenvolvimento sustentável em Mato Grosso, cuja premissa é a melhoria das condições de vida da população.

5.4.1. Origem do FORMAD

A origem do Fórum se deu a partir da mobilização do Fórum Brasileiro de ONG, dos movimentos sociais para o meio ambiente e desenvolvimento, bem como a realização dos primeiros encontros nacionais para tratar a participação da sociedade civil na Eco-92. Houve várias iniciativas de articulação das ONG e dos movimentos sociais, em nível estadual e nacional. Em Mato Grosso, a discussão sobre a constituição de uma articulação permanente entre as entidades dos movimentos ambientalista e social teve início no primeiro “Encontro do Centro-Oeste do Fórum Brasileiro para o Meio Ambiente e Desenvolvimento preparatório para a Eco-92”, realizado em maio de 1991, na UFMT, e organizado pela AME, VIVA Alternativa de DF e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – Seccional MT (SBPC-MT).

Em novembro de 1991, aconteceu o segundo “Encontro das ONGs de Mato Grosso”, organizado pela AME, Instituto Centro de Vida e SBPC-MT. E finalmente,

em fevereiro de 1992, as entidades presentes no “Encontro sobre a Campanha Meio Ambiente e Cidadania”, promovido pela FASE/MT, convencidas da necessidade de criar um Fórum com a coalizão dos movimentos, decidiram constituir uma Comissão Pró-Fórum. Esta comissão promoveu algumas reuniões preparatórias para viabilizar as propostas de articulação do Fórum Mato-grossense das entidades ambientalistas e dos movimentos sociais. A partir desses passos iniciais, em seis de abril de 1992, foi realizada a Assembléia de fundação do Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), constituído inicialmente por 29 entidades fundadoras. Os documentos básicos da constituição do FORMAD foram: a) um manifesto intitulado “Porque um Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento” (anexo VII), que apresenta uma postura crítica em relação ao modelo de desenvolvimento vigente, faz uma constatação dos problemas econômicos, ecológicos e sociais no estado e, convoca os diversos setores da sociedade civil organizada para uma articulação de caráter permanente; b) um regimento interno que trata dos objetivos, formas de atuação e organização. No regimento interno, os princípios fundamentais que orientam o FORMAD são: a democracia com participação política igualitária, sem diferenças de sexo, crença e etnia; a cidadania com observação dos deveres e garantia efetiva de acesso aos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais; o respeito e o trato afirmativo às diversidades sociais, ambientais e culturais presentes nas realidades locais; utilização dos sistemas naturais baseadas em formas sustentáveis de manejo que assegurem a preservação da biodiversidade e a valorização dos saberes tradicionais. Loureiro (2002, p.72) considera que há uma compreensão política e legitimada da educação na modernidade, onde os campos educativos, escolarizados ou não,

Constituem espaços pedagógicos de exercício da cidadania. [...] Pressupõe que a história das sociedades humanas não é previamente determinada, mas resultante de processos dinâmicos estabelecidos, construídos e transformados por sujeitos históricos: os cidadãos, seja em suas ações individuais ou coletivas.

Tendo como precedente a idéia da campanha “educação ambiental e cidadania” que a FASE realizou, segundo depoimento de Puhl e segundo considerações do autor [op. cit.], a educação é legitimada em diversos campos como exercício da cidadania, e esteve presente na constituição do Fórum. Dessa forma, entendemos a educação ambiental como uma parte inseparável do movimento

socioambiental contemporâneo. Assim sendo, ela está presente nos objetivos permanentes do FORMAD, contemplada nos programas, nas ações e contextos onde o Fórum atua. Diversas ações desenvolvidas pelo FORMAD se configuram como processos educativos como as discussões sobre o modelo de desenvolvimento, elaboração de seminários temáticos, monitoramento e intervenções políticas, entre outras. O Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático (MTSD) é uma agenda positiva que o Fórum desenvolve atualmente; nele a educação ambiental existe explicitamente como plataforma e programa político de ações do FORMAD.

5.4.2. Trajetória do FORMAD até Alcançar o MTSD

A coalizão dos grupos sociais, ambientais e ecológicos propiciou a criação do Fórum com um mosaico de programas e ações em diversas esferas. Desde sua criação até 2006, o Fórum atuou em diversas áreas. Destacamos apenas alguns programas como o Programa de Desenvolvimento Agro-Ambiental (PRODEAGRO), Programa Pantanal, Hidrovias, e posteriormente, a constituição do Projeto MTSD. Salva-se o principal eixo da plataforma do Fórum que é o fortalecimento interno das instituições membro.

O estudo e o monitoramento do PRODEAGRO no estado de MT foram criados como uma forma de reparar os danos ambientais causados pelo POLONOROESTE (1981-1985), por um conjunto de medidas desenvolvimentistas realizadas na década de 80, em MT, que abriu estradas como a BR 163 e asfaltou a BR 070. Sobre o Programa Pantanal, o FORMAD acompanhou as primeiras discussões públicas, quando os governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul realizaram *workshop* com o propósito de federalizar o projeto, devido à falta de capacidade de endividamento dos estados. O FORMAD fez um documento contendo uma série de exigências nessa federalização. Segundo Silva [entrevistada 03], “no Programa Pantanal houve participação ativa dos Fóruns de Mato Grosso (FORMAD) e Mato Grosso do Sul (FORMADS)”. Recentemente, como desdobramento do PP, há o Programa de Formação de Educadores Ambientais

(ProFEAP)⁹⁶ e a deliberação da Portaria nº 113 de 07 de abril de 2006 que institui o Conselho Deliberativo da Reserva da Biosfera do Pantanal e sua composição, nesta última, incluem-se representantes do FORMAD, das populações tradicionais, e outras. A questão das hidrovias tem sido muito problemática e conflitiva até os dias atuais, uma vez que as mesmas atravessarão várias terras indígenas de povos distintos, entre inúmeros outros impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

O FORMAD tem sido um sujeito articulador e mobilizador político de grande peso nos processos de enfrentamento das políticas públicas socioambientais. Em muitos casos, não dispõe de recursos humanos e financeiros suficientes para os encaminhamentos necessários. O Fórum, assim como as demais instituições do terceiro setor, sofre as consequências do sistema capitalista, onde para atingir seus compromissos depende de apoio financeiro para um maior desempenho em suas ações. Nesta perspectiva, temos o Projeto MTSD que discutiremos a seguir.

5.5. Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático

Este projeto é o ponto central, o elo fundamental que liga o FORMAD e a educação ambiental como uma proposta pedagógica de longo prazo, com estudos, análises, discussões, proposições e, principalmente, com um eixo metodológico participativo, democrático, crítico e emancipatório; princípios presentes como agenda positiva do FORMAD. Assim, segue uma síntese deste interessante programa.

O Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático (MTSD⁹⁷) é a concretização das discussões realizadas, por diversas organizações da sociedade civil e pelas instituições de ensino superior, no Seminário “Brasil e Mato Grosso Sustentáveis e Democráticos”, promovido pelo FORMAD e realizado em 2002, em

⁹⁶ Apresentado no capítulo III.

⁹⁷ A base de dados para o trabalho deste tópico - Projeto MTSD, consta, no “Arcabouço do Projeto MTSD”, lançado em abril de 2004: Fonte: Acervo do FORMAD.

parceria com o Projeto Brasil Sustentável e Democrático⁹⁸, com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Regional Centro Oeste (ABONG-CO), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) e Universidade de Várzea Grande (UNIVAG). O Projeto MTSD faz parte da estratégia de regionalização do Projeto Brasil Sustentável e Democrático, de abrangência nacional, e busca estimular experiências e propostas dos movimentos sociais, das organizações populares, organizações não-governamentais e universidades, visando um modelo de desenvolvimento alternativo para Mato Grosso. Na busca desse novo modelo, o projeto pretende produzir novos enfoques analíticos, novos indicadores e novas idéias para a mudança social e ambiental, considerando os aspectos humanos, sociais, culturais e ambientais, além da questão econômica.

Este projeto nasce de um forte processo interativo entre os diversos agentes sociais envolvidos. Visa o levantamento e análise das experiências produtivas, de ações que demonstram e constituem cenários de inclusão social, prudência ecológica, participação política, difusão de conhecimentos, e de aprendizagem do saber-fazer para a geração de alternativas solidárias, cooperativas e sustentáveis. Atualmente, o Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático conta com a participação de 21 (vinte e uma) instituições, reunidas em 11 (onze) grupos temáticos (GT), que debatem sobre o modelo de desenvolvimento do estado, com estudos, coleta de dados, análises e discussões com a sociedade sobre estes aspectos, fazendo um paralelo entre os dados e a realidade. Os GTs são: agricultura, agro-indústria, cidade, educação, extrativismo vegetal e animal, infraestrutura, mineração, recursos hídricos, terras indígenas, turismo e unidades de conservação. Nesta pesquisa, destacaremos apenas o GT de educação, pela sua identificação com a linha de pesquisa e direção.

⁹⁸ O Projeto Brasil Sustentável e Democrático também é fruto da preparação Rio 92, com a realização do Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS, onde já buscavam “aliar meio ambiente, desenvolvimento e sociedade”. É uma iniciativa de reflexão e mobilização social para construção de um “Brasil diferente” (ASCELRAD e LEROY, 2003, p.9).

A coordenação interinstitucional do Projeto MTSD está firmada entre o FORMAD e a UNEMAT. Conta com a consultoria dos pesquisadores e coordenadores do Projeto Brasil Sustentável e Democrático. É importante evidenciar que este projeto possui como princípio orientador a construção de uma agenda proativa em relação ao modelo de desenvolvimento do estado de Mato Grosso; favorece as instituições socioambientais do estado a deixarem de agir, exclusivamente, de forma reativa, em resposta às demandas surgidas em função da insustentabilidade do modelo atual; a construção de um programa que faça a interação entre a universidade, os movimentos sociais e as organizações não-governamentais. São o desafio e a engenharia institucional que o projeto MTSD propõe construir, contendo como base os objetivos gerais:

- a) Promover o debate participativo sobre o modelo de desenvolvimento do estado de Mato Grosso com ênfase nos aspectos social, econômico e ambiental;
- b) Avaliar os estudos e diagnósticos já existentes sobre a realidade sócio-econômica, política e ambiental dominante no estado de Mato Grosso, realizando novas análises do espaço socioambiental, das políticas públicas, das organizações sociais, do trabalho e renda, dos serviços básicos e do comércio internacional e finanças;
- c) Promover a construção de um modelo alternativo pautado na sustentabilidade socioambiental, nos princípios democráticos, na competência organizativa, na justiça social e ambiental e em condições dignas de vida para toda a população, com ênfase naquela parcela tradicionalmente excluída do processo de desenvolvimento no estado;
- d) Estimular o surgimento de iniciativas, articulações e redes políticas que possam promover a transição gradual para este modelo alternativo e;
- e) Capacitar e subsidiar atores sociais para formular propostas, aperfeiçoar a relação com a sociedade e intervir nas políticas públicas.

Enquanto eixo conceitual, o projeto MTSD fundamenta-se em duas categorias principais: a sustentabilidade e a democracia. Destas derivam outras, que são complementares no sentido do conhecimento e na perspectiva da política. Conceitos como cooperação, solidariedade, inclusão social, diversidade, justiça ambiental e social, prudência ecológica, comércio justo e autogestão, que são referenciais básicos para a prática proposta pelo MTSD. São, portanto, direcionamentos para os agentes socioambientais no seu empenho por esta trajetória inter-institucional e inter-disciplinar.

Esta construção será possível compreendendo a democracia como exercício de poder, abrangendo aspectos político, econômico, social, ecológico e cultural. E a sustentabilidade é o reconhecimento da alteridade, da valoração das práticas distintas, desde que voltadas para a qualidade de vida no presente e no futuro. Assim, a sustentabilidade e a democracia requerem a participação ativa e prospectiva; a distribuição equitativa dos bens materiais e imateriais; a conservação das riquezas naturais estabelecendo parâmetros solidários, tanto para as gerações presentes quanto vindouras; a valoração das diversas culturas, a justiça social e ambiental (ACSELRAD & LEROY, 2003).

Para a execução do MTSD, foi construída coletivamente uma matriz analítica (anexo VIII) que traça os eixos setoriais e temáticos a serem percorridos por cada GT. O caminhar passa no diagnóstico das situações encontradas nas diferentes dimensões do modelo de desenvolvimento social, político, econômico, ambiental e cultural mato-grossense para a reflexão e ação orquestrada, rumo à sustentabilidade e democracia. Nesta pesquisa, detalharemos apenas o GT Educação por contemplar em sua proposta e plataforma a educação ambiental, onde a Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA) e o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) são parceiros, com compromisso de construir os objetivos e

⁹⁹ Acervo arquivos do FORMAD.

desenvolvimento dos trabalhos; resgata-se, ainda, outros participantes como o Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Público e a UNEMAT. O MTSD, conforme considera Medeiros [entrevistado 05]:

É um projeto a ser incorporado pela sociedade mato-grossense, ou pelo menos, por uma parte da sociedade mato-grossense, “como fazer um programa, que é de alta qualidade, um programa de vanguarda, de reconhecimento nacional, como sair do momento da construção, do momento do diagnóstico para que seja incorporada pela sociedade mato-grossense?” [depoimento pessoal].

Diante do contexto e da caracterização do estado, o Projeto MTSD é uma alternativa positiva, ainda tímida, que precisa criar forças, se desenvolver para se tornar uma proposta e estar na mesa de discussão efetiva do estado, com base sólida, democrática e participativa, e se contrapor ao modelo do agro-negócio. O caminho está proposto, é necessário percorrê-lo, a começar pelo diagnóstico dos problemas ambientais no estado. Na seqüência, discutir com a sociedade e propor programas de implementação de políticas públicas e acompanhamento destas. Mas é necessário vencer as etapas para essa transformação.

5.5.1. GT Educação do MTSD

O Grupo de Trabalho (GT) Educação junto com os demais dez GT, faz parte do Projeto MTSD, estruturado em 2003, a partir de um processo de construção coletiva e democrática, com inúmeras discussões com a sociedade em geral. Cada um dos GT tem seus objetivos, sua metodologia e resultados esperados no conjunto. Aqui, o recorte delimita o GT Educação como foco da pesquisa. O plano inicial deste GT, objetiva promover a criação de práticas de sustentabilidade mato-grossense, alicerçada sobre processos educativos que contemplem a auto-estima popular, a inclusão social e a proteção ambiental.

Este GT, em agosto e setembro de 2003, optou por fazer o seguinte recorte “realizar um mapeamento das ações em educação ambiental, na bacia do Paraguai”. Em novembro, foi proposto o projeto de pesquisa “Tempos e Espaços Educativos

Mato-grossenses”, subdividido em cinco pólos - Cuiabá, Cáceres, Tangará da Serra, Barra do Garças e Sinop - com o objetivo de avaliar a educação ambiental; a interrogante circunscreve na educação que temos, desejamos e podemos, através de dois eixos metodológicos - a pesquisa diagnóstico-avaliativa e a participante. Diante destas proposições mantêm-se os objetivos propostos inicialmente.

Sem condições de executar as metas previamente estabelecidas, em função da escassez financeira, o GT Educação conseguiu uma importante parceria, que foi a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Através deste organismo, cerca de 10 mil questionários foram distribuídos em todas as escolas públicas, com o grandioso retorno da metade das respostas, o que evidencia uma amostragem fidedigna sobre a situação escolarizada da educação ambiental. A sistematização, avaliação e redação deste amplo cenário contaram com o GPEA, um dos elos mais fortes da REMTEA. Sato [et al.] (2006), em “Sinfonias de Educação Ambiental Mato-grossense”, consideram que a população indígena foi a maior fonte de resposta e que os temas relacionados à Agenda Verde são destaques em MT, em contraposição à massiva presença da Agenda Marrom (lixo e saneamento básico) do cenário nacional. Isso talvez revele a degradação visível de MT, cuja natureza vem sendo devastada pelos grãos, pela agricultura insustentável e pelo turismo inconseqüente. A avaliação da condição de oferta da EA nos espaços escolarizados é um importante marco no cenário nacional e talvez internacional. Mudanças gradativas estão sendo realizadas, ainda que morosas e com acúmulo de derrotas, mas sem dúvida, são revolucionárias.

O ponto mais forte desta avaliação foi a contribuição ao Plano Decenal de Educação, discutido num fórum popular com inúmeras organizações do governo e da sociedade civil, formulando proposta de educação ao estado de MT (e não ao governo), no período de 2006 – 2016. No Plano, a proposição da EA é presente e fundamentada no Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis, que teve gênese na Eco-92 e foi debatido em algumas instâncias, e ora vem sendo revisado por várias destas instâncias e organizações. Cumpre ressaltar que não há registro de semelhante ganho no Brasil, o que destaca Mato Grosso pelo seu engajamento político através do FORMAD, da REMTEA, e de segmentos diversos da sociedade civil e do governo.

5.5.2. Movimentos Subjacentes, como REMTEA e GPEA

O Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) é constituído por pesquisadores e estudantes acadêmicos, que de forma direta ou indireta, atuam com pesquisas e vivências relacionadas à questão ambiental. O GPEA tem certificação pela Universidade Federal de Mato Grosso e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Suas metas se inscrevem no processo da pesquisa em educação ambiental, sem se despedir das formulações de políticas públicas e da subjetividade humana que se inscreve na era contemporânea¹⁰⁰.

Em 1996, quatro anos após a criação do FORMAD, cria-se a REMTEA, uma organização formada por várias instituições, pessoas e elos regionais que se organizam de forma virtual (internet) e real (presencial). Tem como tática uma estrutura horizontalizada, onde as pessoas e instituições que fazem parte alimentam a comunicação e informação, permitindo o diálogo constante, com repercussão nas ações locais e influência nas políticas públicas. A REMTEA, assim como o FORMAD, não possui personalidade jurídica, funciona sem formalização estatutária, utilizando-se da estrutura das instituições que fazem parte de seu corpo para responderem juridicamente.

A REMTEA é uma rede que vem sendo desenhada pela Associação Mato-grossense de Ecologia, o Instituto Ecologista de Desenvolvimento e o Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal que trabalham em parceria com o Instituto ECOAR para a Cidadania (SP), também da facilitação membro da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA)¹⁰¹. Em julho de 1996, foi realizado o seminário "Panorama Atual da Educação Ambiental - Conjunto de Painéis sobre Educação Ambiental" com o objetivo de articular instituições e pessoas que

¹⁰⁰ Disponível: <http://cgi.ufmt.br/gpea/index.htm>.

¹⁰¹ Disponível site: www.ufmt.br/remtea.

trabalham com Educação Ambiental em Mato Grosso. Segundo Amaral [entrevistada 11], “convidaram todos os setores e também Marcos Sorrentino¹⁰² e Raquel Trajber¹⁰³” [depoimento pessoal]. Nesse seminário foi lançada e criada a REMTEA.

A REMTEA agrega as redes municipais (Rondonópolis, Diamantino, Tangará da Serra, Cáceres, Campo Verde, Nova Xavantina e Poconé), a Rede Juventude de Meio Ambiente e também a Rede Escola de Educação Ambiental, caracterizando-se como a Rede das redes mato-grossenses. Periodicamente, a REMTEA promove encontros; colóquios de estudos; cursos de formação e seminários temáticos e; promoção de grandes eventos como:

- a) O II Encontro de Educadores Ambientais do Estado de Mato Grosso, em Agosto/2000, sob o tema: “Múltiplos Olhares em EA”, com o apoio da Rede Brasileira de Educação Ambiental. Tendo como objetivos: possibilitar a troca de experiências desenvolvidas no estado; viabilizar um debate crítico sobre a regulamentação da Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental; viabilizar uma discussão pública sobre a Política Estadual de Educação Ambiental e sua interação com as diretrizes nacionais; construir o fortalecimento da Rede Mato-grossense de Educação Ambiental; (re)construir a educação ambiental em suas múltiplas facetas; e avaliar a práxis da educação ambiental, fortalecendo seus campos epistemológicos e ontológicos. O encontro teve participação de mais de 600 educadores inscritos no evento.
- b) Em novembro de 2003, realização do III Encontro de Educadores Ambientais de Mato Grosso; I Encontro da Aguapé - Rede Pantanal de Educação Ambiental; IV Seminário de Educação Ambiental para as Cidades Pantaneiras, Evento satélite: III Encontro Mato-Grossense da Carta da Terra e; o Fórum da REBEA: Tecendo Cidadania, reunindo cerca de 500 participantes, em Cuiabá.
- c) O IV Encontro de Educador@s Ambientais de MT e I Fórum do Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal (ProFEAP), realizado em

¹⁰² Hoje faz parte da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério Meio Ambiente (DEA/MMA).

¹⁰³ Faz parte da Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (CGEA/MEC).

novembro de 2005, com o tema “Sociedade Sustentáveis ou Desenvolvimento Sustentável: opções e identidades da educação ambiental”, no Centro Cultural da UFMT. Estiveram reunidos cerca de 700 educadores, estudantes e pesquisadores de vinte estados brasileiros e de quatro países (Portugal, Cuba, Paraguai e Bolívia).

5.6. Percepções dos Pioneiros: Ecologismo *versus* Ambientalismo

Aqui, retomamos a discussão sobre a diferença do movimento ecológico *versus* movimento ambiental, na qual exercitamos um diálogo rápido entre diversos olhares e percepções de alguns autores no capítulo III. Agora partimos para o campo e percepção de nossos(as) pioneiros(as) ecologistas. Em nossa análise de dados, encontramos algumas diferenciações, apesar da maioria dos(as) entrevistados(as) não fazer comentários referente à diferença de um termo e outro, pois argumentam que não buscaram aprofundamento, e que essa discussão é mais teórica porque na prática esta diferença não aparece. Cruz [entrevistado 07] argumenta: “*não gosto de nominar por que você corre sempre o risco de conceituar*” [depoimento pessoal].

Alguns pioneiros consideram questões puramente técnicas, uma discussão que se dá no âmbito da terminologia, que são termos similares, porque, na essência, ambos os termos contemplam na proposta das instituições, que geralmente desenvolvem ações e políticas na defesa do meio ambiente, ecológico e social. Há ainda, os que não refletiram sobre a diferença, ou se há diferença; consideram a sustentabilidade como a questão central, independente se é ambientalismo ou ecologismo, pois os vários ecossistemas como o pantanal, o cerrado, a Amazônia, devem ser sustentáveis.

Entre as diferenças destacadas, observamos uma confusão entre o termo ambientalismo, e o conservacionismo. A corrente conservacionista objetiva preservar sistemas naturais, na qual, há ainda, os mais radicais que têm uma visão preservacionista “pura”, onde a presença do ser humano não está incluída no ambiente, para estes, “qualquer interferência humana na natureza é negativa”

(DIEGUES, 1994, p.113). Assim, segundo considerações de alguns pioneiros, o ambientalismo defende sistemas naturais, enquanto o movimento ecológico é uma questão política, econômica, social e ambiental, com a possibilidade de unificar as discussões sociais e ambientais.

Outros consideram que a identificação como 'ambientalistas' ao invés de 'ecologistas', é direcionada e induzida pelo governo federal ao criar uma estrutura dentro do SISNAMA, e regulamentações do CONAMA (como detalhamos no capítulo III). Neste sentido, afirmam que não é o referencial teórico nem a questão ideológica que diferencia um termo e outro, mas sim, as consequências e resoluções do CONAMA. Ainda nesta linha, há destaque ao movimento ambientalista, como um referencial mais tecnicista, ou seja, técnicos que seguem regulamentos conforme abordagem do governo, em que se focam as normas de licenciamento, as técnicas de regulamento.

Conforme nossos(as) protagonistas e considerando a revisão bibliográfica no capítulo III, bem como o perfil dos nossos sujeitos no capítulo IV, consideramos que o termo movimento ambientalista ou ambientalismo é genérico. Para alguns, direcionado ao ambiente; para outros, mais técnico, e segue as regulamentações governamentais. Há os que consideram que hoje em dia temos um ambientalismo complexo onde existem vários atores sociais e, portanto, difícil diferenciar, porque tem um conjunto de atores que incorporaram a dimensão ecológica. Enquanto outros consideram que o movimento ecologista ou ecologismo é a inter-relação do ambiente e ser humano, ação dos sujeitos diante de sua postura e ética.

De forma geral, aos pioneiros mato-grossenses, o debate sobre ecologismo e ambientalismo é incipiente porque remete a rótulos ou a discussões teóricas. A gênese constitutiva de suas lutas demarca campos mais ativos da ação. Embora estes personagens tenham se qualificado com títulos acadêmicos ou em profundidade da discussão de experiências e projetos, dinamizando atividades e realizando mudanças, o germe da militância e do ativismo parece ainda estar latente em seus discursos. Diante das percepções de nossos protagonistas o discurso sobre a diferença está mais presente na academia e menos no movimento. De fato, enquanto alguns autores argumentam que o dualismo é inócuo (Loureiro, 2006),

outros consideram a necessidade da demarcação identitária (Meira e Caride, 2001; Carvalho, 2001; Sato, 2006 e Medeiros, 2006).

Atualmente, em Mato Grosso, cada vez menos se fala em movimento ecológico, e mais em movimento ambientalista. Mesmo que seja uma definição vinda no bojo de um contexto universalizante e de indução conforme classificação do CONAMA, convém ressaltar que não é a nomenclatura que faz a luta. Entendemos que não é preciso encontrar um consenso, muito menos julgar como certo ou errado; são olhares interpretativos que vagam no cenário e co-existem na busca de um mesmo sonho: mudar e transformar o mundo. Consideramos sujeitos ecológicos aqueles que atuam em diversas esferas e com diferentes ações em educação ambiental, com sensibilidade e subjetividade orientada por valores ecológicos, tendo como premissa os questionamentos diante desse complexo mundo em que vivemos, onde não somos neutros. Nossos protagonistas são ecologistas políticos¹⁰⁴, socioambientalistas e educadores ambientais escolarizados e não-escolarizados, visto que concebemos a educação ambiental como uma ação política, permanente, que contempla aspectos sociais, culturais e ambientais, de forma crítica e emancipatória.

Nesse sentido, nossos(as) pioneiros(as), em seus discursos evidenciaram e continuam evidenciando os dilemas sociais conjuntamente com os impactos ambientais; enfatizavam e enfatizam as intervenções políticas e as consequências à sociedade e a nossa Mãe Terra. Enfatizavam e enfatizam a justiça ambiental, a democracia, a inclusão social e a proteção ecológica, bem como a proposição do Projeto MTSD, que tem como embasamento teórico a sustentabilidade e a democracia. Valorizavam e valorizam os diversos saberes e sabores para a construção de sociedades sustentáveis.

5.7. Novos Rumos

¹⁰⁴ Conforme definição de Medeiros (2006).

A estruturação da questão ambiental no estado, enquanto movimento e num primeiro momento, segundo Medeiros [entrevistado 05] foi “*anárquico e intencional*” [depoimento pessoal]. Depois, o movimento se estruturou através de ONG como movimento social organizado, político, e com intencionalidade de fazer enfrentamento para melhorar a condição socioambiental em MT. Aqui, enfatizamos mais uma vez a identidade dos nossos sujeitos pioneiros como ecologistas políticos que se fizeram presentes em todo o processo, desde o início do movimento ecológico no estado, até o percurso pelos quais nossos pioneiros seguiram, após obtenção das primeiras metas alcançadas.

Entendemos que houve uma soma de forças junto aos inúmeros setores e não apenas uma incorporação de valores ambientais; por outro lado, é notória a separação de ativistas voluntários, integrantes do movimento ecológico de Mato Grosso, aliada a criação de novas instituições com diferenças pessoais, e talvez ideológicas. Para Guimarães [entrevistado 08], “*na seqüência dos acontecimentos, houve uma desestruturação do movimento em si... Mas também houve uma profissionalização, uma evolução*” [depoimento pessoal]. Guimarães considera ainda que o movimento continua muito frágil. Essa fragilidade é perceptível ao compararmos a caracterização do capítulo II onde apresentamos o contexto em que estamos, as dificuldades que nos deparamos a cada momento, num estado que há anos vêm adotando como plataforma de governo, o desenvolvimento a qualquer custo.

Novos rumos são seguidos pelos(as) nossos(as) pioneiros(as) do movimento ecológico de MT. Outrora, algo os motivava e os unia em prol de causas como a criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, a não construção da usina hidrelétrica de Manso e, com isso, a construção e enraizamento de um movimento proativo. Mas com o tempo, a história vai sendo construída e transformada, e com ela, novas necessidades e mudanças. Cruz [entrevistado 07] considera:

Quando a gente era mais novo tudo era diferente. Acho que era mais legal, participava mais, talvez por que não era tão organizada. A gente realmente se unia e lutava contra. Tinha um glamour, uma energia jovem e hoje parece disperso [depoimento pessoal].

Diferenças, mudanças e necessidades que o sistema, o movimento e o tempo vão moldando, transformando e re-construindo. Lima (2005, p.122) considera: “as ONGs (sig.) e os movimentos sociais tenderam a substituir uma postura mais autonomista por uma aproximação em relação ao Estado, às empresas e às organizações internacionais que lhes davam sustentação”. Isso engloba a situação das instituições ambientalistas, levando em consideração a indução das resoluções governamentais, como exigência do mercado. E aqui no estado de Mato Grosso essa tendência e indução não foge a regra nacional. Segundo Alexandre (2004, p.15), “a definição das opções por valores depende menos da escolha dos atores sociais do que das condições competitivas colocadas”. São condições competitivas apresentadas, que coincidem em transformações de valores e, nesse processo, novos rumos e opções são tomadas e assumidas. Os novos contextos aparecem de forma muito rápida e nem sempre os movimentos conseguem acompanhar essa competição imposta. Mas está evidente a necessidade das organizações estarem se capacitando e acompanhado as discussões, os rumos políticos e tomando posições, respeitando sua gênese, conduta, ética e missão.

Neste processo há novos discursos, necessidades, novos procedimentos administrativo-financeiros e maior formação, conforme considera Foucault (1985 p.95), “é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber”. Conceitos fortes, assimilados no sistema capitalista, presentes na constituição e nas instâncias coletivas organizadas da sociedade, onde os conflitos se inscrevem, transformando o ser humano com sua cultura e significação e, em muitos casos, em articulações em prol de poderes próprios e/ou coletivos. Sabemos que o empoderamento de saberes é uma forma de poder. Nessa perspectiva, Passos & Sato (2002, p.18) fazem uma relação muito interessante:

Na verdade, a presente (des)ordem do Capital tem, precisamente, a favor de si, a naturalização absurda da sagração de uma ordem contingente e arbitrária, como se ela tivesse, necessariamente, que ser assim para sempre. A reprodução da ordem e das instituições presentes, teve um começo e terá um fim. Passará. Nada, no tempo, poderá subsistir, sem ser, implacavelmente, roído por ele. [...] O melhor, por isso, que se possa dar aos seres humanos, é a exata proporção da fabricação da história, das instituições e da cultura.

Nesse processo da ordem e da (des)ordem, a sociedade com sua herança cultural e significação vai transformando e criando novos valores. Prigogine (1996) afirma que a flecha do tempo é irreversível, tem apenas uma direção - para frente - o tempo não volta. Nessa mesma direção segue o processo das instituições e seus membros. O movimento ecológico era caracterizado pela mesclagem, onde a subjetividade estava presente, mas a ênfase era a democratização, fazendo o balancear da ação dos voluntários permearem por entre o idealismo, a família, a escola, a sensibilização, a mídia e a formação permanente da sociedade. Nossos pioneiros, procedentes do fenômeno da contracultura, viveram um novo estilo de mobilização e contestação social que, com o tempo, sofreram transformações e se recriaram, de forma que não se pode considerar melhor ou pior, mas diferente. Tudo passa e se transforma com o tempo.

Essas mudanças e (re)significações continuam e, nos anos 70 e 80, educação popular e direitos humanos eram questões de evidência, eram as palavras-chave; já nos anos 90, as evidências giravam em torno da “ecologia, da democratização, das diferenças inerentes à sociedade civil, da diversidade cultural e, enfim, dos direitos de cidadania” (DOIMO, 1995, p. 209). Dentre as condições, (re)significações e competições impostas, esse processo de mudanças e rupturas são acompanhadas pelo movimento ecológico de Mato Grosso. Castro [entrevistado 04], considera um momento fundamental a ser destacado: acontece quando o Estado faz o convite para um dos militantes componente do movimento ecológico, que na época ocupava o cargo de presidência da AME e deixa o cargo para assumir a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). Segundo Castro [entrevistado 04], houve muitas discussões e polêmicas, uns achavam que seria bom e outros achavam que não. Para ele, esse momento marcou o “*racha*” dentro do movimento ecológico [depoimento pessoal].

Lima (2005, p.123) considera que, “é perceptível a influência das forças socialmente dominantes através dos discursos e das práticas reformistas e politicamente conservadoras”, forças estas que entram no mesmo campo e disputam espaços. A disputa não necessariamente será de “eliminação das forças oponentes, mas uma convivência concorrencial”. Ganham e ocupam espaços as propostas que estão em sintonia, que num determinado momento são os “valores e os interesses que dominavam a sociedade”. Com essa reflexão de Lima, consideramos que

naquele período, aqui em Mato Grosso, a força dominante (governo) muda a estratégia: não mais como oponente e sim, como concorrente. E com isso começa a intensificação da discussão se o movimento poderia ser considerado governamental ou não governamental? Até que ponto era interessante a presença de um militante do movimento ecológico no governo? Deixar de ser ONG para ser governista? Como ficam as posturas?

Esse foi o histórico processo do movimento ecológico de Mato Grosso, com as oscilações, perspectivas e tensões. Segundo Doimo (1995, p. 177), “essa proximidade com a esfera política institucional dá-se, contudo de maneira tensa” e aqui no Estado essa aproximação com órgãos governamentais foi fortemente marcada pelo redimensionamento e ruptura do grupo inicial do movimento, conforme afirma Castro acima citado. E até hoje, é perceptível a ruptura, onde alguns seguem ligados ao movimento da sociedade civil, outros, no governo ou em outras instâncias e atividades. A maioria dos componentes se mantém separados com suas respectivas instituições, ideologias e atuações. Não temos dúvidas que nossos militantes mato-grossenses, com um estilo de mobilização e contestação social - que fervilhava e fervilha no sangue - conseguiram com muitos ideais, discussões e ações, implementar e acompanhar políticas públicas essenciais em MT. Estiveram e continuam na luta, mantendo posições e ideais, interesses e conflitos, e todos(as) os entrevistados(as), de uma forma ou de outra, continuam ativamente atuando nos movimentos sociais, socioambientais, ambientais e ecológicos.

Com a separação em questão, poderíamos diagnosticar que o movimento enfraqueceu. Por outro lado, visualizamos a disseminação e criação de várias instituições, com seus respectivos componentes, atuantes em diversas áreas e esferas do Estado, como registramos no tópico sobre “instituições ambientalistas”. Nesse prisma, consideramos que são vários os focos e diversas as atuações com diferentes abordagens. Temos instituições como a Ecopantanal e Ecotrópica com atuações voltadas mais diretamente ao pantanal. A Associação para Recuperação e Conservação Ambiental, continua voltada para ações no PNCG. A Associação Ecológica de Meio Ambiente de Jaciara, com as questões de impactos das usinas de cana-de-açúcar e rio São Lourenço. Em Cáceres, várias instituições como o Instituto de Pesquisa e Educação Ambiental, FASE-MT, Fórum de Lutas, Centro de Direitos Humanos e Centro de Tecnologias Alternativas atuantes na região do rio

Paraguai, na região sudoeste, bem como as discussões da hidrovía Paraná-Paraguai, assentamentos, quilombolas, pequenos agricultores entre outros. Na capital Cuiabá, há inúmeras instituições, entre elas, as secretarias da REMTEA e do FORMAD que, entre outros, discutem e fazem ecoar questões polêmicas em pauta. Também temos inúmeras instituições em Alta Floresta, como cita Tozzi (2005), com atuação na região do Norte do estado, acompanhando os impactos da monocultura, agrotóxico, criação de UC, desmatamento e outras.

Na leitura de nossa pesquisa, considerando nosso recorte, esta situação de ruptura é perceptível até os dias atuais e a complexidade de problemas ambientais vem se multiplicando. Avaliamos que a articulação e intercâmbio entre movimentos ambientais, ecológicos e sociais ainda são frágeis e bastante voltados para ações locais e pontuais. Além de detectarmos a pouca participação de pessoas da base em grandes eventos com repercussão e discussões polêmicas. No entanto, admitimos que ainda há uma precariedade no acesso às informações, além de inúmeras demandas com a crise atual planetária.

5.8. Redimensionamentos

Destacamos alguns redimensionamentos em nossa pesquisa, que aconteceram após a Eco-92. Um deles se refere à grande mudança na prática do movimento ecológico. A aproximação com o movimento social na preparação do Fórum Brasileiro de ONG, foi um ponto positivo, trouxe um conteúdo político para o movimento ecológico, e enriqueceu os movimentos sociais, porque foi introduzida a variável ambiental nas suas preocupações e plataformas de trabalho. Outros dois aspectos interessantes e fundamentais são: a) a crise da militância dos ativistas nos movimentos e; b) a instalação dos escritórios de grandes ONG como o WWF¹⁰⁵,

¹⁰⁵ “Em Agosto de 1996, foi criada, em Brasília, o Fundo Mundial de Conservação da Natureza do Brasil (WWF-Brasil). O WWF-Brasil cresceu com o apoio de afiliados, voluntários e parceiros e se firmou graças ao rigor e à determinação de seu trabalho na Amazônia, na Mata Atlântica, no Pantanal e no Cerrado. O trabalho contribuiu para que o Brasil e os brasileiros se familiarizassem com conceitos como desenvolvimento

Conservação Internacional¹⁰⁶, Greenpeace¹⁰⁷ e outras no Brasil. Estas instituições repassavam e viabilizavam financiamento e trabalhos no país e, a partir desse período, resolvem elas mesmas executarem os programas.

Como vimos no tópico anterior, a partir deste momento, muda a lógica dos programas de financiamento e surge a profissionalização do projeto e do resultado, em alguns lugares e estados, a lógica do mercado invade o setor de ONG regulando sua forma de ação. A partir daí, instituições ambientais, ecológicas e sociais, para sobreviverem no mercado, necessitam dominar a lógica de mercado, transformar suas lutas, seus trabalhos em mercadoria.

No bojo dessas mudanças, é difícil deixarmos de perceber, transformações que são visualizadas num campo de linguagem comum. Nessas re-significações e reestruturação do movimento ecológico de Mato Grosso, as diferenças e conflitos começaram a se evidenciar, e conseqüentemente, as rupturas surgiram e caminhos diversos foram seguidos. Antunes (2003, p.109-117), faz uma abordagem sobre o trabalho humano, e como ele vem sendo tratado e problematizado no século XXI: “o trabalho assalariado e estável”, com direitos jurídicos e reconhecidos nas legislações trabalhistas, além de trabalhos em tempo parcial, os “terceirizados”, e uma significativa “expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual”. Isso caracteriza a tendência operante entre as ONG no contexto da concorrência no mercado de trabalho, com outros setores públicos e privados, onde é significativa, “a profissionalização” com melhor capacitação. E por sua vez, muitas empresas

sustentável, e responsabilidade socioambiental; estimulou debate e contribuiu para que governos se tornem parceiros ativos na conservação da natureza e no desenvolvimento sustentável. A experiência adquirida, desde 1971, quando a Rede WWF começou atuar no país, apoiando estudos e projetos, possibilitou o amadurecimento e a criação da ONG nacional em 1996”. Site: wwf.org.br.

¹⁰⁶ “A missão da Conservação Internacional (CI) é preservar a biodiversidade global e demonstrar que as sociedades humanas podem viver em harmonia com a natureza. A CI é uma organização privada, sem fins lucrativos, dedicada à conservação e utilização sustentada da biodiversidade. Fundada em 1987, em poucos anos, a CI cresceu e se tornou uma das mais eficientes organizações ambientalistas do mundo. Atualmente, trabalha para preservar ecossistemas ameaçados de extinção em mais de 30 países distribuídos por quatro continentes. No Brasil, o primeiro projeto de conservação da CI teve início em 1988. A CI-Brasil tem sede em Belo Horizonte-MG e possui outros escritórios, estrategicamente localizados, em Brasília-DF, Belém-PA, Campo Grande-MS, Caravelas-BA e Salvador-BA. Em 1990, é criado o programa Brasil (CI-Brasil), uma organização não-governamental nacional, formada por cientistas e profissionais brasileiros”. Site: conservation.org.br.

¹⁰⁷ “No dia 26/04/92, aniversário do trágico acidente de Chernobyl - marcava oficialmente a inauguração do Greenpeace Brasil”. Site: Greenpeace.org.br.

privadas desenvolvem trabalhos na área social, como uma atuação de responsabilidade social através da compensação e isonomia de encargos sociais.

Concretamente, esse trabalho estável assalariado reafirma a profissionalização das entidades, que deixam de ser idealistas e ativistas para entrarem na competição de mercado, além das longas jornadas de trabalho que privam os momentos de lazer e de espiritualidade, antes existentes. A terceirização com “projetos temporários”, que as ONG vêm desenvolvendo, tem sido muito intensa. A lógica de mercado se modificou ao longo destes anos e, de certa forma, o movimento contemporâneo tem seguido esta tendência profissionalizante. Com a profissionalização, os militantes dos movimentos executam projetos¹⁰⁸, ou seja, se dedicam, exclusivamente, ao movimento e ações coletivas. Abdicam-se de outras atividades profissionais, inicia-se a constituição e criação do chamado terceiro setor, com as inúmeras instituições e ONG. Segundo Gohn (1997, p. 315),

As ONGs saíram da sombra, deixaram de ser meros suportes técnicos em orientações tidas como *pedagógicas* e *financeiras* às lideranças populares, e passaram, elas próprias, a desempenhar os papéis centrais nas ações coletivas.

As ONG se tornam executoras com papel principal no processo, estruturam os projetos e cuidam da organização, da execução e da divisão das tarefas. No estado de Mato Grosso, o grupo do movimento ecológico, inicialmente composto basicamente por famílias, começa a romper laços com os demais pioneiros ecologistas, pois neste novo cenário e configuração, entra um novo componente – o capital. Alguns ecologistas com sua família criam outra(s) ONG(s), e assim as instituições começam se profissionalizar e se hierarquizar, com seus respectivos focos de atuação.

A profissionalização das entidades ambientalistas e a hierarquização nem sempre aparecem de forma explícita, ela pode se configurar a partir de sua estrutura

¹⁰⁸ Entende-se como “projeto” a articulação e elaboração de idéias, de um plano, que se constrói, que se planeja, para executar ou realizar algo. Estes “projetos” são planejados com objetivos, metas e resultados esperados, e para executá-los é necessário captar recursos financeiros para viabilizar sua execução.

funcional com diretoria, sendo a referência suprema o presidente; ou no estilo familiar, onde o pai e a mãe sempre darão as normas e terão o controle dos caminhos e projeções a serem seguidas institucionalmente. A pessoa, mesmo que se reconheça ou se identifique dentro de um sistema democrático, de uma forma ou de outra, mantém o poder hierárquico em suas mãos, em alguns momentos como presidente e em outros, como coordenador(a). Estas pessoas que se mantêm hierarquicamente se consideram donos(as) da instituição.

A pouca participação da sociedade em espaços de discussões, debates, embates, denúncias, articulações, mobilizações, reivindicações, fortalece esse perfil personificado das lideranças. Atualmente, este é um ponto central e desafiador dos movimentos, da educação e do planeta. Para uma sociedade sustentável, democrática e participativa é necessário que todo cidadão seja interlocutor nas deliberações, e não apenas alguns líderes. Segundo Amaral [entrevistada 11],

O campo da sociedade sustentável é um campo de conflitos, conflitos enormes, porque o setor produtivo tem que mudar sua prática, não existe um arranjo, onde as pessoas continuam devastando e as florestas continuam conservadas [depoimento pessoal].

Estamos vivenciando a maior crise planetária, e, como já frisamos no tópico anterior, são grandes os desafios atuais: a sustentabilidade, a democracia e a participação, entre tantos outros, relacionados com a corrupção, com a crise ambiental, com a projeção de uns em detrimentos de outros, com a violência, que acirra a injustiça entre o ser humano. Enfim, poderíamos, aqui, fazer uma lista de desafios e motivos pelos quais as pessoas da sociedade devem ter clareza e prepararem-se para o enfrentamento. Há necessidade de um trabalho que envolva maior número de pessoas, e não apenas algumas lideranças; seja através da sensibilização, da crítica, do diálogo intercultural, da vontade de querer mudar, acompanhando e propondo políticas. Trabalhar para que tenhamos um futuro sustentável, com qualidade de vida.

CAPÍTULO VI ATRAINDO PÁSSAROS

CERRADO / RAÍZES

- trançado
a toada do rumo-a-fora
retorcendo capões de novato

e lixeira
vae-se o lerdo roceiro
no empurro que lhe dá
sua precata de salga-bunda

- do labiado da serrota
escorregam uns pingos de orvalho
colchetando na pocinha d' água

- a tarde serrana
enchumçou de sol
o lameiro preso no curral
de pau roliço

6. INTERAÇÕES E CONSIDERAÇÕES

6.1. Interação do Ecologismo e Educação Ambiental em MT

A educação ambiental começa desde nosso corpo com rios correndo por dentro e só com uma boa alimentação pode nutrir nosso ser com a vida que ele merece. [...] Quando se é o outro e o outro é você, vem uma grande compreensão do que é a responsabilidade de estar vivo, ter reverência e respeitar a vontade do outro em viver em harmonia e equilíbrio com a Terra. Com Ela, somos um só, nunca sós e sempre bem acompanhados por sua forte energia e com sua matéria gentil e generosa para os que merecem tais dádivas [depoimento pessoal].

A mobilização política do movimento ecológico de Mato Grosso era forte na década de 80. Era uma articulação e mobilização que abarcavam o contexto como um todo. Como afirma Silva [entrevistada 03] “*para nós quando trouxemos a questão do impacto das queimadas, trazíamos as madeiras queimadas, o fogo, tudo era EA. Íamos para a praça, fazíamos shows, com artistas e todos eles vinham por causa da EA*”. Os(as) ecologistas planejavam ações como as coletas de lixo no Complexo, traziam o mesmo para a praça da República em Cuiabá, chamavam a mídia, elaboravam fôlderes e diversas outras artes postais. Realizavam shows com artistas como Tetê Espíndola, Almir Sater, Ney Matogrosso, Luli e Lucina, Lucélia Santos, Gilberto Gil e outros. Ações com cunho cultural muito forte, onde estava presente a educação ambiental não-escolarizada, com objetivo de sensibilizar e informar o público. Tudo era educação ambiental. Guimarães [entrevistado 08] afirma:

As questões tinham um fundo cultural, [...] esta mentalidade do desenvolvimento do crescimento econômico. Todas estas questões seja desmatamento, lixo, esgoto, tudo tinha uma dimensão, uma origem de conceito... Aí começamos a perceber a necessidade do processo de base que é educação, a compreensão e a necessidade da educação ambiental. Um processo de educação, que as pessoas possam se informar e se formar sobre estas questões.

Era um processo pedagógico de educação ambiental diferente, não mais forte e nem mais importante que hoje, diferente. A EA é construída e transformada no decorrer do processo, seja escolarizada ou não-escolarizada. Se olharmos para duas décadas atrás, esse era um assunto restrito aos amantes da natureza. Hoje, é um assunto amplamente discutido pela sociedade civil e esferas governamentais. E aumenta a cada dia com o polêmico aquecimento global, e sua evidência, que se tornou preocupação de todos(as), inclusive, nas conferências internacionais. O relatório da ONU “Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas” (IPCC, sigla em inglês); recentemente lançado, apresenta as drásticas mudanças para nosso futuro e sua irreversibilidade.

O ambiente entrou em pauta na contracultura, consolidando-se como identidade de luta. Assim, esse tema “ambiente” não é um mero qualificador neutro da educação, mas confere uma característica política e revolucionária a ela. Conforme consideram Carvalho, Grün, Passos e Sato, uma educação ambiental em que o sujeito ecológico tem a identidade ambiental para além de um mero adjetivo. Uma EA que reafirma o que registramos sobre o trabalho e as ações do início do movimento ecológico em MT, onde as(os) pioneiras(os) realizavam mutirões no Complexo da Chapada, retiravam toneladas de lixo nos finais de semana. Enchiam quatro a cinco caminhões, e devolviam este lixo com árvores queimadas à Praça da República em Cuiabá. Faziam um ritual, chamavam a imprensa com larga repercussão na mídia, inclusive nacional, como um processo pedagógico educativo. Essa educação estava no movimento, um processo de educação ambiental que perpassa outros espaços e dimensões. Essas atividades continuaram durante vários anos. Uma educação ambiental, que, segundo Sato & Carvalho (2005, p.12), tinha a “coragem de lançar-se na aventura da busca da ruptura contra a fragmentação moderna do saber científico”.

No início do movimento, década de 80, o termo educação ambiental não era entendido e tratado como tal, mas as discussões e ações eram direcionadas a este tema. No decorrer do tempo, este vocábulo começa aparecer com mais frequência e se transformar numa discussão e preocupação global. Segundo Fonteles [entrevistado 01], “*não há nada que possa afastar o movimento ecológico da educação ambiental por que são uma só entidade*” [depoimento pessoal]. As pessoas entendiam que uma das soluções eram trabalhos onde a educação estava

imbricada. Em 87, houve um curso de educação ambiental na Universidade de São Paulo (USP) e ecologistas mato-grossenses participaram. Quando retornaram, repassaram o conteúdo através de outro curso, como forma de multiplicar ou replicar aos interessados. Era o tempo de construção deste processo. A maneira que dialogavam e faziam as manifestações e ações, era através da educação não-escolarizada. Estas vertentes, ambiental e educativa se mantêm até hoje.

É diante deste contexto que consideramos a importância e a interação da educação ambiental não-escolarizada, identificamos sua fluidez em várias instancias inclusive a associação aos meios de comunicação, como era fortemente marcada no movimento ecológico da década de 80 em Mato Grosso; através das informações veiculadas e inseridas em uma contextualização, desenvolveram um processo educativo, crítico e participativo. Também um destaque à educação escolarizada, como podemos observar no capítulo anterior, na avaliação realizada pelo GT Educação do projeto MTSD, com uma grandiosa amostragem das escolas, com destaque as escolas indígenas, com uma interação e participação interessante. Outro marco da EA escolarizada é destacado por Castro [entrevistado 04] referente aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, onde todos os temas estão presentes em todas as áreas:

Faz as pessoas pensarem na transversalidade de certos assuntos, saúde, ética, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural. [...] Começou um despertar para dentro das escolas. Isso mostra a necessidade dos professores contextualizarem os conteúdos [depoimento pessoal].

Assim visualiza-se a educação ambiental presente em todos os momentos deste processo, seja ela escolarizada ou não. E dessa forma reconhece-se, conforme afirma Grün [op. cit.], que não é possível ter uma educação não-ambiental se nascemos, vivemos, nos perpetuamos e morremos em um ambiente? Ela permeia os períodos de nossa criação e existência, as nossas atividades, formação, articulações e mobilizações contra a depredação do meio ambiente. Na defesa de direitos humanos, qualidade de vida para todas e todos, justiça socioambiental e construção de sociedades sustentáveis, como afirma Puhl [entrevistado 10]:

Precisamos de educação para a sustentabilidade. Educação para que as pessoas percebam que elas devem usar no seu

dia-a-dia as práticas e técnicas que causem o mínimo de impactos e, que não causem prejuízos à Mãe Natureza. Ao mesmo tempo, permitem que tenham satisfação das necessidades básicas, comer, vestir, beber e ter recursos para o lazer [depoimento pessoal].

Registros da pesquisa mostram que a maioria dos pioneiros ecologistas¹⁰⁹, da década de 80, trilha o caminho da educação ambiental como educadores, assessores, pesquisadores, articuladores, mobilizadores e alguns, com dedicação exclusiva na atuação política. Nossos(as) pioneiros(as) ecologistas se dedicavam à causa com paixão e ideologia. Não queremos dizer que as gerações posteriores não têm paixão, ideologia e dedicação. É apenas um diferencial; nem melhor nem pior, nem mais forte nem mais fraco - diferente. O processo de construção é de uma educação ambiental crítica, democrática, com maior participação e, que visualize a sustentabilidade societária. É necessário um trabalho permanente. Ikeda [entrevistado 09] considera que tudo é educação ambiental.

Temos que juntar. Sigo uma coisa básica que é (a pedagogia de) Paulo Freire: tudo o que você faz na vida, faz com aquele alicerce que começa pela pedagogia do amor. Com a vontade de transformar e acreditar que dá para atuar desta forma, para mudar e transformar o mundo [depoimento pessoal].

Outra constatação, em nível estadual de Mato Grosso, vem de Castro [entrevistado 04], ele considera que “*pode haver várias educações ambientais, mas elas não podem ser excludentes, elas devem ser complementares porque cada um tem um olhar, e é necessário espaços para os diferentes olhares*” [depoimento pessoal]. Vivemos num contexto histórico diferente, com ações diferentes. Hoje, temos outra situação, talvez um movimento que reage de forma diferente, com menos *denúncia*, onde é necessário mais fundamentação. Não basta ser contra, é preciso denunciar e anunciar. Além de ser contra, de questionar, é preciso mostrar dados que comprovam as alternativas ou contrapõem o que se apresenta.

¹⁰⁹ Reportamos-nos e damos ênfase aos protagonistas que cederam entrevista.

Avaliamos que é preciso investir na educação ambiental, nas instâncias organizadas e direcionar o foco para as comunidades locais. Reconhece-se o enfraquecimento no sentido da imediata reação e denúncia, mas em contrapartida, há um fortalecimento com relação às proposições. Hoje, os debates são embasados em dados de pesquisas bastante avançadas e à prática destas pesquisas, mas ainda temos fragilidade e pouca atuação junto às comunidades. Lima [entrevistado 06] afirma: *“hoje já não é mais esta coisa urbana, se sair daqui e ir lá fazer alguma ação, tem que se estar lá junto nas comunidades”* [informação verbal].

Acreditamos que, dessa forma, conseguiremos construir uma sociedade que tenha como premissa a sustentabilidade em todos os sentidos. Seja na qualidade de vida, com meio ambiente equilibrado, com inclusão social, melhor distribuição de renda, com justiça, enfim, um país com saúde e alegria de viver. A educação ambiental vai muito além, ela é um processo integrador, dinâmico, que se cria e se recria. Está em constante interação com os movimentos e com as pessoas.

Não apostamos numa educação ambiental ingênua e harmônica, mas numa educação que se construa e se reconstrua, com especificidades de cada época, cada situação. Enfatizamos a necessidade do diálogo intercultural como uma linha de educação ambiental viável e inclusiva. Para Ikeda [entrevistado 09] *“todo dia, a gente tem que tomar cuidado pra não ser o dono da verdade e do espaço para nosso crescimento”* [depoimento pessoal].

6.2. Horizontes

No final de nosso trabalho, consideramos fundamental reconhecer as conquistas do movimento ecológico de MT, frutos de sonhos concretizados. Provavelmente, não daremos crédito a todas as conquistas efetivamente realizadas, mas faremos um esforço para fazer *“jus”* à história.

► Impedimento da construção da mini-usina na cachoeira das Andorinhas, a qual foi a gota d'água que desencadeou o movimento ecológico.

► A criação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Grande conquista que perduraram anos e anos, e para muitos, o maior marco do movimento ecológico no estado, como afirma Lima [entrevistado 06]:

A Chapada foi um parto, uma conquista. [...] até então grandes projetos eram do governo militar, mas este Parque, não, esse foi reivindicação mesmo, uma reivindicação que partiu do movimento. Então, foi uma coisa muito legal e foi muito forte esse movimento [depoimento pessoal].

► Criação a partir de Mato Grosso, do Movimento Artistas pela Natureza¹¹⁰ (anexo X - Carta do Coração da América¹¹¹), com o “Projeto de Educação Ambiental e Consciência Ecológica através da Arte”; lançado em 1987, na Bienal Internacional de São Paulo. Fonteles [entrevistado 01], que atua até hoje neste movimento, considera:

Cria-se junto com os indígenas do estado, artistas e ecologistas de todo o centro-oeste, a União dos Seres do Cerrado. Relançada em Brasília, em 1991, cria um movimento nacional em defesa do cerrado que transforma, mais tarde, o Distrito Federal em Reserva de Biosfera, outorgada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) [depoimento pessoal].

► Adensamento dos movimentos. Após a coalizão dos movimentos, em 92, com a criação do FORMAD, essa soma de forças possibilitou inúmeras propostas e construção de políticas públicas. Para Loureiro [entrevistado 02], as instituições que cuidam deste tema, que tem a proposta de envolver a discussão ecológica, ou discussão do meio ambiente, da natureza, estarão sempre presentes:

Não consigo visualizar um futuro sem a presença destas instituições e destas pessoas. Porque dentro da organização da sociedade, a gente lida com muitas instituições, com muitos interesses. Interesses diversos e dentro desse universo todo, temos as instituições que defendem qualidade de vida,

¹¹⁰ Medeiros, Amaral e Dias-Pino, Projeto: Chapada – coletânea de caderno. 1992.

¹¹¹ A intensão é apresentar o que existia de registro na época (ilustrativo).

defendem a natureza, defendem uma vida melhor. Isso tudo permeia pelo campo político [depoimento pessoal].

► Conquistas fundamentais advindas da militância e das ações feitas em Mato Grosso que, de uma forma ou de outra, projetaram muitos protagonistas em âmbito nacional, tornando a educação ambiental prioridade na pauta de secretarias municipal e estadual de meio ambiente, dotando ministérios da educação e do meio ambiente com secretarias e coordenações dedicadas a essa área de conhecimento. Além da eficiência e importância da REBEA, do FORMAD, da REMTEA, que são frutos desse movimento.

► Reconhecemos várias outras vitórias conquistadas por inúmeras instituições espalhadas pelo estado com atuação direta junto às comunidades, participação efetiva em Conselhos, em Comitês e outros. Para fechar este tópico referente às conquistas, finalizamos com Fonteles [entrevistado 01]:

Começamos tudo, em Mato Grosso, pela educação ambiental e continuamos acreditando que sem ela nada é possível, eficiente e admirável. Só a ignorância pode querer fragmentar e separar uma coisa que não vive sem a outra [depoimento pessoal].

A história, apesar de poucos registros, nos apresenta através de alguns ensaios, a participação efetiva de pioneiros ecologistas e militantes mato-grossenses no acompanhamento e discussão do Programa Pantanal até chegar ao Projeto MTSD, ao ProFEAP e ao Coletivos Educadores. Na diversidade, é possível viver o individual e o coletivo, cabe conjugar sonhos e ações plurais. É preciso fortalecer nossas redes e fóruns.

Registros da nossa pesquisa consideram que a Eco-92 conseguiu articular o educador em âmbito nacional. Aconteceram várias ações em que os educadores se colocaram como sujeitos ecológicos, portanto, sujeitos políticos, e foi nas redes e pelas redes que os educadores se colocaram politicamente. É interessante reafirmar e retomar discussões pertinentes como o Tratado de Educação Ambiental elaborado na Eco-92; destacar que os dezesseis princípios, após quatorze anos, continuam vigentes, necessitam apenas de algumas pequenas considerações e atualizações de conceitos. A educação ambiental é um processo de aprendizagem dinâmico e de

construção permanente. Tem como base o pensamento crítico e inovador para construção de uma sociedade sustentável e equitativa, baseada no respeito a todas as formas de vida, onde o diálogo intercultural é fundamental como eixo de trabalho.

Fortalecer e pensar a educação ambiental com ações que envolvam comunidades locais, com força transformadora no micro espaço, provocando mudanças, onde as pessoas façam parte. O empoderamento e a aproximação do movimento social com o ambiental no estado de MT têm evidenciado e contribuído para o fortalecimento dessas instâncias coletivas organizadas na construção de um processo de sensibilização, formação, transformação e recriação, dinâmico e eficaz rumo à sustentabilidade planetária.

6.3. Esperança e Qualidade de Vida

A educação ambiental inscreve-se nos movimentos A luta por dignidade, justiça ambiental, equidade, qualidade de vida faz parte da educação ambiental que acreditamos. Juntar as pontas – teoria e prática, onde devemos considerar as diferenças e importância das duas ações. Educadores e pesquisadores que envolvem a educação ambiental devem assumir o desafio de trabalharem com maior interlocução. Ter presente a importância da história dos movimentos socioambientais e a interface com a educação ambiental, como o movimento ecológico no estado. A junção de esforços e conhecimentos, em prol de uma luta maior, a construção de uma sociedade sustentável. Puhl [entrevistado 10] considera: *“não tenho dúvida nenhuma que o processo educativo é fundamental. Levar informação, fazer gerar conhecimento junto com o povo”* [depoimento pessoal].

Consideramos como melhor definição para o entendimento e conceito da educação ambiental, um dos princípios do Tratado de Educação: a “educação ambiental não é neutra, é um ato político, baseado em valores para a transformação social”. É imprescindível a continuação destas iniciativas e destes movimentos, como confirma Fonteles [entrevistado 01] *“nossa presença semeou uma arte que não se separava da vida, e, portanto, da consciência ecológica, científica e espiritual [...] fizemos por puro compromisso com a causa da vida”* [depoimento pessoal]. Pela

causa da vida e com o compromisso de que as próximas gerações possam usufruir as belezas naturais, justiça social e ambiental e, equidade ecológica. A educação ambiental deve ser pautada no diálogo intercultural, uma educação que dialogue com toda a comunidade de referência, onde se incluam os saberes e sabores da comunidade àqueles que ensinam.

Esta pesquisa, entremeada de contribuições dos sujeitos protagonistas e de diversos autores, contaminada pela militância com desejo e esperança de mudanças, tanto da pesquisadora quanto da orientadora, fundamenta que a educação ambiental deve contemplar as diversas instâncias, somar, ser participativa, democrática, crítica, emancipatória, política e ativa. Ainda que se viva a era da incerteza, a presente pesquisa moveu a flecha do tempo, revivendo o passado dos primeiros protagonistas ecologistas de MT. Entre avanços e receios, acumulamos erros, fracassos e tivemos dissabores. São, entretanto, dinâmicas de lutas que não podem ser desprezadas, pois fazem história e são partes intrínsecas importantes às conquistas, ao adensamento e ao fortalecimento da preocupação com a questão ambiental.

O movimento é um processo moroso. No entanto, todos os entrevistados atuantes, da década de 80, ainda permanecem com seus sonhos e atuam, direta ou indiretamente, na educação ambiental. São esperanças que não se exaurem e jamais se destroem, pois ressignificam novas vidas, novos protagonistas. A dinâmica do fiar e desfilar é um ato contínuo que demarca ponteiros de um relógio biológico, em consonância com a sociedade humana. O movimento ecologista, enfim, está longe de ser finalizado. Houve recuos e avanços que anunciam por uma nova aurora, onde mulheres, homens e crianças possam cuidar de si, dos outros e do mundo.

O trabalho reveste-se, desta maneira, do diálogo entre academia e sociedade civil, na mediação pedagógica intrínseca da educação ambiental que acreditamos. Por meio dos olhares dos pioneiros ecologistas do estado, buscamos compreender os elementos de luta que promovem e fortalecem a educação ambiental. As narrativas históricas, documentações e outros dados nos permitem tecer considerações de mudanças no movimento ecologista, que sai de sua ingenuidade ecológica e assume uma incorporação social mais densa em sua luta.

Sem se despedir, entretanto, do diálogo entre sociedade e natureza, a pesquisa desvela que a luta ecologista está ainda longe de ser finalizada, mas possui marcos significativos de grande consistência à construção de políticas públicas no estado de Mato Grosso.

Finalizamos este trabalho com as sábias considerações de Freire (1997, pág.10 e 11) sobre a Pedagogia da Esperança, como empoderamento para nossa caminhada e ciranda dos saberes e sabores:

Minha esperança é necessária mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída. [...] Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã.

BIBLIOGRAFIA

CERRADO / RAÍZES

- imiscuída na maciez
de
entretons
serrana madrugada
se prepara de precariedade
recém-saida de seu alto irrelevante

- esses longos lugares
nesses últimos distantes
onde o cerrado se encarrapicha
o homem
sanguessuando
sanguessuga o sumo da terra

Foto: J.Fank

Poesia: Silva Freire

ABONG & AFINCO. **Manual de administração jurídica, contábil e financeira para organizações não-governamentais**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene e PÁDUA, José Augusto (org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

ACSELRAD, Henri e LEROY, Jean-Pierre. **Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: Fase, 2003. (Série cadernos de debate, nº.01).

ANTUNES, Ricardo e SOTELO, Adrián. IV Questão do Trabalho: A crise da sociedade do Trabalho: entre a perenidade e a superfluidade. In: Eustáquio, Romão e José Eduardo de Oliveira Santos (coord). **Questões do Século XXI**. Ed. Especial. Tomo II. São Paulo: Cortez. 2003. Pág. 101 a 119. (Coleção Questões da nossa Época; V. 100).

ARNAUD, Vincent. O Movimento Ambientalista e a Educação. In: TORRES, Artemis (org.). **Mato Grosso em Movimentos: ensaios de educação popular**. Cuiabá: EdUFMT, 1994. Pág.273 a 00 285

ARRUDA, Moacir Bueno. Corredores Ecológicos no Brasil: gestão integrada de ecossistemas. In: **Corredores ecológicos: uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil**. ARRUDA, Moacir B. & SÁ, Luís F.S. Nogueira de, (org.). Brasília: IBAMA. 2004. Pág. 11 a 46.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: Especificidades e Abordagens**. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Ed. Editora Vozes, 2004.

BERNA, Vilmar. Jornalismo ambiental. In: SANTOS, José Eduardo; SATO, Michèle. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. 2ª Edição. São Carlos: RiMA, 2003. Pág. 159 a 171.

BOFF, Leonardo, BETO, Frei e BOGO, Ademar. **Valores de uma prática militante**. Caderno nº 09 (publicação da consulta popular). 4ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular. Outubro de 2005.

BOGDAN, Roberto C. e BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução: Maria J. Alvarez, Sara B. Santos e Telmo M.Baptista. Porto/Portugal: Porto Editora Ltda. 1997. (Coleção Ciências da Educação).

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros: Biodiversidade 5**. Brasília: MMA/SBF, 2002.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene e PÁDUA, José Augusto (org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004. Pág.41 a 68.

CARDOSO, José Soares. **Mato Grosso em foco**. Cuiabá: Edição Guiapress, 1989.

CARIDE, José Antonio e MEIRA, Pablo Ángel. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano**. Horizontes Pedagógicos. 2001.

CARVALHO, Isabel C.M. Invenção e Auto-Invenção na Construção Psicossocial da Identidade: A Experiência Constitutiva do Educador Ambiental. In: GUIMARÃES, Mauro (org.). **Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação**. Campinas, SP: Papyrus, 2006. Pág. 31 a 50. (Coleção Papyrus Educação)

_____ A Invenção do Sujeito Ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, Michèle e CARVALHO, I.C.M (org.). **Educação Ambiental: Pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. Pág. 51 a 63.

_____ **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004[a].

_____ Biografia e formação na educação ambiental: um ambiente de sentidos para viver. In: Rede Brasileira de Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental. Nº 00** (nov.2004). Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004[b]. Pág. 21 a 27.

_____ **A invenção ecológica: Narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce. Mensagem. Mensagem: Uma ciência prática do singular. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 5ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. Pág.335 a 342.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Arte de fazer**. Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHAUI, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em Extinção? In: NOVAES, Adauto (org.). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Pág. 19 a 43.

COSTA e SILVA, Paulo Pitaluga. A origem do nome Mato Grosso. In: FERREIRA, João Carlos Vicente e MOURA e SILVA, Padre José de. **Cidades de Mato Grosso: origem e significado de Seus Nomes**. Cuiabá: Editora Buriti, 1998. Pág. 09 a 16.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Papirus Educação).

DÉGUY, Michel. O poder das Palavras. In: NOVAES, Adauto (org.). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Pág. 209 a 225.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUALIBI, Mirian [et al.]. **Cadernos de Educação Ambiental**. Coordenação de Irineu Tamaio, revisão de Ricardo Lopes e Jorge Fecuri. São Paulo: Instituto Ecoar para a Cidadania; Brasília: WWF, 2002.

FANK, Jonia e MORAIS, Silas. Terras Indígenas e o Mato Grosso Sustentável e Democrático. In: ALVES, André, FANK, Jonia e PUHL, João Ivo. **Mato Grosso Sustentável e Democrático**. Cuiabá: Defanti, 2006. Pág. 24 a 36. (Caderno MTSD 01 – Diagnóstico).

FANK, Jonia e PORTA, Edinéia. A Vida Social e Econômica dos Sorowaha. **Mimeo**. Cuiabá: OPAN e CIMI, 1996.

FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio e SORRENTINO, Marcos. Coletivos Educadores. In: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. Pág. 59 a 69.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 3ª edição. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Ivaldo José. **Direitos humanos e educação popular**. 1999. 182 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

FERREIRA, João Carlos Vicente e MOURA e SILVA, Padre José de. **Cidades de Mato Grosso: origem e significado de Seus Nomes**. Cuiabá: Editora Buriti, 1998.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e Seus Municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (coordenadoras). **Usos e abusos da história oral**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FÓRUM Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento - FORMAD. **Campanha de Valorização de Áreas Protegidas**. Cuiabá: Defanti, 2006. Cartilha.

FÓRUM Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento – FORMAD. Seminário: Indicadores de Sustentabilidade e Democracia para o Projeto Mato Grosso Sustentável e Democrático. **Relatório (Mimeo)**. Cuiabá: 2005.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. Organização, Tradução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 12ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

_____ **História da sexualidade**. Vol.I. A Vontade de saber. 7ª edição. Rio: Graal, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Notas de Ana Maria Araújo Freire. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____ **Pedagogia do oprimido**, 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva** São Paulo: Contexto, 1998.

GARNICA, A.V.M. **Algumas notas sobre Pesquisa Qualitativa e Fenomenologia**. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v.1. 1997.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola. 1997.

_____. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola. 1995.

GOMES COSTA, Maria de Fátima (org.). **Percorrendo Manuscritos entre Langsdorff e D'Alincourt**. Cuiabá: EdUFMT, 1993.

GRÜN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental: A conexão necessária**. Campinas: Papyrus. 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

GUIMARÃES, Mauro. **A Formação de Educadores Ambientais**. Campinas, SP: Papyrus, 2004. (Coleção Papyrus Educação).

GUIMARÃES, Mauro. Abordagem Relacional como Forma de Ação. In: GUIMARÃES, Mauro (org.). **Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação**. Campinas, SP: Papyrus, 2006. Pág. 09 a 16. (Coleção Papyrus Educação)

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental: O desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. In: **Educação e Pesquisa**, maio-agosto ano/vol. 31, nº 002. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 233 a 250.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.) **Publicado em Patrimônio Ambiental**. EDUSP – 2003.

LAYRARGUES, Philippe P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: MMA, 2004.

LE GOFF, Jacques (direção). **A História Nova**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et.al.]. 4ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEROY, Jean Pierre [et al.]. **Tudo ao Mesmo Tempo agora: Desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: O que isso tem a ver com você?** 3ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2004.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidade, desafios.** 2005. 207 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política.** Rio de Janeiro: Quartet, 2ª edição. 2006(a).

_____ Educação Ambiental e “Teorias Críticas”. In: GUIMARÃES, Mauro (org.). **Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação.** Campinas, SP: Papirus, 2006(b). Pág. 51 a 86. (Coleção Papirus Educação)

_____ Educar, participar e transformar em educação ambiental. In: REDE Brasileira de Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental. Nº 00** (nov.2004). Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004. Pág. 13 a 20.

_____ Educação Ambiental e Movimentos Sociais na Construção da Cidadania Ecológica e Planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B., LAYRARGUES, Philippe P. e CASTRO, Ronaldo S. (orgs.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2002. Pág.69 a 98.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (coordenadoras). **Usos e abusos da história oral.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Pág.15 a 25.

MARCONDES, Sandra Amaral. **Brasil, amor a primeira vista.** São Paulo: Peirópolis, 2005.

MAROTTI, Paulo Sérgio & SANTOS, José Eduardo dos. Narrativas Oraís como Subsídio para um Programa de Educação Ambiental Direcionado a uma Unidade de Conservação. In: SANTOS, José Eduardo; SATO, Michèle. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora.** 2ª Edição São Carlos: RiMA, 2003. Pág. 197 a 224.

MARTINS, José se Souza. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. São Paulo: **Revista USP** - nº 64. Dezembro 2004 – Fevereiro 2005. São Paulo: EDUSP, 2005. Pág. 29 a 49.

MEDEIROS, Heitor Q.; AMARAL, Viviane.L e DIAS-PINO, Wladimir. **Projeto Chapada**. Mato Grosso. Execução: Kayapó Comunicação, Impressão: Gráfica UFMT. 1992. (Coletânea de Cadernos).

MEDEIROS, Heitor Queiroz de. Um breve olhar sobre o movimento ecológico em Mato Grosso. IV Encontro de Educador@s Ambientais de Mato Grosso – Sociedades Sustentáveis ou Desenvolvimento Sustentável: opções e identidades da Educação Ambiental. Cuiabá: **Anais**, 2005. Rede Mato-grossense de Educação Ambiental, 2005. Pág. 43 a 46 [Testemunho].

MEDEIROS, Heitor Queiroz de & SATO, Michèle. Temperos de Chico Mendes no cardápio da Educação Ambiental Antropofágica. In: **Revista de Educação Pública** – v.15, nº 27 (jan-jun.2006). Cuiabá: EdUFMT, 2006. Pág. 61 a 79.

MEDEIROS, Heitor Queiroz de. **Educação Ambiental na Temporalidade do Acre: Um olhar sobre a heterotopia de Chico Mendes**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar / SP.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história Oral**. 4ª edição. Editora Loyola. São Paulo 2002. 246p.

MEIRA, Pablo e SATO, Michèle. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. In: **Revista de Educação Pública** – v.14, nº 25 (jan-jun.2005). Cuiabá: EdUFMT, 2005. Pág.17 a 31.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F.da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica da Edgard de Assis Carvalho. 8ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF:UNESCO, 2003.

NOVAES, Adauto. Intelectuais em tempos de incerteza. In: NOVAES, Adauto (org.). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006. Pág. 07 a 18.

ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan S.A. 1988.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de, e OLIVEIRA, Miguel Darcy de (IDAC). Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. Pág. 17 a 33.

OSAKABE, Haqira. Ave palavra. In: NOVAES, Adauto (org.). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006. Pág. 227 a 245.

PÁDUA, José Augusto. O nascimento da política verde no Brasil: fatores endógenos e exógenos. In: LEIS, H. (org.) **Ecologia e Política Mundial**. Rio de Janeiro: Vozes/ Fase/ PUCRJ, 1991. Pág.135 a 162.

_____ **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravagista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PASSOS, Luiz Augusto; SATO, Michèle. Estética da Carta da Terra: pelo prazer de (na tensividade) com-viver com a diversidade. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (Org.) **Educação ambiental - abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002. Pág. 15 a 36.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O Que é Contracultura**. Coleção Primeiros Passos (100). São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PIGNATTI, Marta Gislene. **As ONGs e a política ambiental nos anos 90: um olhar sobre Mato Grosso**. São Paulo: Annablume; Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto da Saúde Coletiva, 2005.

PRIGOGINE, I. **O fim das certezas: Tempo, caos e as leis da natureza**. São Paulo: Ed. Da UNESP. 1996.

PUHL, José Vicente. De uma Agricultura Sustentada à Sustentável. In: Alves, André, FANK, Jônia e PUHL, João Ivo. **Mato Grosso: Sustentável e Democrático**. Cuiabá: Defanti, 2006. Pág.71 a 83. (Caderno MTSD 01 – Diagnóstico).

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia / utopia do desenvolvimento**. Brasília: Série Antropológica. Departamento de Antropologia/UNB. 1992.

RIBEIRO, Renato Janine. O cientista e o intelectual. In: NOVAES, Adauto (org.). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006. Pág. 137 a 149.

RICKLEFS, Robert E. **A Economia da natureza**. Tradução Cecília Bueno e Pedro P. de Lima e Silva. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1996.

RUSCHEINSKY, Aloísio. A pesquisa em história oral e a produção de conhecimento em educação ambiental. In: SATO, Michèle e CARVALHO, Isabel C.M. (org.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed. 2005. Pág.135 a 148.

SANTOS, José Eduardo; SATO, Michèle. **A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: RiMA, 2001, 2003. Pág.01 a 10.

SATO, Michèle. Sociedades Sustentáveis: opção e identidade de uma educadora ambiental. IV Encontro de Educador@s Ambientais de Mato Grosso – Sociedades Sustentáveis ou desenvolvimento sustentável: opções e identidades da educação Ambiental. Cuiabá: **Anais...**, 2005. Rede Mato-grossense de Educação Ambiental, 2005. Pág. 40 a 42 [conferência 3].

_____. **Educação Ambiental**. Editor: Santos, J.E. São Carlos, RiMa, 2004.

_____ Para quem servirá Jo'Burg 2002? In: V Conferência Latinoamericana Sobre Meio Ambiente. **Anais...** Belo Horizonte: Ecolatina, 2002 (4º fórum: ONGs ambientalistas). P.?

SATO, Michèle e CARVALHO, Isabel C.M. **Introdução. Itinerários da Educação Ambiental: um convite a percorrê-los**. Porto Alegre: Artmed. 2005. Pág. 11 a 15.

SATO, Michèle, GAUTHIER, Jacques Z e PARIGIPE, Lympo. Insurgências do grupo pesquisador na educação ambiental sociopoética. In: SATO, Michèle e CARVALHO, I.C.M (org.). **Educação Ambiental: Pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. Pág. 99 a 117.

SATO, Michèle e PASSOS, Luiz A. Pelo prazer fenomenológico de um não-texto. In GUIMARÃES, Mauro. (org.). **Caminhos da Educação Ambiental: da forma à ação**. Campinas, SP: Papirus, 2006. Pág. 17 a 30. (Coleção Papirus Educação)

_____ **Notas desafinadas do poder e do saber — qual a rima necessária à educação ambiental? Contrapontos**, Itajaí, v.1, n.3, 9-26, 2003 (ISSN 1519-8227).

_____ Versos e reversos da diversidade. In: Simpósio Sul Brasileiro de Educação Ambiental & II Simpósio Gaúcho de Educação Ambiental, **Anais...** (Conferência de abertura). Erechim: URI, 2002, Pág. 115 a 126.

SATO, Michèle e SANTOS, José Eduardo dos. Tendências nas Pesquisas em Educação Ambiental. In: NOAL, Fernando O. e BARCELOS, Valdo H.L. (orgs.). **Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. Pág. 253 a 283.

SATO, Michèle [et al.]. Sinfonias de Educação Ambiental Mato-grossense. In: Alves, André, FANK, Jônia e PUHL, João Ivo. **Mato Grosso Sustentável e Democrático**. Cuiabá: Defanti, 2006. Pág. 84 a 98. (Caderno MTSD 01 – Diagnóstico).

SAUVÉ, Lucie. Uma Cartografia das Correntes em Educação Ambiental. In: SATO, Michèle e CARVALHO, I.C.M (org.). **Educação Ambiental: Pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. Pág.17 a 44.

SCHLESINGER, Sergio. **O grão que cresceu demais: a soja e seus impactos sobre a sociedade e meio ambiente**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SILVA, Carolina Joana da. [et al.]. **O Pantanal Mato-grossense e as Várzeas Amazônicas: uma comparação da situação ecológica, utilização atual e problemas ambientais**. Brasília: MCT/CNPq, 1998.

TORRES, Artemis (org.). **Mato Grosso em Movimentos: ensaios de educação popular**. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

TOZZI, Jocelita Giordani. **O Movimento Ecológico como Espaço Educativo: estudo de organizações não governamentais em Alta Floresta**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Sociedade) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso. 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo J. Foucault e Educação: Outros Estudos Foucaultianos. In SILVA, Tomaz T. (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Pág. 225 a 246. (Ciências sociais da educação).

VIOLA, Eduardo J. e BOEIRA, Sérgio L. **A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (Particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80**. Textos Básicos: Universidade e Sociedade face à política ambiental brasileira, IV Seminário nacional sobre universidade e meio ambiente, Florianópolis, 1990. Pág. 41 a 77.

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos – In FERREIRA, Marieta de Moraes e, Janaína Amado (coordenadoras). **Usos e abusos da história oral**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. Pág.34 a 41.

WOLFF, Francis. Dilemas dos intelectuais. In: NOVAES, Adauto (org.). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras. 2006. Pág. 45 a 68.

WEBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Agripa Faria. Novos Elementos Teóricos para pensar as práticas ecológicas no Brasil. In: **Revista Xaman** 1/2004. Disponível: www.helsinki.fi/hum/ibero/xaman/articulos/2004_01/novos_elementos_teoricos.pdf. Acesso mar. 2007.

ÂNGELO, Claudio. Seres humanos esgotam capital natural da Terra. In: **Notícias JC e-mail** 2736, de 30 de março de 2005. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=26694>. Acesso em dez.2006.

Boletim de Desmatamento e Queimadas na Amazônia Legal. Outubro 2005. Disponível em: http://siglab.inpa.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4&Itemid=28. Acesso em dez.2006.

CECAV. Disponível site: <http://www.ibama.gov.br/cecav/>. Acesso 19 fev.2007.

Centro Geodésico. Disponível: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). www.wikipedia.org/wiki/NASA; revistatrip.uol.com.br e www.nasa.gov. Acesso em 12 fev.2007.

CNEA. Disponível <http://www.mma.gov.br/port/conama/cnea/cneaenti1.cfm>. Acesso em 27 out.06.

CONAMA. Disponível site: <http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>. Acesso em 27 out.06.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. Disponível: <http://www.conservation.org.br/quem/>, acesso em 20 out.2006.

DESMATAMENTO. Disponível: <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=175745>. Acesso em out.2006.

EIA/RIMA. Disponível: http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./estadual/index.html&conteudo=./estadual/pr_liambiental.html#eia. Acesso out.2006.

EMPODERAMENTO: http://www.gtz.de/de/publikationen/begriffswelt-gtz/pt/include.asp?lang=P&file=2_14.inc. Acesso em 17 mai.2007.

FEARNSIDE, Philip M. “A vazante na Amazônia e o aquecimento global”. Opinião. **Ciência Hoje**. Vol. 39, nº 231,76 a 78, 2006. Disponível: <http://cienciahoje.uol.com.br/60954>. Acesso em dez.2006.

FBOMS. Disponível: www.fboms.org.br. Acesso em 12 out.2006.

FORMAD. **Indicadores de sustentabilidade**. Disponível site: www.formad.org.br/index.php/conteudos/conteudo/3. Acesso em nov.2006.

GPEA. Disponível: <http://cgi.ufmt.br/gpea/index.htm>. Acesso em 02 fev.07.

GREENPEACE. Disponível: <http://www.greenpeace.org.br/quemsomos/quem.php>, acesso em 20 out.2006.

HOTSPOTS. Disponível em: www.conservation.org.br/como/index.php?id=8, acesso em 04 agos.2006.

IBDF & IBAMA. Disponível: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=../snuc/index.html&conteudo=../snuc/categorias1.html>. Acesso em out.2006.

IQUÊ. Disponível: http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=13088&tipo=8&cat_id=44&subcat_id=184. Acesso em 13 out.2006.

IMAZON & ICV. Boletim eletrônico “**Transparência Florestal: Estado de Mato Grosso**”. Número 03, Outubro de 2006. Disponível em: www.icv.org.br e www.imazon.org.br/especiais/especiais.asp?id=418. Acesso em 25 out. 2006.

LEROY, Jean Pierre. Ecologia, economia e ética: **Dossiê**. nº 82. Revista eletrônica de jornalismo científico. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=19&id=207>. Acesso em 10 nov.2006.

MALERTA, Julianna e PEREIRA, Isabel. **Aquecimento Global e Justiça ambiental**. Disponível em: www.justicaambiental.org.br/justicaambiental/pagina.php?id=1322. Acesso em 05 dez. 2006.

MMA. **Importância da conservação da biodiversidade**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/apbparq.html>. Acesso em 12 out.2006.

MARQUESINI, Marcelo; MUGGIATI, André e ADÁRIO, Paulo. **Faltou ação ao plano de Ação**: relatório sobre ações de governo par combater o desmatamento na Amazônia no período março de 2004 a maio de 2005. Greenpeace, julho de 2005. Disponível: www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/Fata_acao_web3.pdf. Acesso nov.2006.

ORSI, Carlos e BARBOSA, Alexandre: **Ano mais quente do mundo**. Disponível site <http://www.estadao.com.br/ciencia/noticias/2006/jul/26/305.htm>. Acesso em 22 maio 2007.

PARQUE NACIONAL DO JURUENA. Disponível: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>. Acesso em 13 out.2006.

PARQUE NACIONAL DO PANTANAL. Disponível: http://www.ibama.gov.br/parna_guimaraes/. Acesso em 13 out.2006.

PROFEAP. Disponível: <http://cgi.ufmt.br/gpea/cec-profeap.htm>. Acesso out.2006.

REMTEA. Disponível: <http://cgi.ufmt.br/remtea/historico.htm>. Acesso em Agost.2006.

SISNAMA. Disponível: <http://www.mma.gov.br/port/conama/estr1.cfm>. Acesso em 27 out.06.

SILVA, A. T. Artigo. Disponível site: http://cgi.ufmt.br/remtea/artigos_redes.htm. Acesso em 04 out.2006.

TAIAMÃ. Disponível: http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=13080&tipo=8&cat_id=44&subcat_id=184. Acesso em 13 out.2006.

TERCEIRO Setor. Disponível: http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&defl=pt&q=define:Terceiro+Setor&sa=X&oi=glossary_definition&ct=title. Acesso em jun.2007

TUNDISI, José G. Recursos Hídricos. TUNDISI, José G. Recursos Hídricos. **Multi Ciência**. Instituto Internacional de Ecologia. São Carlos-SP. O Futuro dos Recursos 1, outubro de 2003. Disponível em: www.multiciencia.unicamp.br/artigos_01/A3_Tundisi_port.PDF, acesso em 20 jan.2007.

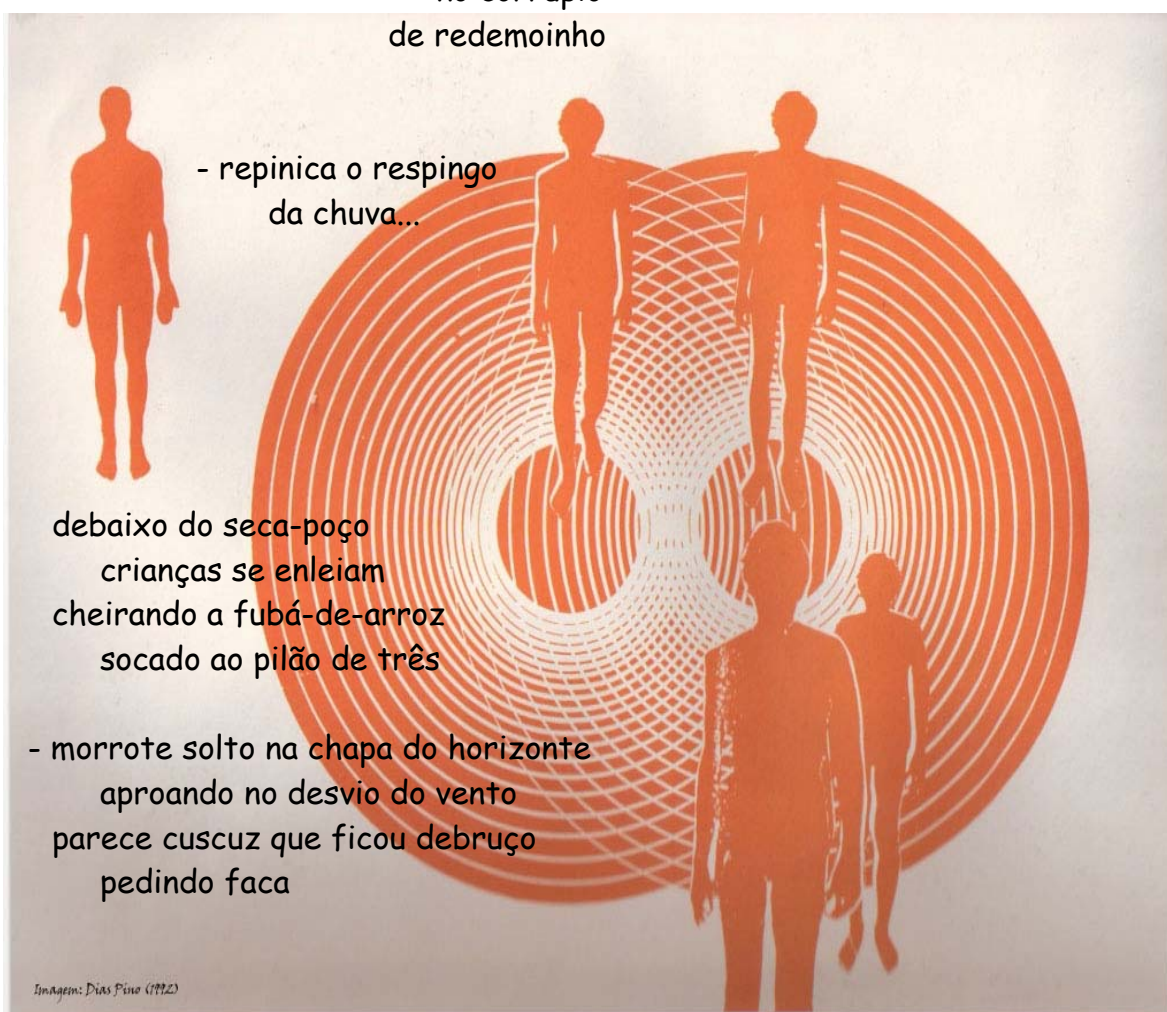
UNIDADE DE PROTEÇÃO INTEGRAL. Disponível: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/apbconc.html>; e <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./snuc/index.html&conteudo=./snuc/categorias1.html>. Acesso em out.2006.

WWF-Brasil. Disponível: http://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_brasil/dez_anos_wwf_brasil/index.cfm. Acesso em 20 out.2006.

ANEXOS

CERRADO / RAÍZES

- olha o vento da serra
 assoprador de chuva
 esse vento é de corre-cotia
 brincalhão de esconde-esconde
 no corrupio
 de redemoinho



Poesia: Silva Freire

Arte e imagem: Wladimir Dias Pino (1992)

Anexo I - Roteiro das entrevistas semi - estruturadas

Anexo II – Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Anexo III – Movimento de Defesa do Ambiente Natural de Chapada dos Guimarães

Anexo IV – Seminário sobre impacto da usina hidrelétrica de Manso

Anexo V – Conclusões e sugestões: Terminal Turístico da Salgadeira

Anexo VI – Manifesto Ecológico na Cachoeira das Andorinhas

Anexo VII – Manifesto “Porque um Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento”

Anexo VIII – Matriz analítica do Projeto MTSD

ANEXO I

Roteiro das entrevistas semi - estruturadas:

- a) Quando você se interessou pela questão ambiental? Como participou do movimento aqui no estado? Houve algum marco, ou foco principal, que o incentivou ao engajamento militante? Poderia narrar como foram as primeiras lutas, através de seu envolvimento pessoal, motivos e identidades?
- b) Quem eram as pessoas que iniciaram o movimento aqui, eram de outros estados? Pertenciam a uma classe social (baixa, média, alta)? O grupo era composto por homens e mulheres (mais ou menos o %)?
- c) No seu olhar, quando o movimento ecológico teve seu marco mais significativo no estado?
- d) Há quem considere diferenças entre movimento ambientalista e ecológico. Você percebe esta diferença?
- e) Como estes movimentos influenciam na EA ? Poderia opinar como surge a EA neste cenário? Comentar sobre sua visão acerca da EA?
- f) Como você avalia a atual situação do movimento mato-grossense? Perdemos forças, ou continuamos na luta fortalecidos? Algo mudou? O quê e como?
- g) Novos sujeitos apareceram no cenário ambiental de MT? Possuem contribuições significativas? Comente a respeito:
- h) Você conhece as propostas do FORMAD (Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento)? Poderia arriscar uma opinião sobre sua existência, apontando se houve contribuições ao movimento? Se houver falhas, poderia apontá-las?
- i) Um movimento nacional, chamado “Brasil Sustentável e Democrático (BSD)” foi deflagrado em todo território nacional, inclusive abrangendo países do cone sul. Suas premissas básicas defendem a democracia, inclusão social e justiça ambiental. Em Mato Grosso, nosso projeto intitula-se “Mato Grosso Sustentável e Democrático (MTSD)” – Você conhece? Em caso positivo, poderia expressar sua opinião sobre este projeto?
- j) O que aproxima e afasta o movimento ecológico da Educação Ambiental? Em outras palavras, há diferenças entre elas? Poderia narrar suas expressões acerca do distanciamento e da aproximação entre a EA e o movimento ecológico?
- k) O processo educativo é importante ao engajamento militante do ambientalismo? Como a educação pode contribuir?
- l) Qual sua opinião sobre a tendência do movimento ambientalista e da EA no estado e a nível nacional e internacional?

ANEXO II

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através do envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e eqüitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

I - Introdução

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade eqüitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário. Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria. Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as comunidade planejem e implementem[suas próprias alternativas às políticas vigentes. dentre estas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana. Consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanas e destes com outras formas de vida.

II - Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

1. A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores.
2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.
5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.
7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seus contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.
8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e eqüitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilingüe.
10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.
12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.
13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais.
14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.
15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.
16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

III - Plano de Ação

As organizações que assinam este tratado se propõem a implementar as seguintes diretrizes:

1. Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio 92 em documentos a

serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e suas organizações.

2. Trabalhar a dimensão da educação ambiental para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboraram os demais tratados aprovados durante a Rio 92.

3. Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - UNCED; utilizar as conclusões em ações educativas.

4. Trabalhar os princípios deste tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.

5. Incentivar a produção de conhecimento, políticos, metodologias e práticas de Educação Ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não formal, para todas as faixas etárias.

6. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.

7. Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições e história.

8. Fazer circular informações sobre o saber e a memória populares; e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais.

9. Promover a coresponsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida. 10. Estimular a apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores e de consumidores e redes de comercialização que sejam ecologicamente responsáveis.

11. Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.

12. Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir dos governos que destinem parte significativa de seu orçamento à educação e meio ambiente.

13. Promover relações de parceria e cooperação entre as Ongs e movimentos sociais e as agências da ONU (UNESCO, PNUMA, FAO entre outras), a nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecerem em conjunto as prioridades de ação para educação, meio ambiente e desenvolvimento.

14. Promover a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para a realização de ações conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global, população, produtos contaminados).

15. Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para a preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados pelas comunidades locais.

16. Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para a transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para com a transformação de nossas próprias práticas.

17. Buscar alternativas de produção autogestionária e apropriadas econômica e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.

18. Atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultural dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos.

19. Mobilizar instituições formais e não formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação, em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente.

20. Fortalecer as organizações e movimentos sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

21. Assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica.

22. Estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras.

IV - Sistema de Coordenação, Monitoramento e Avaliação

Todos os que assinam este Tratado concordam em:

1. Difundir e promover em todos os países o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e responsabilidade Global através de campanhas individuais e coletivas, promovidas por Ongs, movimentos sociais e outros.

2. Estimular e criar organizações, grupos de Ongs e Movimentos Sociais para implantar, implementar, acompanhar e avaliar os elementos deste Tratado.

3. Produzir materiais de divulgação deste tratado e de seus desdobramentos em ações educativas, sob a forma de textos, cartilhas, cursos, pesquisas, eventos culturais, programas na mídia, ferias de criatividade popular, correio eletrônico e outros.

4. Estabelecer um grupo de coordenação internacional para dar continuidade às propostas deste Tratado.

5. Estimular, criar e desenvolver redes de educadores ambientais.

6. Garantir a realização, nos próximos três anos, do 1º Encontro Planetário de educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.

7. Coordenar ações de apoio aos movimentos sociais em defesa da melhoria da qualidade de vida, exercendo assim uma efetiva solidariedade internacional.

8. Estimular articulações de ONGs e movimentos sociais para rever estratégias de seus programas relativos ao meio ambiente e educação.

V - Grupos a serem envolvidos

Este Tratado é dirigido para:

1. Organizações dos movimentos sociais-ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de bairro e outros.

2. Ongs comprometidas com os movimentos sociais de caráter popular.

3. Profissionais de educação interessados em implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino, como em outros espaços educacionais.

4. Responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova política de comunicação de massas.

5. Cientistas e instituições científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as organizações dos movimentos sociais.

6. Grupos religiosos interessados em atuar junto às organizações dos movimentos sociais.

7. Governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.

8. Empresários (as) comprometidos (as) em atuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida, condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

9. Comunidades alternativas que experimentam novos estilos de vida condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

VI - Recursos

Todas as organizações que assinam o presente Tratado se comprometem :

1. Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de programas educativos relacionados com a melhoria do ambiente e com a qualidade de vida.

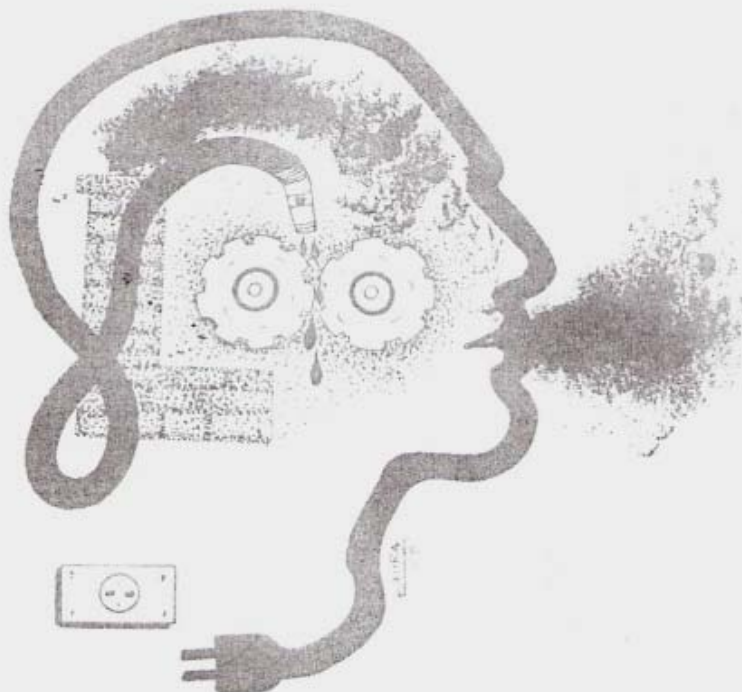
2. Reivindicar dos governos que destinem um percentual significativo do Produto Nacional Bruto para a implantação de programas de Educação Ambiental em todos os setores da administração pública, com a participação direta de Ongs e movimentos sociais.

3. Propor políticas econômicas que estimulem empresas a desenvolverem aplicarem tecnologias apropriadas e a criarem programas de educação ambiental parte de treinamentos de pessoal e para comunidade em geral.

4. Incentivar as agencias financiadoras a alocarem recursos significativos a projetos dedicados à educação ambiental: além de garantir sua presença em outros projetos a serem aprovados, sempre que possível.

5. Contribuir para a formação de um sistema bancário planetário das Ongs e movimentos sociais, cooperativo e descentralizado que se proponha a destinar uma parte de seus recursos para programas de educação e seja ao mesmo tempo um exercício educativo de utilização de recursos financeiros.

ANEXO III



Diante da intensidade e rapidez do processo de ocupação econômica e consequente destruição ambiental a que Chapada dos Guimarães está sujeita, o Movimento de Defesa do Ambiente Natural da Chapada dos Guimarães, tendo em vista a riqueza natural, científica, arqueológica e social que a região representa, propõe e reivindica que seja nela criada um parque nacional.

Um parque nacional é uma área destinada a preservação de ecossistemas considerados de especial valor científico e paisagístico e que serve como reserva genética para as futuras gerações, além de preencher uma função educativa, já que, aberto à visitação, permite o contato com a natureza, de uma forma não predatória e cultural.

Nosso objetivo é preservar locais como o Morro de São Jerônimo, Cambambi, Cidade de Pedra, Vale da Saladeira, Jamacá e Benção, Vau da Noiva, Cachoeira das Antórfilas, Mirante do Geodésico, Alma, Rio Claro, Maluca e Peixes, onde reside riquíssima variedade de fauna e flora, estudada por vários cientistas desde o século passado, como também, a beleza imponente dos paredões e os inúmeros e importantes sítios arqueológicos. Preservar de forma especial as cachoeiras, já que a Chapada se constitui em importante nascente de rios que desaguam na Bacia Amazônica e, principalmente, no Paraguai; pela atração e poluição destas fontes de água pura, afetando de forma imprevista os ecossistemas de toda a região, inclusive o Pantanal Mato-grossense.

O imediatismo de fazer econômica e política nos mostra que suas consequências em todo o planeta são as mais trágicas possíveis, e preciso estar muito atento para não sermos fósseis.

A Chapada, portanto, não deve ser usada como fonte de lucro, de especulação e atração turística desordenada da região. Ela não é um produto econômico e sim, um sítio natural a ser amado, estudado e preservado, pois a nossa vida urbana futur depende dela.

Como o Município de Cuiabá cresce desordenadamente e sua área compreende grande parte da superfície que defendemos como parque nacional, urge defendê-la como a única área verde possível para uma identidade ecológica, onde a população poderá encontrar lazer acessível na medida em que, preservar, conviva e se identifique com a natureza.

Acreditando então, que a única maneira de preservar esta riqueza biológica, social, científica e artística-natural que a Chapada representa, é defendermos a criação do parque nacional, então tomamos uma posição contrária à construção do Terminal Turístico da Saladeira, com as características acima e da forma como está sendo conduzida. Porque, se ela tem, por um lado, o objetivo de disciplinar o turismo em Chapada, por outro, as construções arquitetônicas e suas localizações afetam ecologicamente a cachoeira, seu curso de rio e arredores.

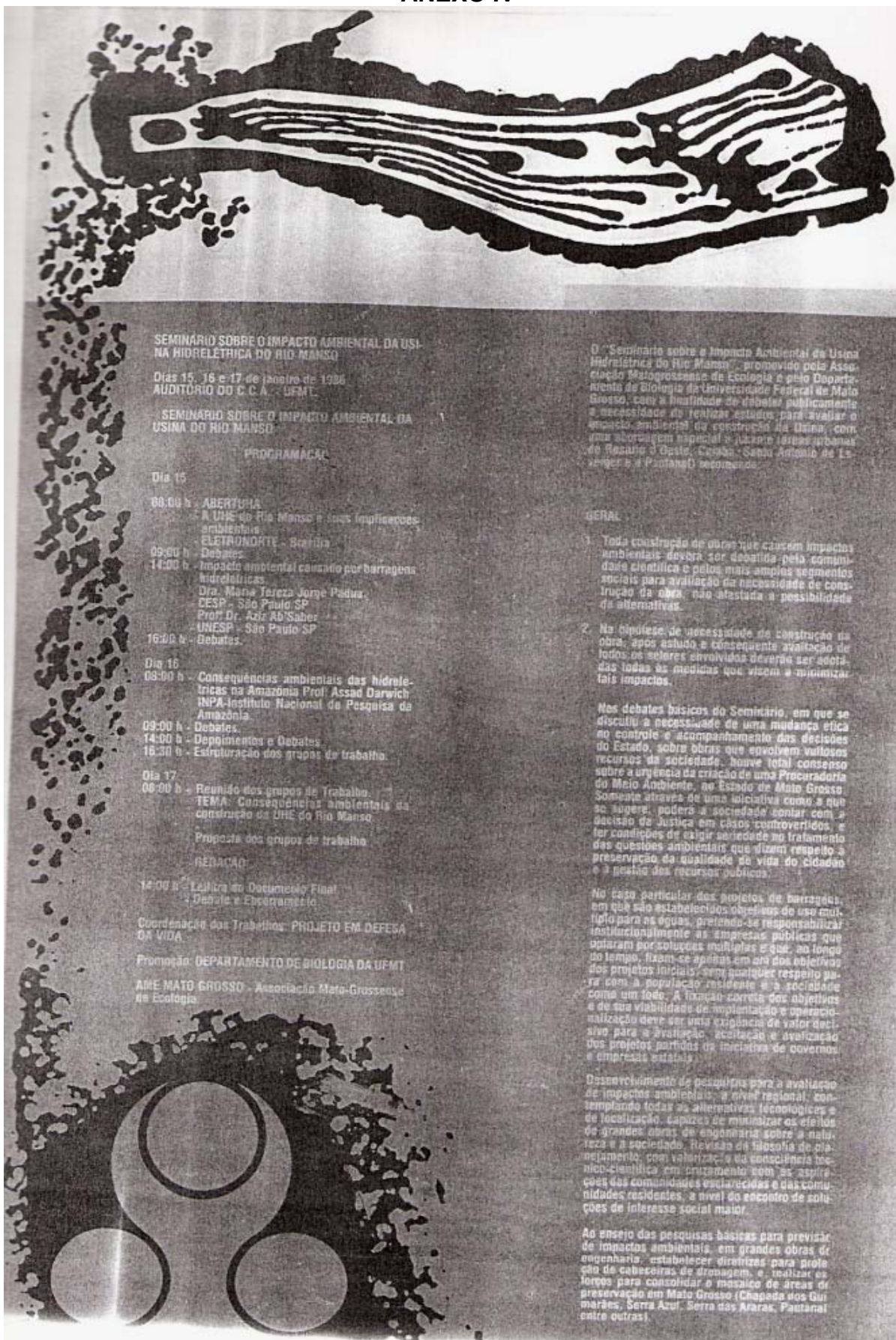
O que se precisa é manter estes lugares intactos, educando a comunidade que o visita para seu lazer, através de campanhas pela televisão, impressos, para que não continuem a poluir os locais com detritos urbanos jogados indiscriminadamente nas águas e matas.

Queremos a Chapada racionalmente, emocionalmente e criativamente ocupada - equilíbrio entre homem e natureza.

Aposar dos interesses políticos e econômicos, é bom lembrar e pedir ajuda, nunca esquecer, a terra também pertence aos que vivem nela por nascer e todo que nascer na terra, acontece também nos seus filhos.

Cuiabá, 20 de julho de 1984.

ANEXO IV



SEMINÁRIO SOBRE O IMPACTO AMBIENTAL DA USINA HIDRELÉTRICA DO RIO MANSO

Dias 15, 16 e 17 de Janeiro de 1986
AUDITÓRIO DO C. C. A. - UFMT.

SEMINÁRIO SOBRE O IMPACTO AMBIENTAL DA USINA DO RIO MANSO

PROGRAMAÇÃO

Dia 15

08:00 h - **ABERTURA**
A UHE do Rio Manso e seus impactos ambientais
ELETRONORTE - Brasília

09:00 h - Debates

14:00 h - Impacto ambiental causado por barragens hidroelétricas
Dra. Maria Tereza Jorge Padua
DESP - São Paulo SP
Prof. Dr. Aziz Ab'Saber
UNESP - São Paulo SP

16:00 h - Debates

Dia 16

03:00 h - Consequências ambientais das hidroelétricas na Amazônia Prof. Assad Darwich
INPA-Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

09:00 h - Debates

14:00 h - Depoimentos e Debates

16:30 h - Estruturação dos grupos de trabalho

Dia 17

06:00 h - Reunião dos grupos de trabalho
TEMA: Consequências ambientais da construção da UHE do Rio Manso

Proposta dos grupos de trabalho

REMAÇÃO

14:00 h - Leitura do Documento Final
Debate e Encerramento

Coordenação dos Trabalhos: PROJETO EM DEFESA DA VIDA

Promoção: DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA DA UFMT

AME MATO GROSSO - Associação Mato-Grossense de Ecologia

O "Seminário sobre o Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica do Rio Manso", promovido pela Associação Mato-grossense de Ecologia e pelo Departamento de Biologia da Universidade Federal de Mato Grosso, tem a finalidade de trazer publicamente a necessidade de realizar estudos para avaliar o impacto ambiental da construção da Usina, com uma abordagem especial a julgar as áreas urbanas de Roraima e Opole, Cuiabá, São Antônio de Lezíria e Pantanal secundo:

GERAL

1. Toda construção de obras que causem impactos ambientais deverá ser debatida pela comunidade científica e pelos mais amplos segmentos sociais para avaliação da necessidade de construção da obra, não afastada a possibilidade de alternativas.
2. Na hipótese de necessidade de construção da obra, após estudo e consequente avaliação de todos os setores envolvidos deverão ser adotadas todas as medidas que visem a minimizar tais impactos.

Nos debates básicos do Seminário, em que se discutiu a necessidade de uma mudança ética no controle e acompanhamento das decisões do Estado, sobre obras que envolvem vastos recursos da sociedade, houve total consenso sobre a urgência da criação de uma Procuradoria do Meio Ambiente, no Estado de Mato Grosso. Somente através de uma iniciativa como a que se sugere, poderá a sociedade contar com a decisão de Justiça em casos controversos, e ter condições de exigir seriedade no tratamento das questões ambientais que dizem respeito à preservação da qualidade de vida do cidadão e à proteção dos recursos públicos.

No caso particular dos projetos de barragens, em que não estabelecidos objetivos de uso múltiplo para as águas, pretende-se responsabilizar institucionalmente as empresas públicas que optaram por soluções múltiplas e que, ao longo do tempo, fixam-se apenas em um dos objetivos dos projetos iniciais, sem qualquer respeito para com a população residente e a sociedade como um todo. A fixação correta dos objetivos e de sua viabilidade de implantação e operacionalização deve ser uma exigência de valor decisivo para a avaliação, seleção e avaliação dos projetos partindo os iniciativas de governos e empresas estatais.

Desenvolvimento de pesquisas para a avaliação de impactos ambientais, a nível regional, contemplando todas as alternativas tecnológicas e de localização. Capacidade de minimizar os efeitos de grandes obras de engenharia sobre a natureza e a sociedade. Revisão da filosofia de planejamento, com valorização da consciência técnico-científica em confronto com as aspirações das comunidades estereotípicas e das comunidades residentes, a nível do encontro de soluções de interesse social maior.

As ensejo das pesquisas básicas para prevenir de impactos ambientais, em grandes obras de engenharia, estabelecer diretrizes para proteção de cabeceiras de drenagem, e realizar esforços para consolidar o mosaico de áreas de preservação em Mato Grosso (Chapada dos Guimarães, Serra Azul, Serra das Araras, Pantanal entre outras).



USINA HIDRELETRICA DO MANSO

NA HIPÓTESE DE CONSTRUÇÃO DA USINA

1. Desenvolvimento de pesquisas específicas para a avaliação dos impactos positivos ou negativos do projeto hidroelétrico do Manso, para o ambiente e a sociedade.

Na base da experiência das pesquisas sobre o Manso montar um centro de referência em Curitiba - para registrar metodologias, técnicas de pesquisa e informações básicas, no campo dos estudos de avaliação de impactos relacionados a grandes obras de engenharia (hidrelétricas, rodovias, distritos industriais, entre outros).

Coletar informes e experiências sobre o caráter interdisciplinar dos estudos sobre impactos, para propostas futuras de revisões curriculares substanciais na Universidade.

2. Elaboração de uma carta do meio ambiente contendo a área da barragem do Manso, o envolvente e área metropolitana de Curitiba e a bacia do rio Manso. Para tanto realizar uma avaliação prévia das metodologias disponíveis.

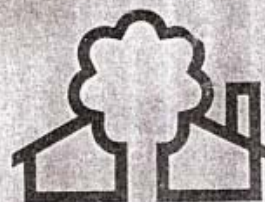
Coleta, integração e recuperação dos informes básicos utilizados para a elaboração da Carta do Meio Ambiente (e sua ecodinâmica) para servir de apoio ao Memorial Descritivo da Carta, documento terminal de importância fundamental para o perfil das condições ambientais da região.

3. Envolvimento multi-institucional para execução das pesquisas de avaliação de impactos ambientais.

1. Planejamento da organização do espaço da área situada entre Curitiba e a bacia do rio Manso, com vistas ao estabelecimento de um tempo de defesa ecológica e de diversificação de uso da terra subúrbana e rural, visando a ordenação prévia da região metropolitana externa de Curitiba (incluindo estatuto de zoneamento, desapropriações necessárias de interesse público, congelamento de espaços, proteção de cabeceiras).

2. Delimitação de um perímetro de terras no entorno de barragem, para fins de estabelecimento de "Planos de Preservação do Biotótopo", com vistas a aglutinar metodologias e diretrizes, e evitar a interferência de especulações agressivas sobre o espaço envolvente do futuro lago artificial. No caso particular do projeto da barragem do Manso estabelecer uma proposta de zoneamento de áreas de preservação, lazer e usos múltiplos. Realizar esforços paralelos para a elaboração de um órgão comunitário para controle e supervisão do sistema de gerenciamento do perímetro total da barragem e entorno, ressaltando os setores de operação de própria usina.

3. Adotar todas as medidas mitigadoras de impactos negativos estabelecidos no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).



ANEXO V

4

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Ao analisarmos mais detidamente o Projeto do Terminal Turístico de Salgadeira, vários problemas afloram, tanto a nível de ocupação de Chapada como um todo, quanto especificamente do Terminal Turístico em si.

De forma sintética, os principais problemas encontrados são os seguintes:

- a nível geral

- . devastação da Chapada, através de agricultura tóxica, desmatamentos de nascentes e margens de córregos, loteamentos sem preocupação ambiental, queimadas, a caça e o crescimento desordenado das Cidades de Cuiabá e Chapada;
- . grande fluxo de turismo, que tem se mostrado de predatório, provocando desmatamento de margens de córregos, inclusive nascentes, poluição através de lixo urbano e degradação dos locais;
- . falta de locais de lazer para a população da Grande Cuiabá, o que tem sobrecarregado a região de Chapada;
- . falta de esclarecimento à população dos cuidados necessários para a utilização da área.

- a nível de Terminal da Salgadeira

- . a delimitação do projeto não incorpora às áreas vizinhas;
- . dimensionamento dos equipamentos incompatível com a capacidade de suporte do local;
- . ocupação da borda da cachoeira, com infra-estrutura;
- . excesso de equipamentos urbanos;
- . falta de flexibilidade e integração do projeto de arquitetura com a paisagem;
- . projeto de paisagismo incompatível com o local.

Na tentativa de frear o processo de devastação de Chapada dos Guimarães e com base na análise dos principais problemas, são feitas várias sugestões, que podem ser divididas a nível geral e específico do Terminal Turístico de Salgadeira.

- a nível geral

- . criação e implantação imediata do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães;
- . implantação de uma política turismo-lazer que beneficie outros locais da Grande Cuiabá (Santo Antonio de Leverger, Rio Coxipô, Praia Grande, Bom Sucesso, Passagem da Conceição, etc);
- . criação de áreas de lazer em Cuiabá e Várzea Grande;
- . criação de um Parque da Cidade de Cuiabá;
- . recuperação dos rios Cuiabá e Coxipô;
- . início urgente de uma grande campanha de divulgação de Chapada e educação ambiental para a população, através dos meios de comunicação, cartilha explicativa, etc;
- . distribuição de sacos de lixos no posto da PM na saída para a Chapada e colocação de um container no mesmo local para recolher o lixo de volta.

- a nível do Terminal de Salgadeira

- . criação de uma área de conservação do Terminal Turístico de Salgadeira, compreendendo as nascentes e áreas que preserve a beleza e unidade paisagística da região. A criação desta área tem a finalidade de conservar a qualidade ambiental do local e definir áreas que não possam ser utilizadas;
- . solicitação ao IBDF e Coordenadoria do Meio Ambiente de assessoria permanente na ocupação de área do projeto de Salgadeira e nos próximos projetos;
- . colocação de placas educativas nos estacionamento, com programação visual confirmando as regras

contidas no regulamento que disciplina o uso do local;

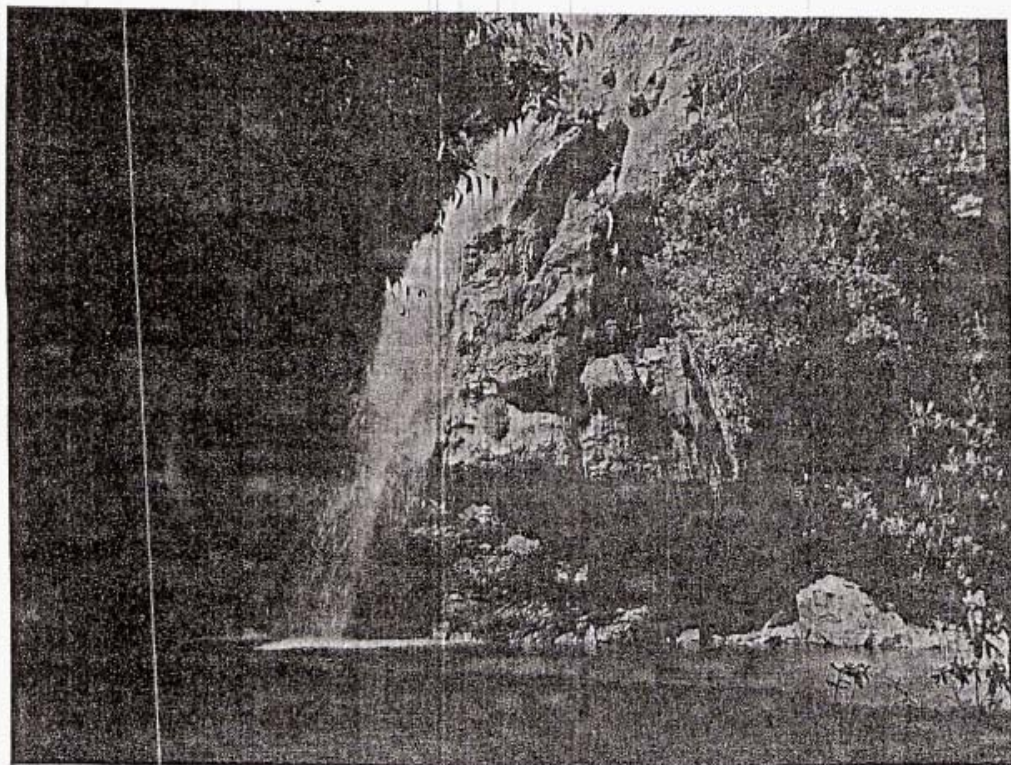
- . convocação dos escoteiros para que durante alguns fins-de-semana façam um trabalho de fiscalização e educação do usuário do terminal;
- . paralização da implantação, para reestudo do projeto de paisagismo, no sentido de adequá-lo às características naturais da área;
- . criação de um arboreto de espécie nativa para recomposição da vegetação do local;
- . implantação de uma política concreta de administração e preservação, no que se refere principalmente à coleta de lixo, esgotos e regras de utilização e fiscalização da área.

Concluindo, entendemos que dois pontos devem ser ressaltados. O primeiro é que ao considerarmos o Terminal Turístico de Salgadeira várias questões surgiram, sentindo as entidades envolvidas no processo de discussão, a necessidade de organizar um Seminário para discutir a ocupação turística da Chapada dos Guimarães, e também para ampliar e aprofundar as diversas questões levantadas por este documento.

Nesse contexto, é importante esclarecer que a utilização do Plano Diretor da C e S Planejamento Urbano Ltda como referência, não significa que seja considerado como a forma ideal de ocupação turística da Região. Acreditamos que a melhor forma de definir essa ocupação seja através de uma discussão e definições de propostas feitas pela própria comunidade mato-grossense. Daí a proposta do Seminário.

O segundo ponto é que em todo esse processo é imprescindível a participação efetiva da Prefeitura de Cuiabá, que até então está omissa. Esta participação é necessária pelo fato de que, tanto o Terminal Turístico de Salgadeira, quanto a quase totalidade das áreas utilizadas para turismo-lazer pela população estão localizadas no Município de Cuiabá.

ANEXO VI

VAMOS SALVAR ESSA CACHOEIRA

MANIFESTAÇÃO ECOLÓGICA
 NA
 CACHOEIRA DAS ANDORINHAS

sábado - 14 horas
 com SOL ou CHUVA

AME
 MATO GROSSO

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DE ECOLOGIA
 Rua: Manoel RTO - CURUMÉ/MT - 78.000 - BRASIL

COMUNIDADE CHAPADENSE

COMISSÃO DE DEFESA DAS CABECEIRAS DO JAMACÁ

A PRESERVAÇÃO DA CHAPADA É
 RESPONSABILIDADE DE TODOS

ANEXO VII

Por que um Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento?

A modernização capitalista acelerada em nosso Estado, sob a forma de estradas, empreendimentos madeireiros, mineradoras, agroindústrias e pecuárias, vêm dilapidando rapidamente os solos, as florestas, os rios e as variadas espécies da fauna aqui existentes. E mais, contribuem para deteriorar as condições e a qualidade de vida das populações urbanas e rurais. É por isso que meio ambiente e desenvolvimento são questões que não se separam, e precisam ser debatidas por todos pois afetam a todos.

Em nome de um equivoco "desenvolvimento" e com a cumplicidade e o estímulo dos governos estadual e federal, o atual modelo predatório tem acentuado a concentração fundiária, expulsando lavradores, seringueiros, pescadores e índios de suas terras. A violência no campo cresce assustadoramente, registrando-se sempre mais assassinatos e casos de escravidão em vários pontos do Estado. As terras indígenas são invadidas impunemente, saqueadas por madeireiras e garimpos. As áreas de preservação ambiental estão praticamente desativadas. Quem são os responsáveis?

Ora, todos sabem que os latifundiários continuam a ser subsidiados e estimulados para desmatar e implantar monoculturas e pastagens, ao passo que os trabalhadores rurais e os pequenos produtores estão condenados à marginalidade, excluídos de qualquer política governamental, obrigados à migrarem para os centros urbanos onde vão juntar-se ao exército de desempregados. O cinturão de miséria em torno de Cuiabá, Rondonópolis, Cáceres e outras cidades do Estado vem multiplicando-se há vários anos, sendo que tal quadro se agravou ainda mais com a política econômica recessiva que o governo Collor adotou, seguindo o receituário do Fundo Monetário Internacional.

Seja os problemas sociais, como a péssima distribuição de renda, a insuficiência alimentar, a falta de moradia, os precários serviços de saúde pública e o descaso com a educação, seja os problemas ambientais, causados pelo desmatamento, abuso de agrotóxicos, erosão dos solos, perda de material genético, poluição industrial, falta de saneamento básico e outros, devem ser creditados ao conjunto de políticas, prioridades e práticas dos sucessivos governos federais e estaduais, que nada mais são que fiéis representantes dos interesses exclusivos de uma minoria dominante, abastardada pelo poder político e econômico. E é unicamente esta minoria que se beneficia com a devastação ecológica, o desperdício dos recursos naturais não-renováveis, o extermínio da fauna e da flora, a deterioração das condições e da qualidade da vida humana.

É contra esta política elitista e cruel que exclui a maioria absoluta da população, que os setores organizados dos diversos segmentos da sociedade, tais como sindicatos, movimentos populares, entidades ambientalistas, profissionais, associações culturais, instituições educacionais etc., precisam se articular urgentemente, e mobilizar o conjunto da população deste Estado. É preciso construir, através do

diálogo participativo e democrático, um novo modelo de desenvolvimento, alternativo, que venha responder aos interesses e necessidades da maioria da população, em busca de uma vida digna e um meio ambiente sadio. Desenvolvimento sim, devastação não!

É momento de unirmos nossas forças, criando um espaço de discussão, participação e ação que, somando a diversidade de conhecimentos e preocupações dos vários setores organizados da sociedade matogrossense, venha sedimentar um projeto global para o futuro deste Estado, que valorize e promova o bem estar dos que aqui vivem e trabalham. Um projeto que respeite e preserve o Pantanal, o Cerrado, a Floresta Amazônica e toda riqueza natural que nos foi legada, para que aqui também possam viver e trabalhar as gerações futuras.

Neste sentido, convocamos todos os movimentos sociais e as entidades populares do Estado para participarem da assembléia que vai constituir o FÓRUM MATOGROSSENSE DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, a realizar-se no dia 6 de abril, às 9 horas da manhã, no Plenarinho da Assembléia Legislativa. Contamos com sua participação!

Cuiabá, 25 de março de 1992

Comissão Pró-Fórum

CPT/FASE/ICV/MOPS/OPAN/AME

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)